

VIBRA

**Demonstrações
financeiras
e relatório dos auditores
independentes**

Vibra Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2025



SUMÁRIO

Relatório da Administração.....	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados.....	22
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas.....	23
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas.....	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.....	25
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	26
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados.....	27
1 Considerações gerais	28
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	28
3 Uso de estimativas e julgamentos	34
4 Políticas contábeis materiais	35
5 Novas normas	36
6 Caixa e equivalentes de caixa	37
⇒ <i>Política contábil</i>	37
7 Caixa e aplicações restritas	37
8 Contas a receber, líquidas.....	38
⇒ <i>Política contábil</i>	39
⇒ <i>Estimativas e julgamentos</i>	39
9 Estoques.....	40
⇒ <i>Política contábil</i>	40
10 Bonificações antecipadas concedidas a clientes	41
11 Ativos não circulantes mantidos para venda.....	41
⇒ <i>Política contábil</i>	42
12 Investimentos	42
⇒ <i>Política contábil</i>	50
<i>Base de consolidação e investimentos societários</i>	50
<i>Combinação de negócios</i>	50
⇒ <i>Estimativas e julgamentos</i>	50
13 Imobilizado.....	51
⇒ <i>Política contábil</i>	52
⇒ <i>Estimativas e julgamentos</i>	53
14 Intangível	54
⇒ <i>Política contábil</i>	55
⇒ <i>Estimativas e julgamentos</i>	56
15 Fornecedores	56
⇒ <i>Política contábil</i>	56
16 Empréstimos e financiamentos	57
⇒ <i>Política contábil</i>	62
17 Arrendamentos	63
⇒ <i>Política contábil</i>	65
18 Tributos.....	66
⇒ <i>Política contábil</i>	70
⇒ <i>Estimativas e julgamentos</i>	71
19 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos.....	71

⇒	<i>Política contábil</i>	75
20	Benefícios concedidos a empregados.....	75
⇒	<i>Política contábil</i>	85
⇒	<i>Estimativas e julgamentos</i>	86
21	Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)	87
⇒	<i>Política contábil</i>	87
22	Patrimônio líquido	87
⇒	<i>Política contábil</i>	90
23	Receita de vendas	91
⇒	<i>Política contábil</i>	91
24	Custo e despesas por natureza	92
25	Resultado financeiro, líquido	94
26	Informações por segmento.....	94
27	Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências.....	98
⇒	<i>Política contábil</i>	110
⇒	<i>Estimativas e julgamentos</i>	110
28	Compromissos contratuais	110
29	Instrumentos financeiros	111
30	Gerenciamento de riscos	113
31	Partes relacionadas.....	127
32	Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa.....	130
33	Evento subsequente	131
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores.....		132
Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....		133
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.....		135
Parecer do Conselho Fiscal.....		139
Relatório dos Auditores Independentes.....		140

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DO PRESIDENTE

2025: O ANO DA INFLEXÃO – CRESCIMENTO COM MARGEM

No Investor Day de 2024, realizado em agosto, a Vibra indicou ao mercado que 2025 representaria um ponto de inflexão em sua trajetória, com foco no crescimento de *market share* e volumes, aliado à expansão gradual das margens. Tratava-se de um objetivo ambicioso, especialmente diante do contexto desafiador do setor à época. Encerramos o ano orgulhosos por termos entregue aquilo que nos propusemos, refletindo a consistência da estratégia, a disciplina na execução e o alinhamento de toda a organização em torno da geração de valor sustentável.

Essa geração de valor também se faz aparente para nossos investidores, que, ao longo de 2025, obtiveram um retorno total de 75%, considerando conjuntamente a valorização do preço da ação e os proventos.

No quarto trimestre de 2025, a Vibra manteve a trajetória de crescimento observada ao longo do ano, com crescimento de volume e margens comerciais. O volume comercializado atingiu **9,5 milhões de m³**, melhor resultado dos últimos 12 trimestres, gerando Receita Líquida Ajustada de **R\$ 50,4 bilhões**. O Ebitda Ajustado foi de **R\$ 2,6 bilhões**, dos quais o Segmento de Distribuição contribuiu com R\$ 2,4 bilhões, com Margem Ebitda Ajustada de **R\$ 251/m³** e Margem Ebitda Ajustada Recorrente de **R\$ 167/m³**. O Lucro Líquido Ajustado somou R\$ 615 milhões, reforçando a solidez do desempenho do período. Além disso, a Companhia reduziu sua alavancagem para **2,4x** Dívida Líquida/Ebitda, reforçando seu compromisso de desalavancagem e alocação de capital.

O ano de 2025 foi marcante na trajetória recente da Vibra Energia, refletindo a retomada do crescimento de *market share*, a expansão dos volumes comercializados e a evolução consistente das margens comerciais, resultando em desempenho sólido e geração de valor crescente para os acionistas. Em um ambiente caracterizado pelo fortalecimento do arcabouço regulatório, maior rigor no combate a irregularidades e redução de assimetrias competitivas, a Vibra demonstrou robustez e capacidade de execução nas suas Avenidas de Crescimento. Ao longo do exercício, fortalecemos nossa posição de liderança no setor, ampliamos a eficiência operacional e encerramos o ano com avanços relevantes em nossos resultados financeiros e operacionais.

A Vibra reforçou seu papel de liderança no setor de combustíveis, com volumes crescentes e inclusão de 404 novos postos adicionados à base, recorde de embandeiramento nos últimos cinco anos. Esse crescimento ocorreu de forma criteriosa e seletiva, acompanhado de um rigoroso processo de qualificação da base, com foco em performance, conformidade contratual e sustentabilidade dos relacionamentos comerciais. A estratégia combinou a ampliação de volumes na rede já embandeirada, aliada ao fornecimento seletivo a postos bandeira branca estratégicos, formando um *pipeline* natural para futuras conversões. Cabe destacar que a Companhia avançou na redução do prazo e do custo médio de embandeiramento, ampliando a atratividade do modelo e os incentivos à conversão. A redução de assimetrias competitivas, impulsionada por avanços regulatórios e combates a irregularidades, aliadas a uma maior conscientização dos consumidores finais, reforçou a relevância da proposta de valor da Vibra. Cabe destacar, ainda, que a Vibra é líder em NPS e a marca que os consumidores mais confiam, reforçando o compromisso com produto e serviço de qualidade para nossos clientes.

No segmento B2B, a Vibra fortaleceu sua atuação e presença a partir da ampliação do mix de produtos, intensificando estratégias de *cross-sell*, incluindo combustíveis, Lubrificantes e outras soluções de maior valor agregado, como o Grid e o AgriTop (juntos, representam 20% das vendas de produtos *premium*), o que contribuiu para maior fidelização, captura de sinergias comerciais e aumento da margem. O volume total comercializado no trimestre foi de **3,5 milhões de m³**, com destaque para Aviação, com volumes crescentes. Ainda nesta categoria, 2025 foi marcado por um marco histórico para o setor e Companhia, com a realização da primeira operação de SAF (*Sustainable Aviation Fuel*) na Bahia, reforçando o compromisso da Vibra com a sustentabilidade e com o avanço da transição energética no Brasil.

A infraestrutura logística da Vibra continuou a exercer papel central na sustentação da eficiência operacional e da competitividade da Companhia. Avançamos na automação de processos e aplicação de

ferramentas de inteligência artificial para planejamento, roteirização e tomada de decisão, o que permitiu ganhos de produtividade e redução de custos. Intensificamos a maximização da utilização dos ativos logísticos, incluindo bases operacionais e frota, por meio de melhor alocação de volumes, aumento da taxa de ocupação e maior integração entre *sourcing*, armazenagem e distribuição. Essa abordagem contribuiu para a diluição de custos (cerca de R\$ 350 milhões no ano) e, conseqüentemente, melhorias em nossas margens comerciais. Dessa forma, 2025 se consolida como um ano importante de transformação, com oportunidades adicionais de eficiência e captura de valor para serem atingidas ainda em 2026.

No segmento de Lubrificantes, a Vibra consolidou avanços relevantes ao longo de 2025, reforçando o posicionamento do negócio como um pilar estratégico de crescimento dentro da Companhia. A estruturação de uma Unidade de Negócios dedicada, aliada à expansão e modernização da fábrica, posiciona a Vibra como um agente altamente competitivo, preparado para capturar oportunidades de crescimento com eficiência de custos e escala. O período também foi marcado por recorde de volumes comercializados, pelo *rebranding* da marca Lubrax+ e pela consolidação da marca como *Top Of Mind* pelo nono ano consecutivo, reforçando sua liderança de mercado.

O segmento de renováveis permanece como um pilar importante para Vibra, inserido em um contexto setorial desafiador. Ao longo de 2025, mesmo com o aumento de *curtailment* energético, a Comerc totalizou um Ebitda @Stake em linha com o ano anterior graças às ações de eficiência operacional (R\$70 milhões), preservação de caixa e a busca constante pelo equilíbrio financeiro das operações, resultando em conversão de aproximadamente 75% do Ebitda em caixa.

Como resultado dos avanços nas Cinco Avenidas de Crescimento, em 2025, a Vibra Energia comercializou **35.9 milhões de m³**, com crescimento de **+0,8 p.p** de *market share* ao longo do ano. A Receita Líquida Ajustada foi de **R\$189,8 bilhões** (+10% vs 2024). O Ebitda Ajustado Consolidado totalizou **R\$ 7,9 bilhões**, dos quais **R\$ 7,1 bilhões** foram oriundos da linha de negócios de Distribuição, resultando em uma Margem Ebitda Ajustada de **R\$ 197/m³**, refletindo a evolução gradual e sustentável das margens comerciais ao longo do ano. A Dívida Líquida encerrou o período em **R\$ 19,2 bilhões**, refletindo em uma alavancagem de **2,4x**.

AVANÇOS REGULATÓRIOS E COMBATE A IRREGULARIDADES

O ano de 2025 foi marcado por avanços relevantes no ambiente regulatório do setor de combustíveis, com efeitos estruturais sobre a dinâmica competitiva. A implementação da monofasia federal do PIS/Cofins sobre o Etanol, a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Devedor Contumaz, a ampliação da Solidariedade Tributária em estados estratégicos e a aprovação da nova Lei do RenovaBio contribuíram para a construção de um ambiente de negócios mais ético, justo e alinhado às melhores práticas de governança e competitividade.

No âmbito do RenovaBio, a tipificação do descumprimento da obrigação de aquisição de CBIOS como crime ambiental reforçou a efetividade do programa e acelerou a convergência do setor para níveis mais elevados de conformidade. Ao longo do ano, observou-se um movimento gradual de regularização por parte dos agentes de mercado, o que tende a reduzir assimetrias competitivas.

Esses avanços representam uma mudança estrutural no arcabouço regulatório do setor. Contudo, continuamos com o foco em temas relevantes que carecem de aprimoramentos, como a implementação da monofasia estadual do ICMS sobre o Etanol, a ampliação da Solidariedade Tributária para novos estados e o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização da mistura obrigatória de Biodiesel.

PARA O ANO DE 2026

Entramos o ano de 2026 com uma Companhia mais preparada, resiliente e bem-posicionada para os um ciclo de crescimento. Os avanços regulatórios, aliados à execução disciplinada da estratégia e ao fortalecimento do nosso modelo operacional, reforçam a capacidade da Vibra de gerar valor de forma consistente e sustentável. Seguimos comprometidos com a segurança, excelência operacional, disciplina financeira e criação de valor de longo prazo para nossos acionistas, clientes e sociedade.

PERFIL DA COMPANHIA

A Vibra, originalmente constituída em 1971 como Petrobras Distribuidora S.A., foi criada com o objetivo de atuar na distribuição e comercialização de petróleo e derivados no Brasil. Em julho de 2019, a Petrobras realizou uma oferta subsequente de ações (follow-on), alienando parte de sua participação acionária, em uma das maiores operações de privatização via mercado de capitais do país. Em julho de 2021, a Petrobras concluiu seu processo de desinvestimento, marcando o início de uma nova etapa na trajetória da companhia, que passou a se chamar Vibra e adotou uma nova marca e identidade corporativa.

Atualmente, a Vibra é líder no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis, com a maior capilaridade do setor. A companhia atende 7.456 postos de serviço sob a bandeira Petrobras e aproximadamente 11 mil clientes B2B, totalizando mais de 32 mil pontos de suprimento em todo o território nacional. Sua infraestrutura logística é ampla e altamente integrada, contando com cerca de 214 unidades operacionais estratégicas para garantir eficiência e segurança no abastecimento em todas as regiões do país. A Vibra também opera a maior fábrica de lubrificantes da América Latina — a quinta maior do mundo — e está presente em 93 aeroportos brasileiros, assegurando atendimento de excelência ao segmento de aviação.

A companhia se destaca pela excelência comercial e operacional na distribuição de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular (GNV), biocombustíveis e lubrificantes, além de produtos de conveniência. No segmento B2B, oferece soluções completas que incluem combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, produtos químicos e serviços especializados, atendendo diversos setores da economia. No setor de aviação, fornece combustíveis e serviços a companhias aéreas nacionais e internacionais, consolidando sua posição como uma das principais plataformas integradas de energia do país.

ESTRATÉGIA ESG

A Agenda ESG da Vibra busca o avanço e o aprimoramento constantes, visando à excelência nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a Agenda é estruturada por meio de temas prioritários e operacionalizada por meio de planos de ação e metas específicas, aplicadas em diversas frentes e monitoradas por indicadores de desempenho. Algumas dessas metas, inclusive, estão vinculadas à remuneração variável de gestores e equipes.

Para assegurar a integração da sustentabilidade às estratégias de negócios, foi estabelecida uma estrutura de governança dedicada, que envolve desde a alta liderança, como o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, até instâncias focadas na execução, como a Diretoria de Gestão da Mudança e ESG, além de Embaixadores e Pontos Focais de diferentes áreas da companhia.

RECONHECIMENTOS

A Vibra participa dos principais índices e ratings de mercado como o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), CSA do S&P Global, *Carbon Disclosure Project* (CDP), entre outros.

Nos últimos anos, a companhia vem apresentando evolução consistente em seus indicadores ESG, refletindo o fortalecimento de sua estrutura de governança e o contínuo aprimoramento da gestão socioambiental.

	Listados desde 2019
	Listados desde 2020
	Fomos incluídos no <i>Sustainability Yearbook</i> 2021, 2022 e 2024 – no segmento <i>Retailing</i>
	Recebemos em 2022, 2023 e 2024 o selo <i>Industry Top Rated</i> – no segmento de <i>Refiners and Pipelines</i>
	Rating AA
	Pontuação B em 2021, 2022, 2023 e 2024.
	Listados desde 2020
	Selo ouro no <i>GHG Protocol</i> desde 2019
	Melhores do ESG 2022 e 2023 na categoria Petróleo, Gás e Químico e, em 2024 na categoria Combustíveis e Transição Energética

MUDANÇA DO CLIMA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A Vibra busca oferecer energia adequada às necessidades de seus clientes, de forma segura e eficiente, ao mesmo tempo em que acompanha as mudanças do setor energético. A companhia considera os desafios climáticos e a transição para uma economia de menor intensidade de carbono como elementos importantes a serem gerenciados, principalmente no que diz respeito à eficiência operacional, à adaptação a riscos físicos e regulatórios e ao desenvolvimento de soluções multienergia.

A Política de Mudança Climática e Transição Energética guiou a estruturação da agenda climática da Vibra baseada em oito eixos inter-relacionados:

- (i) plano de redução de emissões;
- (ii) definição e acompanhamento de indicadores e metas;
- (iii) gestão de riscos climáticos;
- (iv) plano de transição;
- (v) engajamento da cadeia de valor;
- (vi) inovação em soluções e processos;
- (vii) transparência e qualidade das informações divulgadas; e
- (viii) plano de compensação.



A Vibra realiza o inventário de emissões de GEE anualmente e evolui continuamente sua qualidade de dados, controles e cobertura, buscando maior granularidade e confiabilidade para apoiar decisões e compromissos climáticos. O mapeamento considera as emissões diretas e indiretas relevantes para o negócio, com atenção especial às categorias mais materiais da cadeia de valor. Ao longo do ano, avançamos na integração de bases e no refinamento metodológico para aprimorar o inventário e ampliar a capacidade de análise. Ferramentas e metodologias de apoio, como a solução digital da DeepESG, contribuem para maior rastreabilidade e consistência dos dados; redução de esforço operacional na consolidação; e priorização de iniciativas de mitigação por categoria e fonte emissora.

A Vibra tem o compromisso de reduzir em 67% suas emissões de escopo 1 e 2 até 2026, considerando 2019 como ano base. Parte significativa dessa redução (37,9%) será alcançada com a desativação da usina térmica de Juruti, no Pará, região que será integrada ao sistema interligado nacional com a conclusão das obras das linhas de transmissão de energia. Em 2025, atingimos integralmente nossa meta anual, reduzindo em 8% as emissões absolutas de escopos 1 e 2.

No âmbito do plano de redução desses escopos, foram implementadas diversas iniciativas, especialmente relacionadas a transporte e eficiência energética. Entre elas, destacam-se: o uso de etanol pela frota de veículos leves dos Executivos de Vendas; a redução de perdas de vapor em processos produtivos; a adoção de equipamentos movidos por fontes renováveis, como empilhadeiras; e a aquisição de 30 mil I-RECs, certificados que atestam a obtenção de energia de fontes renováveis.

A meta de emissões líquidas zero para os escopos 1 e 2, prevista para 2025, foi antecipada com a neutralização integral das emissões de 2023 e 2024. Essa compensação foi realizada por meio do Programa ISS Neutro, iniciativa pioneira da Prefeitura do Rio de Janeiro que incentiva a aquisição de créditos de carbono por contribuintes do ISS. A compra dos créditos adquiridos em 2025 foi viabilizada pela mesa de carbono da Comerc Energia, empresa de soluções inovadoras em energia e descarbonização da Vibra, garantindo a neutralização completa das emissões.

A gestão estratégica dos riscos climáticos é um pilar essencial da estratégia. Em 2025, foi conduzido novo Estudo de Riscos e Oportunidades Físicos em parceria com uma empresa especializada, aprofundando a análise dos impactos das mudanças climáticas sobre as principais operações logísticas. O estudo avaliou diferentes cenários, considerando a exposição a eventos climáticos extremos, como secas meteorológicas, anomalias de ventos, tempestades, etc. Os resultados fornecem subsídios estratégicos para fortalecer a resiliência da Vibra diante das transformações globais em curso.

Ainda no âmbito de riscos climáticos, em 2025, a Vibra deu início a um projeto para se preparar às novas normas IFRS S1 e S2, reforçando seu compromisso com a transparência e a gestão de riscos relacionados à sustentabilidade e ao clima. Para isso, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar, envolvendo diversas áreas da empresa, com o objetivo de assegurar uma implementação alinhada às melhores práticas e à realidade do negócio.

A Vibra vem avançando na quantificação da pegada de carbono de seus produtos como ferramenta de transparência, gestão e diferenciação competitiva, apoiando clientes em suas próprias jornadas de descarbonização. Para aprofundar a compreensão sobre as emissões associadas às operações e

produtos, foi realizado um estudo detalhado de Pegada de Carbono em parceria com empresa especializada, que avaliou o ciclo de vida completo dos 27 principais produtos da companhia, incluindo 12 combustíveis rodoviários, 2 combustíveis de aviação, 8 lubrificantes e 4 produtos químicos. Esses produtos representam cerca de 85% do volume comercializado pela empresa em 2025, quando desconsiderada a categoria de lubrificantes, em razão das diferentes formulações possíveis para um mesmo produto. A análise considerou todas as etapas, desde a extração de matérias-primas, fabricação, transporte e armazenamento até o uso e descarte. Com esses resultados, a Vibra consegue comparar alternativas de menor intensidade de carbono, identificar hotspots ao longo do ciclo de vida, apoiar iniciativas de inovação e eficiência, aprimorar a comunicação técnica com o mercado e fortalecer sua estratégia de descarbonização, oferecendo soluções mais sustentáveis alinhadas à transição energética.

Em 2025, a Vibra passou a adotar um mecanismo de precificação interna de carbono para apoiar a tomada de decisão e incorporar os custos e riscos associados às emissões. Essa ferramenta permite avaliar projetos e iniciativas sob a perspectiva de risco e oportunidade climática, priorizar ações com melhor custo-efetividade de abatimento e orientar a alocação de capital em soluções alinhadas à transição energética.

Vibra na COP30

Durante a COP30, em Belém, representantes da Vibra e da Comerc Energia marcaram presença em agendas nos espaços oficiais do evento e em instalações de parceiros, como a Casa Brasil e o Mulheres Inspiradoras HUB COP30. As empresas contribuíram para a discussão de temas como biocombustíveis, o pioneirismo da Vibra frente ao SAF (Combustível de Aviação Sustentável), a importância de promover o acesso à energia limpa em áreas remotas (promovendo o 'Projeto Menire', por meio do qual levamos energia limpa para a Aldeia Pykany, do povo Kayapó Mekragnoti, no arco do desmatamento da Amazônia) e como a Vibra tem atuado no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes com o Movimento Violência Sexual Zero. A Vibra também apoiou o projeto "Infância Segura - COP30", promovido pelos estudantes de Serviço Social da Universidade da Amazônia, que promoveram conscientização sobre o tema em diversos territórios de vulnerabilidade social nos arredores de Belém.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

NOSSA CAUSA: VIOLÊNCIA SEXUAL ZERO

Em 2025, a Vibra reforçou seu protagonismo nacional na agenda de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, ampliando a mobilização social, fortalecendo redes de proteção e levando a causa social a espaços de grande visibilidade no Brasil. O ano marcou a consolidação do Movimento Violência Sexual Zero como uma das maiores coalizões empresariais dedicadas à proteção da infância e da adolescência. O Movimento foi lançado em evento realizado em São Paulo, iniciando suas atividades com a adesão de 130 empresas e instituições e encerrando o ano com 204 signatários.

Ao longo do ano, a Vibra inaugurou a primeira Loja de Inconveniência, na Avenida Paulista, iniciativa posteriormente replicada em seis eventos, gerando mais de 200 matérias de mídia espontânea e alcançando um impacto estimado de 2 milhões de pessoas. Em maio, mês de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, foi realizada uma campanha nacional que envolveu colaboradores, a rede de postos, transportadoras e lideranças, alcançando aproximadamente 9,7 milhões de pessoas.

Como parte da estratégia de engajamento da alta liderança com o tema, foi promovido um jantar com CEOs das empresas signatárias do Movimento Violência Sexual Zero contando com a participação de representantes de 47 organizações. Destaca-se também a formalização de uma parceria técnico-científica com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que viabilizou a contratação de uma pesquisadora com expertise em violência sexual contra crianças e adolescentes, com o objetivo de apoiar a mensuração dos impactos da causa no setor de distribuição de combustíveis e em sua cadeia de valor, contribuindo para a tomada de decisões e a adoção de práticas corporativas baseadas em evidências.

A atuação da Vibra nesse tema foi ampliada por meio do apoio a quatro projetos sociais realizados por meio do Programa Amigos de Valor, do Banco Santander, com foco no acolhimento de vítimas de violência sexual e de suas famílias, nos municípios de Santarém, Barcarena, Breves e Mojuí dos Campos, no Estado do Pará. A Vibra também integra o Coalização Pará: Projeto Territorial, iniciativa desenvolvida em parceria com a *Childhood* Brasil e grandes empresas da região, voltada ao fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, a companhia apoiou o Projeto O Pequeno Nazareno, que atua na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo sua capacitação e encaminhamento para vagas de Jovem Aprendiz. Em 2025, o projeto atendeu 300 alunos em Fortaleza, no Ceará, e foi ampliado para beneficiar outros 100 jovens em Manaus, no Amazonas.

No ambiente digital, foi realizada a live “Violência Sexual Digital Zero”, transmitida pelo canal do Movimento no YouTube, com destaque para o lançamento do novo Estatuto Digital da Criança e do Adolescente. A atuação do Movimento também esteve presente na COP30, por meio da Loja de Inconveniência, que recebeu 3.583 visitantes ao longo dos dez dias do evento. Além disso, a causa foi mobilizada em eventos patrocinados, como a etapa da *Stock Car* realizada em outubro, envolvendo público, pilotos e mídia especializada, bem como na participação da Caminhada pelo Fim da Violência contra Mulheres, no Rio de Janeiro e em São Paulo, organizada pelo Grupo Mulheres do Brasil.

PROJETO CIDADE INOVA 2030

O projeto Cidade iNova 2030 foi oficialmente lançado no Dia Nacional do Voluntariado, em 28 de agosto, reforçando desde o início seu caráter participativo e de engajamento social. Na ocasião, realizamos um grande mutirão com a participação de cerca de 200 colaboradores da sede e de unidades operacionais, em mais de dez atividades simultâneas, desenvolvidas em parceria com projetos sociais e parceiros institucionais como Parceiros da Educação, Instituto Meta Educação, Circo Crescer e Viver, São Carlos Ativo, Pastoral do Menor, entre outros.

O projeto foi estruturado a partir de três pilares de atuação: Educação, Empreendedorismo e Valorização do Território, com o objetivo de promover o desenvolvimento social local de forma integrada.

No pilar Educação, firmamos parceria com a ONG Parceiros da Educação, voltada à capacitação e ao apoio institucional da equipe pedagógica e administrativa da Escola Municipal Mário Claudio. Mantivemos também o apoio ao projeto Reforço do Futuro, destinado a alunos de escolas públicas da região, e Papo Reto Teatro, que oferece aulas de teatro a jovens da região, ambos realizados pelo Instituto Meta Educação. Estabelecemos parceria com o Pré-vestibular Comunitário do coletivo São Carlos Ativo, que prepara estudantes em situação de vulnerabilidade para o acesso ao ensino superior. Ao todo, as iniciativas do pilar Educação beneficiaram mais de 600 alunos.

No pilar Empreendedorismo, participamos do edital Mulheres do Nosso Bairro, iniciativa conduzida pela Engie, que destinou investimento semente a cinco empreendedoras do território. Adicionalmente, em parceria com o Circo Crescer e Viver, estruturamos um edital voltado a micro e pequenos empreendedores locais, com foco na expansão do potencial dos negócios e na geração de emprego e renda, com lançamento previsto para 2026.

Já no pilar Valorização do Território, direcionamos investimentos a projetos de cultura e esporte para jovens no contraturno escolar, por meio de Leis de Incentivo. Patrocinamos ainda a exposição Território Inventivo, que retrata a história e os personagens da chamada “Pequena África”, região de intensa efervescência cultural que se estende do Porto do Rio ao Largo do Estácio. O acervo permanente da exposição será doado ao Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) em 2026.

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Em 2025, a Vibra avançou de forma estruturada em sua agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), consolidando iniciativas estratégicas que fortalecem a cultura inclusiva e promovem oportunidades equitativas para todas as pessoas colaboradoras. Entre os principais avanços estão o lançamento da

Política de DE&I, a implementação da nova governança dos grupos de afinidade e a adesão ao Movimento pela Equidade Racial (MOVER), que impulsionou o Ananse, programa de aceleração de carreira de pessoas negras. A companhia também deu continuidade ao Athena+, programa voltado para o desenvolvimento de mulheres nas áreas comerciais, beneficiando 127 participantes e resultando em 16 movimentações internas, entre promoções, méritos e transferências.

Para contribuir com a construção permanente de um ambiente cada vez mais inclusivo, a Vibra mantém quatro grupos de afinidade dedicados à troca de experiências, ao aprendizado e à disseminação de boas práticas. Os coletivos se reúnem periodicamente por videoconferência, contam com a participação de especialistas externos para aprofundar debates sobre temas específicos e a construção coletiva de estratégias que potencializam a agenda de DE&I. Atualmente, mais de 300 pessoas integram os grupos Entre Raízes (étnico-racial), Vibra Por El@s (gênero), Orgulho+ (LGBTI+) e +Inclusão (pessoas com deficiência). O “apadrinhamento” de cada grupo por vice-presidentes, iniciado em 2024, tem fortalecido o trabalho desenvolvido, tornando as ações mais ágeis e estruturadas, sempre alinhadas à estratégia da empresa.

Em termos de ações de letramento e desenvolvimento, foram realizadas diversas iniciativas corporativas e direcionadas a áreas específicas, incluindo o módulo “Liderança Inclusiva” da Academia de Liderança. Ao todo, 27 ações de letramento com nomes renomados do mercado e oito encontros com equipes operacionais e comerciais, totalizaram mais de 70 horas de capacitações voltadas à promoção de cultura inclusiva somente no ano passado.

O compromisso da Vibra com a equidade racial se refletiu também em resultados concretos, com impacto em mais de 600 colaboradores e a concessão de 1.100 bolsas de estudo a partir da adesão ao MOVER. E para celebrar o Dia da Consciência Negra, foram promovidas ações como a segunda edição da Feira Crespa na Vibra, que incentiva o empreendedorismo negro, e um painel conduzido pela consultora Mafoane Odara, que reuniu mais de 600 participantes.

Na agenda de equidade de gênero, destacam-se a redução do gap salarial entre homens e mulheres na liderança e a manutenção da presença feminina na alta liderança de maneira robusta, superando 120% da meta definida e alcançando mais de 36% dos cargos, incluindo mulheres à frente de áreas centrais de negócio, como Energia Renovável, Varejo e Produtos e Experiência. O apoio à maternidade também avançou com a inauguração de um lactário na fábrica de lubrificantes, iniciativa que será expandida para outras unidades em 2026, contribuindo para a retenção de talentos no retorno da licença.

Essas iniciativas refletem o compromisso da Vibra com a diversidade, a equidade e a inclusão, criando um ambiente de trabalho mais equitativo, fortalecendo talentos internos, consolidando práticas que promovem oportunidades e criando um ambiente de trabalho cada vez mais respeitoso onde as pessoas podem ser elas mesmas.

SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

A política interna de Saúde, Segurança e Meio Ambiente é o alicerce da nossa gestão de SSMA, estabelecendo diretrizes e padrões corporativos alinhados às melhores práticas de mercado. A estrutura governança inclui uma Comissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, composta pelos gestores envolvidos diretamente nesses processos, e o Comitê de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com a participação da Alta Administração da empresa.

Em 2025, reafirmamos que na VIBRA segurança é inegociável conforme nossa Carta Compromisso pela Valorização da Vida assinada pela Alta Liderança e nossa força de trabalho. Avançamos no fortalecimento da gestão de segurança, com foco na redução de riscos críticos, maior uso de soluções digitais na prevenção de acidentes, aprimoramento da gestão de incidentes com foco em aprendizado e prevenção e investimentos contínuos na capacitação das equipes. A atualização e disseminação das Regras de Ouro reforçaram a consolidação de uma cultura de segurança em toda a organização.

Com a consolidação da governança para prevenção de riscos críticos, foram tratados todos os cenários prioritários mapeados em 2025 e mantida a avaliação contínua, com foco na segurança das pessoas e na proteção ambiental. A VIBRA avançou no fortalecimento da segurança de processos, com a

implementação de práticas estruturadas, capacitação das equipes, aprimoramento dos mecanismos de resposta e gestão de barreiras e acompanhamento por indicadores.

Na área de transportes nosso indicador de acidentes de transportes foi o menor nos últimos dez anos, chegando a 0,014 eventos por milhões de quilômetros rodados, representando uma redução de 90%. Este número é consequência dos três pilares estratégicos para segurança de transporte: Tecnologia, Processos e Comportamento Seguro. Ações como o monitoramento contínuo de frota pela nossa Torre de Controle de Transportes VIBRA, associada a mais moderna tecnologia embarcada em nossos veículos, monitorando nossa frota parceira de mais de 8.000 caminhões, com capacidade de registrar qualquer evento de excesso de velocidade, frenagem bruscas, fadiga, entre outros; a realização de mais de 40 mil avaliações prévias de riscos de viagens por mês em um esforço combinado entre nossa área de transportes e operações; a renovação do nosso programa de qualificação das transportadoras, com auditoria nas nossas transportadoras e, por fim, mas não menos importante, nosso Programa DEZtaque premiando nossos parceiros que, como nós, levam a segurança como um valor inegociável.

Em 2025, não tivemos registros de evento de Vazamento com Impacto Ambiental (VIA). Isto significa que todos os incidentes registrados no ano foram contidos dentro de áreas controladas ou os volumes foram recuperados com ações de remediação ambiental. Este indicador reflete o aperfeiçoamento constante da segurança nas nossas operações, das ações de contingência em situações com potencial de impacto ambiental e do compromisso da VIBRA com Meio Ambiente.

A Taxa de Acidentes Com Afastamento (TFCA) em 2025 foi de 0,87 e a Taxa de Acidentes Registráveis (TAR) foi de 1,00, um incremento em relação aos anos anteriores. Em resposta a esse cenário, a empresa iniciou a construção de um programa, denominado VIBRA pela Vida, com foco na redução dos acidentes com pessoas e fortalecimento da cultura de segurança. O programa possui três dimensões: 1. Fortalecimento do processo de integração de novos colaboradores; 2. Alinhamento dos seus programas de segurança já em andamento com abordagem de Fatores Humanos e Organizacionais. 3. Empoderamento da força de trabalho por meio da nossa Cultura de Segurança.

Na área ambiental, atuamos continuamente para aprimorar a ecoeficiência de nossas operações e reduzir impactos e riscos ambientais por meio de um sistema de gestão submetido a rigorosas auditorias internas e externas. Em 2025, consolidamos a certificação de 11 unidades operacionais estratégicas, sendo 10 delas integradas nas normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, enquanto uma unidade mantém o foco na gestão de qualidade através da ISO 9001. No pilar de sustentabilidade e biocombustíveis, renovamos a certificação ISCC CORSIA e EU para a base de Cubatão e o Aeroporto do Galeão. Além disso, expandimos nossa conformidade internacional com a obtenção do selo ISCC EU para as unidades de Araucária (PR), Rio Grande (RS), Duque de Caxias (RJ) e Barueri (SP), reafirmando nosso compromisso com a descarbonização e os padrões globais da cadeia de biomassa.

Em 2025 a Vibra reforçou seu compromisso com o Meio Ambiente por meio de ações para conservação da biodiversidade. Em parceria com o ICMBio, a companhia apoia o projeto de preservação de quelônios na Reserva Biológica do Rio Trombetas, no Pará, contribuindo para a manutenção do equilíbrio ecológico desse bioma. Por meio do seu aplicativo de fidelização e relacionamento Premmia, a Vibra promoveu a Campanha pelo dia mundial do Meio Ambiente em junho de 2025, permitindo que os clientes dos Postos Petrobras transformassem pontos em mudas nativas destinadas ao reflorestamento da Mata Atlântica, em uma ação concreta de regeneração ambiental e mobilização coletiva pelo futuro do planeta.

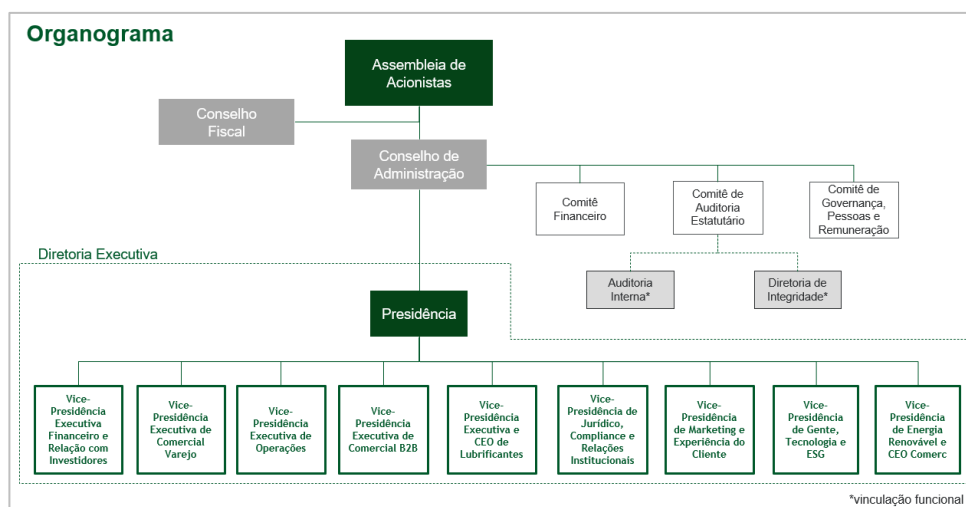
GOVERNANÇA E SECRETARIA GERAL

A governança corporativa da Vibra está estruturada para garantir transparência, integridade, eficiência e alinhamento estratégico, em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com o Regulamento do Novo Mercado da B3. A Companhia adota um modelo de governança aderente às melhores práticas nacionais e internacionais aplicáveis às companhias abertas.

Nossa estrutura é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho Fiscal; pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, além da Diretoria Executiva. A Vibra conta, ainda, com Auditoria Interna e com a Diretoria de Integridade, ambas se reportando diretamente ao Conselho de

Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, reforçando a independência, a supervisão e a qualidade das informações.

O Conselho de Administração é apoiado por 3 (três) Comitês Permanentes e Estatutários: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê Financeiro; e (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Remuneração. Esses comitês subsidiam o processo decisório com análises técnicas aprofundadas e recomendações em temas relevantes para a supervisão e a condução estratégica da Companhia.



Ao longo de 2025, a Vibra manteve o aprimoramento de seus mecanismos de governança, com foco na eficiência dos processos decisórios, na transparência e no fortalecimento das estruturas de integridade, riscos e controles internos. Nesse contexto, consolidou-se o Sistema de Gestão de Integridade, baseado no modelo das Três Linhas, que integra as funções de Governança, Riscos e Compliance (GRC) sob uma abordagem coordenada. Essa integração reforça a capacidade de prevenção, detecção e tratamento de desvios e promove maior padronização e robustez aos mecanismos de controle e às práticas de ética corporativa.

A maturidade da governança da Vibra foi reconhecida por indicadores e iniciativas externas relevantes. Em 2025, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia alcançou 100% de aderência às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, conforme o Informe “Pratique ou Explique”, demonstrando a consistência e o elevado grau de conformidade de suas práticas. No mesmo período, conquistou o 1º lugar na gamificação da Jornada do Conhecimento do Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU que reconhece o engajamento de empresas no fortalecimento da integridade e da transparência corporativa.

Com esses avanços, a Vibra reforça seu compromisso com práticas sólidas de governança corporativa, essenciais para a execução de sua estratégia, a mitigação de riscos e a geração de valor sustentável para os acionistas e demais partes interessadas.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Vibra mantém uma estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos alinhada às melhores práticas de governança corporativa, com foco na preservação de valor, na sustentabilidade dos negócios e no suporte ao processo decisório. Os riscos corporativos são identificados, avaliados e monitorados de forma estruturada, considerando o apetite a risco da Companhia, o ambiente regulatório, as condições de mercado e a estratégia corporativa. Para fortalecer esse processo, a Companhia utiliza plataforma GRC, que possibilita a consolidação da Matriz de Riscos Corporativos, o acompanhamento sistemático dos planos de ação e o monitoramento contínuo por meio de Indicadores-Chave de Risco (KRIs).

Os riscos prioritários acompanhados pela Companhia em 2025 concentraram-se, principalmente, nos riscos climáticos, incluindo eventos físicos extremos e riscos de transição associados às mudanças

climáticas, com potenciais impactos operacionais, financeiros e reputacionais; no cumprimento dos compromissos e metas de sustentabilidade, em função da relevância da agenda ESG e das crescentes exigências regulatórias e de mercado; no mercado irregular de combustíveis, diante de seus efeitos concorrenciais, financeiros e reputacionais; e no risco de ataque cibernético, considerando o aumento das ameaças digitais e a criticidade dos sistemas e informações para a continuidade dos negócios. Esses riscos são tratados por meio de planos de ação, controles internos e indicadores específicos, com o objetivo de reduzir a exposição residual e fortalecer a resiliência da Companhia.

No que se refere aos controles internos, a Vibra mantém um processo contínuo de avaliação e aprimoramento, alinhado à evolução de seus negócios e dos riscos associados. De forma abrangente, os trabalhos contemplam processos das áreas financeira e tributária, comercial e operacional, tecnologia da informação e governança, integridade e conformidade, com foco na confiabilidade das informações financeiras, na conformidade regulatória e na eficiência dos processos.

Adicionalmente, a Companhia promove de forma contínua a disseminação da cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e treinamentos direcionados aos administradores e colaboradores, reforçando a importância desses pilares para a perenidade, a integridade e a sustentabilidade dos negócios da Vibra.

COMPLIANCE

Em 2025, a Vibra avançou de forma significativa no fortalecimento de seu Sistema de Gestão de Integridade, consolidando práticas que ampliam a confiança do mercado, reduzem riscos operacionais e regulatórios e reforçam a resiliência da Companhia em um ambiente corporativo cada vez mais desafiador. Esses progressos elevaram a maturidade dos nossos mecanismos de governança, com impactos diretos na geração de valor sustentável para acionistas e demais públicos de interesse.

No final do ano, a Companhia publicou as novas versões do Código de Conduta Ética e da Cartilha de Prevenção e Combate à Infração Laboral, atualizações que reforçam os princípios que orientam a atuação da Vibra e fortalecem a previsibilidade e a segurança nas relações com clientes, parceiros, fornecedores e demais *stakeholders*.

O período também foi marcado pela expansão das *Due Diligences*, que registraram crescimento expressivo. O aumento da capacidade de processamento e a revisão metodológica desse mecanismo ampliaram o rigor e a eficiência da análise de riscos reputacionais, regulatórios e de compliance, elevando a qualidade de decisões estratégicas e comerciais sensíveis para o negócio.

A Companhia evoluiu na gestão de conflitos de interesses, implementando diretrizes e procedimentos que reforçam a transparência e mitigam potenciais impactos sobre a imparcialidade e a integridade das decisões empresariais.

A proteção de dados manteve-se como um dos pilares do Sistema de Integridade. Em 2025, o Programa de Privacidade avançou na harmonização de políticas, no fortalecimento de controles e na revisão das diretrizes de tratamento de dados pessoais e da tabela de temporalidade documental. Esses aprimoramentos elevam a segurança jurídica e protegem a Companhia em um contexto de crescente exigência regulatória e social quanto ao uso ético e responsável de dados, além de reforçar a integração com estratégias de Cibersegurança.

Com foco em mercados regulados e em alinhamento às melhores referências internacionais, a Vibra revisou o procedimento de oferecimento e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades, e instituiu a Norma de Sanções, assegurando conformidade com determinações impostas por autoridades internacionais e reduzindo riscos relacionados a operações transfronteiriças.

Reforçando a credibilidade do Programa de Integridade, a Companhia revalidou a certificação ISO 37301, concedida por certificadora independente, demonstrando aderência aos mais elevados padrões globais de sistemas de gestão de compliance.

Por fim, como parte do compromisso de transparência com investidores, colaboradores e sociedade, a Vibra manteve a publicação de dados estratificados sobre apurações e remediações decorrentes de denúncias e ampliou a visibilidade de sua estrutura de Governança e Compliance, garantindo clareza quanto às responsabilidades, linhas de reporte e instâncias decisórias.

SEGURANÇA EMPRESARIAL

A estruturação da Gerência de Segurança Empresarial no ano de 2025 possibilitou avanços concretos na proteção da Vibra. Houve evolução em governança, processos, inteligência, prevenção e resposta operacional, resultando em maior segurança para pessoas, ativos e operações. O estabelecimento de uma área dedicada permitiu maior foco, especialização e integração, produzindo benefícios tangíveis já no primeiro ano de sua implementação.

Nesse período, foram elaborados cinco normativos corporativos, que trouxeram clareza, uniformidade e responsabilidade sobre temas críticos, como gestão de crise, segurança física, segurança pessoal e tratamento de incidentes. Essa formalização estruturou os pilares da Segurança Empresarial Vibra, consolidando critérios mínimos e definindo com precisão os fluxos de atuação e tomada de decisão.

A produção de relatórios técnicos estratégicos ampliou a capacidade da empresa de identificar vulnerabilidades e antecipar ameaças. A análise sistemática de riscos, unida às orientações técnicas emitidas sobre temas como invasões patrimoniais, roubos de carga, desvios de produtos e gestão de crise, reforçou o caráter preventivo das ações de segurança.

Cabe destacar que foram implementados 02 Núcleos de Segurança em Bases Operacionais, realizadas mais de 2.000 escoltas de caminhões-tanque e executadas 31 atividades de segurança pessoal, demonstrando robustez operacional adquirida pela área. Essas entregas fortaleceram a proteção de colaboradores, operações logísticas e unidades estratégicas, reduzindo a exposição a roubos, violência e incidentes que poderiam impactar a continuidade do negócio.

As atividades de alinhamentos com Órgãos de Segurança Pública para apoios policiais e mais de 60 atividades de network e benchmark, possibilitaram o fortalecimento de conexões externas essenciais para respostas rápidas em situações críticas, além de estabelecer canais confiáveis para troca de informações sensíveis sobre ameaças. Essa integração ampliou a capacidade da Vibra de responder a eventos externos e garantiu maior articulação com autoridades competentes.

Dessa forma, a partir desse pequeno resumo, é possível constatar que o ano de 2025 representou um marco importante para a estruturação, integração e profissionalização dos processos de proteção de pessoas, ativos e continuidade operacional na Vibra, fortalecendo significativamente o viés prioritário da atividade de Segurança: a prevenção.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Desde 2017 a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Vibra.

AUDITORIA INTERNA

No processo de gerenciamento de riscos, as auditorias interna e externa desempenham papéis essenciais, com atribuições distintas e complementares. A auditoria interna da Vibra atua como parceira estratégica na melhoria contínua da gestão de riscos, contribuindo para o fortalecimento dos controles internos, da governança e da eficiência operacional.

Cabe à auditoria interna fornecer anualmente uma avaliação independente da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, a confiabilidade dos processos e controles mencionados anteriormente são avaliadas pelo Comitê de Auditoria Interna e casos relevantes são comunicados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

GENTE E TECNOLOGIA

Seguimos comprometidos com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais conectado aos desafios do negócio, orientado por meritocracia, alto desempenho e colaboração. Nossas ações estão ancoradas no diálogo aberto, na valorização do potencial individual e no cuidado integral com cada colaborador, promovendo confiança, segurança psicológica, coragem para inovar e bem-estar ao longo de toda a jornada profissional. Esse direcionamento sustenta o alcance de resultados consistentes e reforça a sustentabilidade do negócio por meio do desenvolvimento contínuo das pessoas.

ATRAÇÃO, SELEÇÃO E RETENÇÃO

Em 2025, fortalecemos ainda mais nossa estratégia de atração, seleção e retenção, avançando em práticas que aumentam a qualidade das contratações e reforçam nosso alinhamento com a Ambição 2030.

Um dos marcos do ano foi a criação dos materiais de entrevistas por competências e do Guia de Entrevistas para Lideranças, produzidos pela área de Atração de Talentos. Esses conteúdos trouxeram maior estrutura e clareza ao processo seletivo, oferecendo às lideranças ferramentas que apoiam a identificação de perfis mais alinhados à cultura e às necessidades estratégicas da companhia. Essa evolução tornou nossas avaliações mais consistentes e contribuiu diretamente para nossa capacidade de atrair os talentos mais preparados para impulsionar nossos desafios futuros.

Outro destaque relevante foi a seleção e entrada de 30 trainees, reforçando nosso compromisso com a formação de profissionais de alto potencial e com a construção de um pipeline estratégico para o futuro da organização. Paralelamente, registramos um aumento significativo na efetivação de estagiários, resultado do fortalecimento da nossa trilha de desenvolvimento e do acompanhamento próximo desses jovens profissionais.

As iniciativas de 2025 consolidam nossa jornada rumo a processos cada vez mais estratégicos e humanizados, impulsionando a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos que constroem o futuro da companhia.

BENEFÍCIOS E BEM-ESTAR: CUIDANDO DE NOSSOS COLABORADORES

Em 2025, a área de Benefícios e Bem-Estar concentrou sua atuação na consolidação de um ecossistema de cuidado integral, com foco em prevenção, saúde, equilíbrio e sustentabilidade ao longo da jornada de vida das pessoas colaboradoras.

Ao longo do ano, estruturamos e ampliamos iniciativas voltadas à prevenção em saúde física, mental e financeira, reforçando uma atuação antecipada para redução de riscos, melhoria da qualidade de vida e apoio a escolhas mais conscientes dentro e fora do ambiente de trabalho.

Nossa estratégia esteve organizada nas 8 dimensões do bem-estar, orientando o desenvolvimento e a evolução do portfólio de benefícios:

- Físico: fortalecimento do acesso à saúde, incentivo a hábitos saudáveis, movimento e cuidado contínuo com o corpo.
- Emocional e mental: lançamento do Programa de Saúde Mental, com iniciativas de apoio psicológico, ações de letramento, escuta ativa e promoção de um ambiente mais seguro para o tema.
- Social: iniciativas voltadas ao fortalecimento do senso de pertencimento, relações respeitosas e colaboração entre as equipes.
- Financeiro: ampliação do portfólio com o lançamento de benefícios como assinatura solar, pontuação para viagens e conteúdos educativos sobre planejamento e saúde financeira.

- Intelectual: estímulo ao aprendizado contínuo, desenvolvimento e preparação para desafios futuros.
- Ocupacional: práticas e benefícios que apoiam equilíbrio, reconhecimento, propósito e crescimento profissional.
- Ambiental: iniciativas alinhadas à sustentabilidade, conectando saúde, qualidade de vida e responsabilidade ambiental.
- Propósito: ações que respeitam a individualidade, os valores pessoais e o sentido da jornada de cada colaborador.

Todas as entregas foram desenhadas considerando a diversidade do time, diferentes momentos de vida e necessidades específicas, resultando em um portfólio dinâmico e em constante evolução.

O foco da atuação em 2025 foi gerar impacto consistente, contribuindo para pessoas mais saudáveis, engajadas e seguras, e para o fortalecimento da sustentabilidade do negócio por meio do cuidado integral com as pessoas.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Em 2025 a Academia de Liderança evoluiu com três módulos integrados — Liderar a Si, Liderar os Outros e Liderar a Transformação — aprofundando temas essenciais como autoconhecimento, saúde mental, relações de confiança, dinâmica de equipes, transformação estratégica e liderança inclusiva. O Dia da Liderança e a Masterclass com o CEO ampliaram diálogo, alinhamento e proximidade com a alta liderança. O impacto das iniciativas se refletiu nos resultados: NPS de 93, adesão de 94% entre os líderes que iniciaram os treinamentos e média de 20 horas de formação por líder ao longo do ano.

Lançamos a Academia de IA, com a capacitação de mais de 1.600 colaboradores, reforçando o uso estratégico da tecnologia para produtividade e eficiência.

O Ciclo de Gestão de Desempenho, Carreira e Sucessão ganhou maior robustez ao incorporar a avaliação de comportamentos alinhados à cultura e o eixo de potencial, oferecendo uma visão mais completa dos talentos. A adoção da avaliação 360° e a institucionalização da Feedback Week — com 99% de conclusão.

A Pesquisa de Clima de 2025 refletiu avanços sólidos na experiência dos colaboradores, com aumento de 7 pp no e-NPS, um aumento de 14 pp na adesão e crescimento da favorabilidade (+3 pp). A introdução do L-NPS reforçou o engajamento das lideranças, enquanto grupos de escuta apoiaram planos de ação mais direcionados. Os resultados evidenciam o impacto do Plano de Gestão da Mudança, que implementou mais de 30 ações ao longo do ano.

PERFIL

Encerramos o ano de 2025 com 3.785 colaboradores, incluindo líderes, espalhados por todo o Brasil. Nossa população está bem distribuída entre operacional e administrativo, com mão de obra especializada e treinada em todas as áreas, contribuindo para execução dos processos de forma otimizada, sem perdas e custos adicionais.

São apresentados, a seguir, alguns dados do perfil dos nossos colaboradores:

Colaboradores	PCD
3.785 colaboradores.	69 pessoas com deficiência.
Mulheres	Negros (Pretos e Pardos)
1.225 mulheres, que representam 32,4% da companhia.	1.695 Negros, que representam 44,8% da companhia
Tempo médio de empresa	Idade média
6 anos é o tempo médio dos colaboradores na empresa.	41 anos é a idade média dos nossos colaboradores.

DESEMPENHO CONSOLIDADO 2025

O ano de 2025 significou para a Vibra uma retomada de volume seguida da crescente rentabilidade. Nesse sentido, o volume comercializado atingiu 9.500 mil m³ (+0,2% vs 2024), impulsionado, principalmente, pelo avanço da Gasolina (+5% vs 2024) e do QAV (+5% vs 2024). Além disso, a Companhia segue investindo o colhendo resultados com o segmento de Lubrificantes, o qual atingiu recorde histórico de vendas ao longo dos últimos 12 meses.

A Vibra encerrou o 2025 com Receita Líquida Ajustada de R\$ 189,8 bilhões (+10% vs 2024). O desempenho refletiu o maior volume comercializado do ano e, principalmente, a expansão das margens comerciais no período. O Lucro Bruto Ajustado totalizou R\$ 10,4 bilhões (+16% vs 2024) resultando em uma Margem Bruta Ajustada de 5,5% (+0,3 p.p. vs 2024). Esse movimento confirma a recomposição gradual das margens, iniciada após as perdas com inventários observadas no 2T25, e que se acelerou ao longo do segundo semestre de 2025.

O Lucro Líquido Ajustado alcançou R\$ 2,7 bilhões (-58% vs 2024), impactados pelo efeito do impairment da Comerc. Já o Ebitda Ajustado somou R\$ 7,9 bilhões (+27% vs 2024, desconsiderado os créditos tributários oriundos das Leis Complementares 192/22 e 194/22), impulsionado por: (i) maior rentabilidade nas operações de Distribuição; (ii) expansão da oferta de produtos premium no mix da Companhia; e (iii) adição do resultado do segmento de Renováveis. Desse resultado acumulado de 2025, R\$ 7,1 bilhões advêm do segmento de Distribuição, resultando em Margem Ebitda Ajustada de R\$ 197/m³. O desempenho anual reforça a combinação de crescimento de volumes e margens, sustentada por disciplina comercial, diversificação do portfólio, eficiência operacional e rigor na alocação de capital.

No segmento de Renováveis, o ano de 2025 apresentou um Ebitda Ajustado @stake de R\$ 1,1 bilhão (+1% vs 2024), respeitando o range do guidance e ligeiramente acima de 2024, com Receita Líquida de R\$ 6,0 bilhões (+35% vs 2024). O resultado foi impulsionado pela maior contribuição da Geração Distribuída, apesar do ambiente ainda desafiador para o setor devido ao cenário de curtailment.

Além dos resultados operacionais e financeiros alcançados ao longo de 2025, destaca-se a atuação da Companhia junto ao Instituto Combustível Legal, reafirmando seu posicionamento pioneiro na defesa de um ambiente concorrencial mais justo e equilibrado.

Ao longo do ano, foram registrados avanços relevantes na agenda de combate às irregularidades e redução de assimetrias nas condições de competição no mercado de distribuição de combustíveis. Na avaliação da Companhia, esses progressos representam um verdadeiro “*point of no return*”.

DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIOS 2025

DESEMPENHO DA REDE DE POSTOS

Especificamente na Rede de Postos, observa-se no ano um volume de vendas de 22.466 mil m³ (+2% vs 2024) impulsionado pelo avanço do Ciclo Otto, pela maior simetria do mercado e pelos avanços de eficiência na operação comercial nas principais praças do país.

A Receita Líquida Ajustada somou R\$ 113,6 bilhões (+7% vs 2024), enquanto o Lucro Bruto Ajustado atingiu R\$ 5,3 bilhões (+4% vs 2024), resultando em Margem Bruta de R\$ 237/m³. O Ebitda Ajustado do segmento totalizou R\$ 4,6 bilhões (+14% vs 2024). Excluindo itens não recorrentes, como recuperações tributárias e vendas de imóveis, o Ebitda Ajustado Recorrente foi de R\$ 3,7 bilhões, com Margem Ebitda Ajustada Recorrente de R\$ 163/m³ (+5% vs 2024). A expansão reforça a escala, melhor mix de produtos, avanço na penetração de combustíveis premium e eficiência logística capturada ao longo do exercício.

As Despesas Operacionais Ajustadas foram de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 56/m³), com variação negativa de -8% na despesa unitária, essencialmente em razão de maiores PCEs (Perdas de Crédito Esperadas) em 2025. A combinação entre crescimento de volume, disciplina de precificação e otimização operacional sustentou o avanço da rentabilidade.

O ano de 2025 foi marcado por recorde de novos embandeiramentos, atingindo 404 novos postos. Encerramos o período com número total de 7.456 postos, refletindo ajustes seletivos e alinhados à estratégia de qualificação da base, sempre alinhados com o VMM. O foco em postos de maior produtividade e na expansão de serviços complementares reforçou a atratividade da bandeira Vibra, considerada a marca mais confiável do País.

O desempenho positivo é refletido, ainda, nos indicadores de market share. A Companhia atingiu no 4T25 um market share de 21,1% na revenda (+0,6 p.p. vs 4T24).

DESEMPENHO B2B

O segmento B2B apresentou em 2025 um volume de vendas de 13.425 mil m³ (-2% vs 2024). Ao desconsiderar a venda de Óleo Combustível, o segmento do B2B apresentou um crescimento de 2% de vendas em comparação com o ano anterior, com destaque para os aumentos dos volumes de Diesel (+2% vs 2024) e QAV (+5% vs 2024).

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 70,3 bilhões (+6% vs 2024), e a Margem Bruta Ajustada atingiu R\$ 295/m³ (+6% vs 2024), impulsionados por um mix mais qualificado, com participação maior de combustíveis *premium* (maior valor agregado) e da evolução de iniciativas de *cross-sell*. Esse fortalecimento da margem compensou a estabilidade do volume e contribuiu para o avanço do resultado operacional.

O Ebitda Ajustado somou R\$ 2,9 bilhões (+15% vs 2024), sustentado pela recomposição de margens, gestão ativa do portfólio e eficiência logística. Excluindo impactos não recorrentes, o Ebitda Ajustado Recorrente atingiu R\$ 2,2 bilhões (-5% vs 2024), com Margem Ebitda Ajustada Recorrente de R\$ 164/m³, ligeiramente inferior ao patamar de 2024.

O segmento de Aviação se destacou ao longo de 2025, beneficiado expansão da malha aérea, conquista de novos clientes, além do crescimento do volume de companhias já atendidas pela Vibra. Esse movimento reforça a liderança da Companhia no segmento e evidencia nossa capacidade comercial de capturar oportunidades de mercados.

Encerramos o 4T25 com um avanço expressivo de *market share* de diesel no segmento B2B, atingindo 25,9% (+1,8 p.p. vs 4T24). Esse ganho consistente reflete a eficácia da nossa estratégia comercial, consolidando o B2B como vetor central de geração de valor para a Companhia.

LUBRIFICANTES

O negócio de Lubrificantes se consolidou como Avenida de Crescimento da Companhia. O volume comercializado avançou 11% em relação a 2024, impulsionado pelas estratégias comerciais assertivas, resultado da criação da unidade de negócios dedicada no ano de 2025.

Ao longo do ano, diversas estratégias foram traçadas e executadas para sustentar o crescimento de Lubrificantes, dentre eles os diferentes canais de negócio dentro do B2B mercados internacionais. Seguimos com um direcionamento claro de crescimento dos resultados dessa vertente, explorando a intensificação do *cross-sell* e aumento da linha de produtos premium (sintéticos), fortalecendo o posicionamento do portfólio Lubrax, com crescimentos sustentáveis de margem e volume para os próximos anos.

Adicionalmente, a Vibra reverteu a trajetória de *market-share* observada nos últimos anos, com crescimento notável no mercado. O desempenho positivo reafirma a robustez da marca e a qualidade dos produtos, que seguem conquistando a preferência dos consumidores.

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 23,3 bilhões, 17% acima da posição em 31 de dezembro de 2024. Este incremento da dívida veio acompanhado de mudanças estruturais e positivas no perfil de endividamento da Cia por meio da estratégia de liability management.

O foco no liability management e diversificação de fontes permitiram a Vibra reduzir o nível de custo médio da dívida para CDI+ 0,66% a.a. no 4T25 (CDI+ 1,30% a.a. no 4T24).

Ao longo de 2025 a Vibra captou um montante total de R\$ 3,6 bilhões através de debêntures e instrumentos bilaterais com diferentes instituições. A Companhia conseguiu obter condições de financiamento atrativas, com prazos e custos competitivos. Os recursos captados foram utilizados para financiar o capital de giro da Companhia e realizar pré-pagamento de dívidas, com foco em gestão ótima de caixa.

CAPEX E EMBANDEIRAMENTOS

Realizamos R\$ 976 milhões em Capex, concentrados na expansão e defesa do posicionamento logístico, na manutenção das infraestruturas operacionais, transformação digital e tecnologia da informação, SMS e demandas legais. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2025:

Investimentos em CAPEX (R\$ Milhões)	2025	%
Transformação Digital e TI	269	28%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	194	20%
SMS e Demandas Legais	193	20%
Expansão e Def. Posicionamento Logístico	178	18%
Aquisição Prédio Administrativo (Lubrax)	69	7%
Obras em Clientes	29	3%
Automação	21	2%
Rede de Postos	14	1%
Imagens dos Postos	8	1%
Total	976	100%

Para expansões e renovações contratuais na rede de postos e serviços, a Companhia investiu cerca de R\$ 1,2 bilhões em 2025, sendo cerca de 50% em bonificações por performance e o restante distribuídos entre bonificações antecipadas e financiamentos ressarcíveis.

COMERC

A Comerc encerrou o último trimestre de 2025 com avanço operacional e estabilidade no desempenho em comparação ao ano anterior, mesmo com o aumento significativo do *curtailment* durante o período (22% em 2025 e 8% em 2024, ambos vs P50), reforçando a força do *management* da Companhia e resiliência do modelo de negócios em um cenário desafiador. A Companhia atingiu o guidance de Ebitda revisado para 2025, totalizando R\$ 1,1 bilhão, um crescimento de 1,4% em relação a 2024. Iniciativas de eficiência operacional, a entrada antecipada de usinas de Geração Distribuída e bandeiras tarifárias mais altas foram fundamentais para mitigar os impactos do *curtailment*.

MERCADO DE CAPITAIS

O volume financeiro médio da Vibra negociado na B3 – Brasil, Bolsa & Balcão – no período de 01/10/25 a 30/12/25 foi de R\$ 245,3 milhões/dia. As ações da Companhia encerraram o pregão de 30/12/25 cotadas a R\$ 25,33 apresentando uma valorização de 16% ao longo desse período. No mesmo período, o índice Ibovespa apresentou uma valorização de 11%.

VBBR3 (01/10/2025 a 31/12/2025)

Quantidade de ações (mil)	1.198	Volume médio ações/dia (milhões)	10,6
Quantidade de ações <i>free-float</i> (mil)	1.191	Volume financeiro médio/dia (R\$ milhões)	245,3
Cotação em 30/dez	25,33	Cotação média (R\$/ação)	23,18

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Ao longo do ano de 2025, foram realizados pagamentos da ordem de R\$ 1.6 bilhão na forma de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Adicionalmente, em dezembro de 2025, foram declarados pagamentos de R\$ 350 milhões e R\$ 850 milhões, a serem efetuados, respectivamente, em fevereiro e dezembro de 2026, forma de Juros sobre Capital Próprio. Além disso, foi efetuada bonificação de ações no valor de R\$ 800 milhões.

Vibra Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.647	10.480	1.740	9.316	Fornecedores	15	5.013	2.432	4.199	2.427
Caixa e aplicações restritas	7	26	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	1.132	2.695	516	2.592
Debêntures	29	12	-	-	-	Arrendamentos	17	103	80	185	183
Contas a receber, líquidas	8	6.838	4.953	5.587	5.295	Adiantamentos de clientes	23.1	486	409	437	401
Estoques	9	5.891	6.109	5.819	6.102	Imposto de renda e contribuição social		315	187	273	184
Adiantamentos a fornecedores		587	293	575	201	Impostos e contribuições a recolher	18.1	251	137	224	135
Imposto de renda e contribuição social		90	4	30	2	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	22.5	1.111	1.512	1.110	1.512
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	2.360	2.764	2.339	2.756	Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	19	415	340	315	323
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	494	486	470	470	Planos de pensão e saúde	20	153	145	153	145
Despesas antecipadas		111	131	97	124	Instrumentos financeiros derivativos	29	2.376	53	20	44
Instrumentos financeiros derivativos	29	2.358	461	123	461	Provisão para Créditos de Descarbonização	21	36	-	36	-
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	219	11	219	11	Credores por aquisição de participações societárias	29	72	145	-	70
Outros ativos circulantes		280	149	66	136	Outras contas e despesas a pagar		308	379	239	328
		22.913	25.841	17.065	24.874			11.771	8.514	7.707	8.344
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	21.233	17.754	15.641	16.946
Caixa e aplicações restritas	7	110	-	-	-	Arrendamentos	17	748	279	621	492
Debêntures	29	351	-	-	-	Incentivos de longo prazo	19.2	76	16	51	16
Contas a receber, líquidas	8	945	843	971	985	Planos de pensão e saúde	20	1.267	757	1.267	757
Depósitos judiciais	27.2	1.298	1.333	1.292	1.331	Instrumentos financeiros derivativos	29	3.470	65	289	65
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	6.944	5.046	6.929	5.046	Outros impostos diferidos		9	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.3	2.749	2.170	2.537	2.160	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.3	209	-	-	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	830	831	830	831	Provisão para processos judiciais e administrativos	27	1.250	1.135	1.228	1.134
Despesas antecipadas		29	47	29	47	Credores por aquisição de participações societárias	29	10	89	-	89
Instrumentos financeiros derivativos	29	3.525	442	42	442	Outras contas e despesas a pagar		179	6	321	225
Outros ativos realizáveis a longo prazo		214	95	90	57			28.451	20.101	19.418	19.724
		16.995	10.807	12.720	10.899			40.222	28.615	27.125	28.068
Investimentos						Patrimônio líquido					
Imobilizado	12	1.480	3.921	9.627	5.634	Capital social realizado	22	12.051	10.034	12.051	10.034
Intangível	13	15.319	6.984	7.334	6.262	Ações em tesouraria		(122)	(105)	(122)	(105)
	14	4.256	1.447	986	784	Reserva de capital		139	92	139	92
		38.050	23.159	30.667	23.579	Reservas de lucros		10.233	11.479	10.233	11.479
		60.963	49.000	47.732	48.453	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.694)	(1.115)	(1.694)	(1.115)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		20.607	20.385	20.607	20.385
						Participação de acionistas não controladores		134	-	-	-
								20.741	20.385	20.607	20.385
								60.963	49.000	47.732	48.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	23	189.256	172.272	177.062	171.613
Marcação a mercado		(181)	-	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24.1	(179.857)	(164.031)	(168.901)	(163.548)
Lucro bruto		9.218	8.241	8.161	8.065
Despesas operacionais					
Vendas	24.2	(3.113)	(2.759)	(3.120)	(2.767)
Perdas de crédito esperadas		(12)	62	(4)	64
Gerais e administrativas	24.3	(1.536)	(999)	(895)	(868)
Tributárias		(145)	(155)	(134)	(155)
Outras receitas (despesas), líquidas	24.4	313	4.279	470	4.237
		(4.493)	428	(3.683)	511
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		4.725	8.669	4.478	8.576
Financeiras	25				
Despesas		(2.972)	(1.456)	(2.145)	(1.459)
Receitas		1.020	1.777	689	1.738
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(422)	(552)	164	(536)
		(2.374)	(231)	(1.292)	(257)
Resultado de participações em investimentos	12	101	100	(702)	200
Lucro antes dos impostos		2.452	8.538	2.484	8.519
Imposto de renda e contribuição social	18.3				
Corrente		(824)	(2.295)	(669)	(2.268)
Diferido		351	124	189	116
		(473)	(2.171)	(480)	(2.152)
Lucro líquido do exercício		1.979	6.367	2.004	6.367
Participação atribuída aos acionistas controladores		2.004	6.367	2.004	6.367
Participação atribuída aos acionistas não controladores		(25)	-	-	-
Resultado por ação básico - R\$	22.7	1,7851	5,7104	1,7851	5,7104
Resultado por ação diluído - R\$	22.7	1,7758	5,6816	1,7758	5,6816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.979	6.367	2.004	6.367
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Plano de saúde				
Perdas atuariais	(170)	(100)	(170)	(100)
	(170)	(100)	(170)	(100)
Planos de pensão				
Ganhos (perdas) atuariais	(555)	443	(555)	443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	189	(150)	189	(150)
	(366)	293	(366)	293
	(536)	193	(536)	193
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão	(45)	82	(45)	82
Resultados não realizados em instrumentos financeiros	(1)	-	(1)	-
Resultados não realizados com hedge accounting				
Resultados não realizados com hedge accounting	4	-	4	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1)	-	(1)	-
	3	-	3	-
Resultado abrangente do exercício	1.400	6.642	1.425	6.642
Participação atribuída aos acionistas controladores	1.425	6.642	1.425	6.642
Participação atribuída aos acionistas não controladores	(25)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Consolidado												Controladora	
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Transações de Capital e Opções outorgadas	Reservas de lucros								Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
			Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados					
Em 31 de dezembro de 2023	7.579	59	(1.150)	195	361	270	9.403	404	-	(1.390)	-	15.731	15.731	
Aumento de capital	2.455	-	-	-	(361)	(270)	(1.824)	-	-	-	-	-	-	
Opções outorgadas	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	
Ações em tesouraria - utilização e cancelamento	-	-	1.074	-	-	-	(1.059)	-	-	-	-	15	15	
Recompra de ações	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)	
Transação de capital reflexa	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18	
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	-	82	82	
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	-	193	193	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.367	-	-	6.367	6.367	
Apropriação em reservas	-	-	-	-	319	-	4.412	-	(4.731)	-	-	-	-	
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(371)	(562)	-	-	(933)	(933)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.074)	-	-	(1.074)	(1.074)	
Em 31 de dezembro de 2024	10.034	92	(105)	195	319	-	10.932	33	-	(1.115)	-	20.385	20.385	
Aumento de capital	2.017	-	-	-	(319)	-	(1.698)	-	-	-	-	-	-	
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	220	220	-	
Opções outorgadas	-	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37	
Ações em tesouraria	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)	(17)	
Aquisição / Venda de participação acionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)	(51)	-	
Transação de capital reflexa	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45)	-	(45)	(45)	
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(536)	-	(536)	(536)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.004	-	(25)	1.979	2.004	
Apropriação em reservas	-	-	-	1	100	-	703	-	(804)	-	-	-	-	
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(33)	-	-	(3)	(36)	(33)	
Ganhos e perdas não realizadas - hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	3	
Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(1)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.200)	-	-	(1.200)	(1.200)	
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)	-	
Em 31 de dezembro de 2025	12.051	139	(122)	196	100	-	9.937	-	-	(1.694)	134	20.741	20.607	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício		1.979	6.367	2.004	6.367
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	18.3	473	2.171	480	2.152
Depreciação e amortização	24	1.068	554	567	537
Resultado com alienação / baixas de ativos		75	(361)	121	(335)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	8	82	(22)	74	(25)
Resultado de participações em investimentos		(101)	(100)	702	(200)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	611	696	605	693
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		161	123	133	102
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		1.335	2.324	626	2.314
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos		1.869	(889)	1.137	(897)
Valor justo / Reversão - earnout participação societária	24.4	(157)	(486)	(157)	(486)
Despesa com planos de pensão e saúde	20	101	129	101	129
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	24.4	347	128	338	128
Reversão perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	24.4	(362)	-	(362)	-
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	24.4	998	705	998	705
Valor justo investimento mantido para venda	11	55	-	55	-
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	24.4	497	837	497	837
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária	24.4	(74)	(124)	(74)	(124)
Créditos de PIS COFINS	18	(1.461)	(5.041)	(1.461)	(5.041)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos		-	(6)	-	(6)
Provisão de prêmios e incentivos		325	201	244	201
Ganho na aquisição de ativo	24.4	-	-	(167)	-
Outros ajustes		(53)	(97)	32	(99)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		(992)	1.590	(582)	1.645
Estoques		224	(149)	282	(145)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	(618)	(298)	(604)	(286)
Despesas antecipadas		(128)	(131)	(100)	(106)
Depósitos Judiciais		(5)	(46)	(5)	(46)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)		(489)	(851)	(489)	(851)
Fornecedores		2.221	(2.078)	1.847	(2.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(160)	(64)	-	(13)
Impostos, taxas e contribuições		(129)	(104)	(114)	(113)
Planos de pensão e de saúde		(308)	(289)	(308)	(289)
Pagamento de prêmios e incentivos		(256)	(146)	(175)	(146)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(181)	(113)	(179)	(113)
Adiantamentos de clientes		76	(113)	38	(106)
Adiantamentos a fornecedores		(289)	(13)	(374)	56
Pagamento para acordos extrajudiciais		-	(204)	-	(204)
Outros ativos e passivos, líquidos		(68)	48	31	39
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.666	4.148	5.761	4.175
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis		(1.452)	(1.134)	(976)	(1.094)
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias	12	(114)	(41)	(6.013)	(585)
Recebimentos pela venda de ativos		272	488	237	452
Investimentos em TVM		67	(8)	-	-
Dividendos recebidos		104	7	77	38
Recebimentos de empréstimos concedidos		138	-	-	-
Mútuos concedidos		(215)	(31)	(29)	(23)
Ressarcimento de preço de compra Energea		19	-	-	-
Redução de capital em participações societárias		16	-	-	-
Outros investimentos		5	-	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	2.3	(2.982)	(114)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(4.142)	(833)	(6.704)	(1.212)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	16.1	3.571	5.925	3.423	5.776
Amortizações de principal	16.1	(8.328)	(2.101)	(6.254)	(2.003)
Amortizações de juros	16.1	(2.550)	(1.274)	(1.773)	(1.241)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	22.5	(1.547)	(1.528)	(1.545)	(1.528)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	17.2	(116)	(93)	(198)	(199)
Pagamentos de juros	17.2	(63)	(40)	(45)	(45)
Recompra de ações		(47)	(29)	(47)	(29)
Depósitos e aplicações restritas	7	(274)	-	-	-
Resgate depósitos e aplicações restritas	7	282	-	-	-
Redução de capital de acionistas não controladores		(5)	-	-	-
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos		(635)	(599)	(616)	(599)
Recebimentos de ajustes em contratos		462	64	422	64
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		(9.250)	325	(6.633)	196
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		(107)	174	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(6.833)	3.814	(7.576)	3.159
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.480	6.666	9.316	6.157
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.647	10.480	1.740	9.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		196.053	179.992	182.577	179.262
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	8	(82)	22	(74)	25
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		(199)	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso		1.198	802	763	802
		196.970	180.816	183.266	180.089
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		179.693	163.788	168.662	163.304
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		4.668	4.018	3.982	3.984
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		4.938	4.929	4.938	4.928
<i>Impairment</i> de investimento		636	705	636	705
		189.935	173.440	178.218	172.921
Valor adicionado bruto		7.035	7.376	5.048	7.168
Retenções					
Depreciação e amortização	24	1.068	554	567	537
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		5.967	6.822	4.481	6.631
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos	12	101	100	(702)	200
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		2.101	2.355	1.546	2.314
Aluguéis e royalties	24.4	468	423	468	423
		2.670	2.878	1.312	2.937
Valor adicionado a distribuir		8.637	9.700	5.793	9.568
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários		742	591	567	553
Prêmios por desempenho e outros incentivos		299	211	218	211
		1.041	802	785	764
Benefícios					
Vantagens		145	111	120	110
Plano de aposentadoria e pensão		131	155	131	155
Plano de saúde		89	66	75	66
		365	332	326	331
FGTS		88	54	74	54
		1.494	1.188	1.185	1.149
Tributos					
Federais		(36)	(2.329)	(761)	(2.395)
Estaduais		382	1.607	255	1.606
Municipais		55	39	40	37
Exterior		23	8	-	-
		424	(675)	(466)	(752)
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		4.500	2.586	2.838	2.571
Aluguéis / arrendamentos		240	234	232	233
		4.740	2.820	3.070	2.804
Acionistas					
Juros sobre capital próprio		1.200	1.074	1.200	1.074
Dividendos		-	529	-	529
Participação de acionistas não controladores		(25)	-	-	-
Lucros retidos		804	4.764	804	4.764
		1.979	6.367	2.004	6.367
Valor adicionado distribuído		8.637	9.700	5.793	9.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e constituída em 12 de novembro de 1971 sob o nome Petrobras Distribuidora S.A.. Suas ações são negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, sob o código VBRR3, e no mercado de balcão de Nova Iorque, Estados Unidos, através do *American Depositary Receipt* (ADR) denominado “VBREY”, cuja negociação teve início em abril de 2025.

A Vibra Energia S.A., cuja sede social está localizada no município do Rio de Janeiro – RJ, tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. Por meio da controlada Comerc Energia S.A., atua na comercialização de energia elétrica, geração de energia elétrica e solar, serviços de gestão do consumo de energia, dentre outros serviços correlatos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de março de 2026, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 199/24. As IFRS não exigem a apresentação dessa demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado e de outros resultados abrangentes, de investimento societário mantido para venda mensurado pelo seu valor justo e do passivo atuarial de benefício definido, reconhecido pelo valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2.3 Princípios de consolidação

As demonstrações consolidadas incluem as informações da Vibra Energia e de suas controladas diretas e indiretas. As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas, incluindo lucros não realizados, são eliminados nas demonstrações consolidadas.

As políticas contábeis referentes à elaboração das demonstrações consolidadas, bem como a identificação das empresas controladas e suas movimentações do período estão apresentadas na nota 12.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, ocorreram novos investimentos, acordo para desinvestimento e constituição de nova entidade controlada no Exterior, abaixo apresentados.

2.3.1 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o seu controle é transferido para a Companhia.

As combinações efetuadas pela Companhia no exercício estão apresentadas a seguir.

2.3.1.1 Comerc Energia S.A.

Em 21 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um acordo para antecipar a aquisição dos 50% remanescentes da Comerc Energia S.A., em conjunto com a Perfin Infra e outros acionistas da Comerc. A transação foi avaliada em R\$ 3,52 bilhões, com data-base de 1º de julho de 2024, estando sujeita a ajustes pelo CDI até a data de liquidação.

Nesta operação, a Comerc foi avaliada em R\$ 7,05 bilhões. É importante ressaltar que o valor da aquisição estava abaixo do limite de R\$ 9,34 bilhões previamente aprovado em assembleia geral extraordinária da Vibra, realizada em 11 de agosto de 2022, dispensando assim a necessidade de nova convocação de assembleia para esta finalidade.

No âmbito da Operação, a Companhia adquiriu 181.514.631 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de, aproximadamente, 50% do capital social votante e total da Comerc. Essas ações foram adquiridas do Sr. Christopher Alexander Vlavianos, dos Fundos Perfin Infra e dos Acionistas Originais Minoritários, conforme definidos e qualificados no Acordo de Acionistas da Comerc celebrado em 25 de fevereiro de 2022.

Adicionalmente, o valor presente da opção de venda detida pelos acionistas minoritários integrantes do Bloco Vibra (Fundadores Targus), também definidos e qualificados no mencionado Acordo de Acionistas, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, foi incluído na composição do preço pago ("Preço de Aquisição").

Com a conclusão da operação, em 16 de janeiro de 2025, a Companhia passou a deter 358.309.951 ações ordinárias da Comerc, representando cerca de 98,70% do capital social votante e total da sociedade, consolidando, assim, o controle.

O preço total de aquisição da totalidade das ações da Comerc Energia S.A. pela Companhia foi de R\$ 3.879 ("Preço de Aquisição"), sendo R\$ 3.732 correspondentes à aquisição de 50% do capital social votante e total da Comerc, e R\$ 147 referentes ao valor presente da opção de venda detida pelos Fundadores Targus relativa às ações remanescentes do capital votante e total da Comerc. Ressaltamos que, do montante total, uma parcela foi retida a título de garantia contratual, conforme estabelecido nos termos do acordo entre as partes.

Em assembleia geral extraordinária da Comerc Energia S.A. ("Comerc") realizada em 17 de janeiro de 2025 (data da aquisição), foi aprovado o aumento do capital social da Comerc em R\$1,5 bilhão, mediante a emissão de 161.985.792 ações ordinárias pela Comerc, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia (nota 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 14 de março de 2025, a Companhia adquiriu as ações restantes da Comerc pertencentes aos demais acionistas do Bloco Vibra (Fundadores Targus), pelo montante de R\$150, totalizando 100% do capital social votante e total da Comerc.

A aquisição da Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Vibra e permitirá agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A seguir apresentamos os montantes envolvidos no preço pago alocado na obtenção de controle da Comerc Energia S.A.:

Valor pago em dinheiro para aquisição do controle	3.641
Valor presente da opção de venda detida pelos acionistas fundadores da Targus (*)	147
Valor retido a pagar	91
Preço de aquisição do controle total da Comerc (100%)	3.879
Participação dos acionistas não controladores a valor justo (**)	220
Valor justo da participação detida anteriormente pela Vibra	3.634
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(4.903)
Ágio por rentabilidade futura (Goodwill)	2.830

(*) O valor pago em dinheiro pela aquisição da participação detida pelos acionistas fundadores da Targus foi de R\$ 150. Dessa forma, o impacto em caixa da operação totaliza R\$ 3.791.

(**) Baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos.

O valor do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) é oriundo de experiência e reconhecimento da Comerc na gestão de energia e eficiência energética do Brasil, além de um ecossistema integrado que engloba os diversos ativos do segmento de energia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos no Consolidado Vibra está demonstrado a seguir:

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	829
Caixas e aplicações restritas	125
Contas a receber	677
Instrumentos financeiros derivativos	3.657
Impostos e contribuições a recuperar	58
Partes relacionadas	419
Dividendos a receber	8
Venda de participação acionária	149
Estoques	4
Ativos da concessão	31
Impostos e contribuições diferidos	41
Outros ativos	61
Investimentos	1.551
Imobilizado	7.578
Intangível	853
Fornecedores	(451)
Empréstimos e financiamentos	(7.200)
Obrigações sociais e trabalhistas	(104)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(22)
Outros tributos a pagar	(42)
Adiantamentos de clientes	(25)
Partes relacionadas	(25)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.590)
Passivo de arrendamento	(208)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(14)
Impostos e contribuições diferidos	(262)
Provisão para perdas em investimentos	(4)
Provisão para desmobilização	(19)
Opções de compra de ações outorgadas	(134)
Outros passivos	(38)
Total valor justo dos ativos identificáveis	4.903

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo dos principais ativos adquiridos foram:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Investimento	Para os investimentos que já estão em operação e dispõem de estimativas atualizadas de projeções de fluxos de caixa, utilizou-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que calcula o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontando-os a uma taxa apropriada. Para os demais investimentos, foi adotada a Avaliação Patrimonial, que se baseia no valor contábil do investimento registrado no balanço patrimonial.
Intangível (Direito de autorização, Parecer de acesso e Carteira de clientes)	Para o cálculo do valor dos intangíveis Direito de autorização, carteira de clientes e parecer de acesso, foi utilizada a metodologia Método Multi-period Excess Earnings (MPEEM) que é uma aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) para o cálculo do valor de ativos intangíveis sob uma perspectiva stand alone, que consiste na estimativa a valor presente dos fluxos de caixa após impostos, deduzindo as cobranças de ativos contributórios (CAC). O CAC consiste na remuneração dos demais ativos da companhia, os ativos necessários para a geração dos fluxos de caixa.
Imobilizado	Avaliação de um ativo com base na atualização custo de aquisição histórico e/ou no custo de reposição a novo, incluindo despesas diretas e indiretas, com posterior aplicação da depreciação a partir da relação entre a vida útil específica e idade do ativo avaliado.

O resultado do teste do valor recuperável (*impairment*) do *goodwill* da Comerc está apresentado na nota 12.4.

2.3.2 VB0224 Participações Ltda.

2.3.2.1 Aquisição VSA Participações e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a VB0224 Participações, empresa controlada pela Vibra Energia, adquiriu o controle (100%) das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., que, por meio de suas controladas operacionais, atuam no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

No período encerrado em 31 de março de 2025 foi concluída a avaliação preliminar do *goodwill* que havia sido divulgada na nota 10.6 das demonstrações de 31 de dezembro de 2024. Os montantes finais estão apresentados a seguir:

Valor pago em dinheiro	120
Valor retido a pagar	75
Preço de aquisição	195
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(142)
Ágio por rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	53

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O *goodwill* é decorrente das sinergias esperadas na integração dos negócios das empresas atuantes no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

O total dos ativos adquiridos e passivos assumidos está demonstrado abaixo:

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	6
Contas a receber	83
Impostos e contribuições a recuperar	7
Estoques	6
Outros ativos	4
Imobilizado	67
Intangível	79
Fornecedores	(18)
Empréstimos e financiamentos	(37)
Arrendamentos	(37)
Salários e encargos	(5)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1)
Outros passivos	(12)
Total valor justo dos ativos identificáveis	142

2.3.2.2 Aquisição da Repelub

Em 10 de agosto de 2025, a Vibra Energia S.A., através de sua controlada indireta Risel Combustíveis Ltda, concluiu a aquisição de 100% do capital social da Repelub Revendedora de Petróleo e Lubrificantes S.A.

A operação, no valor de R\$ 55, inclui uma cláusula de ajuste de preço baseada nas variações do capital de giro e na dívida líquida da adquirida, com medição 120 (cento e vinte) dias após a data de aquisição do controle. Até 31 de dezembro de 2025, o montante desembolsado pela aquisição da Repelub foi de R\$39 e o caixa adquirido na combinação de negócios foi de R\$7. O *goodwill* apurado na operação totalizou R\$ 48.

Esta aquisição está alinhada à estratégia da Companhia de expandir sua atuação e fortalecer seu relacionamento com o setor do agronegócio.

2.3.2.3 Aquisição da ASSTAM

Em dezembro de 2025, a controlada indireta Risel Combustíveis Ltda. adquiriu 100% do capital social da ASSTAM Combustíveis Ltda., pelo montante de R\$ 20 (ágio de R\$4). A ASSTAM é referência na distribuição de óleo diesel e na prestação de serviços técnicos especializados em engenharia para o armazenamento de combustíveis e segurança do trabalho, com sede em São Paulo - SP.

A aquisição está alinhada à estratégia da Companhia de ampliar sua atuação em TRRs.

2.3.3 Alienação da participação na Evolua

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para a alienação da totalidade das ações que detém no capital social da ECE S.A. ("Evolua"), sociedade originalmente constituída como um empreendimento controlado em conjunto (*joint-venture*) entre a Vibra e a Copersucar S.A. para atuar na comercialização de etanol. A participação da Companhia na Evolua corresponde a 49,99% do seu capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nos termos do referido contrato, as ações de emissão da Evolua ora detidas pela Vibra serão adquiridas pela Copersucar S.A., acionista da Evolua que detém os restantes 50,01% do seu capital social. A decisão de encerrar a parceria reflete a nova dinâmica do mercado e está alinhada à estratégia da Vibra de ampliar sua flexibilidade no suprimento de etanol, além de reforçar o compromisso da Companhia com a disciplina na alocação de capital.

O investimento da Vibra na Evolua foi reclassificado para mantido para venda em 31 de dezembro de 2025, tendo por base o patrimônio líquido da Evolua em 30 de outubro de 2025, data acordada pelos sócios para as negociações. Os detalhes acerca da reclassificação estão apresentados na nota 11.

A conclusão da transação, estimada para o final do 1º trimestre de 2026, está sujeita ao cumprimento de condições usuais em operações dessa natureza, incluindo a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

2.3.4 Constituição de nova empresa de lubrificantes

Em dezembro de 2025, a Companhia iniciou suas operações de comercialização de lubrificantes através da nova entidade Vibra Argentina S.A.U. (“Vibra Argentina”), controlada que tem por objetivo inicial atender as indústrias daquele País (clientes B2B) via revenda do produto. No mesmo mês, ocorreu a integralização de capital de USD 0.9 (R\$5).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas controladas no Brasil, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

A Vibra Trading BV (“BV”), controlada cuja moeda funcional é o Dólar, possui seus montantes de receitas e despesas convertidos pela taxa de câmbio média e os saldos de ativos e passivos convertidos pela taxa de 31 de dezembro de 2025.

A Vibra Argentina S.A., constituída em 2025, tem como moeda funcional o Peso Argentino (ARS), determinada com base na análise dos indicadores primários previstos no item 9 do CPC 02 (R2), em razão de seus preços de venda e forças competitivas serem primariamente determinados pelo mercado argentino.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos da Vibra Argentina S.A. são convertidos para BRL pela taxa de câmbio de fechamento (ARS/BRL), e as receitas e despesas pela taxa de câmbio da data de cada transação ou pela taxa média do período quando esta for uma aproximação razoável. As diferenças de conversão resultantes são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas em rubrica específica do patrimônio líquido.

Não há informações comparativas referentes à Vibra Argentina S.A. em 31 de dezembro de 2024, em razão de a entidade ter sido constituída no exercício de 2025.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações financeiras, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros e desdobramentos de eventos macroeconômicos de repercussão global, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As estimativas que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas – nota 8
- *Impairment* de investimentos em participações societárias – nota 12
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – notas 13 e 14, respectivamente
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível - notas 13 e 14, respectivamente
- Valor justo do *earnout* (contraprestação contingente) em aquisição de investidas – nota 29
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 18
- Benefícios pós-emprego concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) - nota 20
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 27

3.1 Considerações relacionadas às mudanças climáticas

O Conselho de Administração monitora sistematicamente o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), aumento do uso de energia renovável e a aquisição de CBIO para atendimento ao programa RenovaBio.

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), a Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. A provisão para aquisição de CBIO está apresentada na nota 21.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, estimativas relacionadas ao valor em uso de ativos utilizam premissas e projeções do planejamento estratégico da Companhia (nota 12) e, portanto, incorporam as estratégias ligadas às questões climáticas.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis materiais estão descritas nas respectivas notas explicativas.

5 Novas normas

A Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e) – Permissões de emissão (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e não tem equivalente em IFRS. Seus requisitos já eram aplicados pela Companhia desde o início da vigência do Programa RenovaBio, em 2018 e, portanto, não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma ainda não adotada pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e que está sendo avaliada quanto aos seus impactos é a IFRS 18/ CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, que substituirá o pronunciamento IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não espera impactos ou impactos significativos pela vigência das normas a seguir:

Novas normas ou alterações	Descrição/Data efetiva
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	As alterações buscam esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; trazem orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende aos critérios de pagamentos de principal e juros; adicionam novas divulgações para determinados instrumentos; e atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	A data efetiva é 1º de janeiro de 2026.
<i>IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	Data efetiva 1º de janeiro de 2027.
Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Disponível para adoção opcional apenas em IFRS. A data efetiva foi diferida por tempo indeterminado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***6 Caixa e equivalentes de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Bancos	824	1.309	200	399
Aplicações financeiras				
No país	2.402	8.931	1.120	8.677
No exterior	421	240	420	240
Total	3.647	10.480	1.740	9.316

As aplicações financeiras no País correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior da Vibra Energia referem-se a aplicações de recursos no *overnight*, remunerados a 80% da *Interest on Reserve Balances* (IORB), equivalente a 2,92% a.a..

⇒ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Caixa e aplicações restritas

Algumas controladas da Companhia (diretas e indiretas) possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de dezembro de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seus respectivos contratos de financiamento. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025 os saldos registrados como caixa e aplicações restritas totalizam R\$ 136 (R\$ 26 no ativo circulante e R\$ 110 no ativo não circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Partes relacionadas (nota 31)	10	-	185	699
Terceiros	10.045	8.044	8.614	7.818
Total das contas a receber (nota 8.1)	10.055	8.044	8.799	8.517
Recebíveis de contratos com clientes	8.528	6.713	7.237	6.501
Outras contas a receber	1.527	1.331	1.562	2.016
Financiamentos a receber	1.421	1.329	1.562	1.486
Adiantamentos	-	-	-	528
Outros	106	2	-	2
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.272)	(2.248)	(2.241)	(2.237)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.272)	(2.248)	(2.241)	(2.237)
Contas a receber - líquidas	7.783	5.796	6.558	6.280
Contas a receber (circulante), líquidas	6.838	4.953	5.587	5.295
Contas a receber (não circulante), líquidas	945	843	971	985

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Mutação das perdas de crédito esperadas				
Saldo inicial	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
(Adições)/Reversões, líquidas	(82)	22	(74)	25
Baixas	70	40	70	39
Desreconhecimento de recebíveis (*)	-	49	-	49
Combinação de negócios	(12)	(1)	-	-
Saldo final	(2.272)	(2.248)	(2.241)	(2.237)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.225)	(2.201)	(2.194)	(2.190)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)

(*) Refere-se a valores de débitos negociados em 2024 com os clientes que se enquadravam para fins de desreconhecimento (CPC48). Esses valores foram baixados e reconhecidos novos contratos a valor justo.

A Companhia apresenta R\$ 2.049 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.032 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2025			2024		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	369	(25)	344	99	(6)	93
De 3 a 6 meses	68	(26)	42	25	(14)	11
De 6 a 12 meses	119	(27)	92	102	(17)	85
Acima de 12 meses	2.265	(2.179)	86	2.234	(2.143)	91
Total	2.821	(2.257)	564	2.460	(2.180)	280
A vencer	7.234	(15)	7.219	5.584	(68)	5.516
Total	10.055	(2.272)	7.783	8.044	(2.248)	5.796

	Controladora					
	2025			2024		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	275	(24)	251	96	(6)	90
De 3 a 6 meses	58	(24)	34	23	(13)	10
De 6 a 12 meses	110	(16)	94	98	(15)	83
Acima de 12 meses	2.234	(2.164)	70	2.228	(2.137)	91
Total	2.677	(2.228)	449	2.445	(2.171)	274
A vencer	6.122	(13)	6.109	6.072	(66)	6.006
Total	8.799	(2.241)	6.558	8.517	(2.237)	6.280

⇒ **Política contábil**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente para vendas com prazo de recebimento entre 180 e 360 dias. Os juros embutidos nos preços são deduzidos da receita (nota 23). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desreconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes.

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

9 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.196	1.161	1.192	1.159
Óleo diesel	1.931	2.187	1.914	2.189
Óleo combustível	104	178	104	178
Querosene de Aviação	412	426	412	426
Lubrificantes	450	424	448	424
Outros	139	30	104	30
Biocombustíveis (*)	1.095	1.040	1.095	1.040
	5.327	5.446	5.269	5.446
Produtos em trânsito (**)	216	363	209	363
Outros produtos	348	300	341	293
Total	5.891	6.109	5.819	6.102

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

(**) Inclui importações em andamento.

Não houve necessidade de reconhecimento de nenhuma provisão para redução ao valor realizável dos estoques de janeiro a dezembro de 2025 e nem de janeiro a dezembro de 2024.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 186 em 31 de dezembro de 2025 e de R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024.

⇒ Política contábil

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Em 2025, a Companhia, após designar o hedge de commodities para hedge accounting (nota 31), passou a apresentar seus efeitos em outros resultados abrangentes e no custo dos produtos vendidos, em vez de apresentar esses ganhos (perdas) em outras receitas (despesas) operacionais e resultado financeiro (parte das NDFs).

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Os estoques de gasolina e diesel das Tradings são avaliados a valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Consolidado								
2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação	Transferências	2024	Adições	Baixa / apropriação	2025
1.926	298	(696)	(218)	7	1.317	618	(611)	1.324
Circulante					486	494		
Não Circulante					831	830		

Controladora							
2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação (*)	2024	Adições	Baixa / apropriação	2025
1.926	286	(693)	(218)	1.301	604	(605)	1.300
Circulante				470	470		
Não Circulante				831	830		

⇒ **Política contábil**

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 23). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados para a perda em sua totalidade.

11 Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado	11	11	11	11
Investimentos	208	-	208	-
Total	219	11	219	11

Devido ao contrato de venda da totalidade de suas ações na ECE S.A. ("Evolua") para o outro sócio nessa *joint venture*, a Copersucar S.A., em 8 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a reclassificação do saldo contábil de R\$ 264 referente a essa participação societária de Investimentos para Mantido para Venda.

Em observância ao pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou ajuste a valor justo (perda) de R\$ 55, com contrapartida em outras despesas operacionais (nota 24.4). O saldo do investimento classificado como ativo não circulante mantido para venda em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 208.

O valor justo será revisto e confrontado com o saldo contábil do investimento na Evolua até a sua efetiva baixa, no primeiro trimestre de 2026.

As perdas por redução ao valor recuperável na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ **Política contábil**

A Companhia classifica como ativo não circulante mantido para venda (e passivos correspondentes, se houver) os ativos que passarem a ter sua expectativa de realização por meio de venda, em vez do uso ou do exercício de controle da Companhia sobre participações societárias. Para essa reclassificação, a alienação do ativo ou negócio devem ter sido devidamente aprovados pela Administração.

Ao classificar ativos não circulantes como mantidos para venda, a Companhia avalia se o valor contábil excede seu valor justo; o ativo não circulante mantido para venda é reconhecido e mensurado pelo menor valor dentre os dois, deduzindo ainda as despesas de venda do ativo.

12 Investimentos

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia, e podem divergir das demonstrações financeiras individuais dessas investidas, em função de ajustes para a política contábil e da data base utilizada na preparação das demonstrações.

12.1 Informações contábeis resumidas

	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	Vibra Ventures	VBRR Conveniência	VB0224	Vibra Argentina	Comerc
Ativo								
Ativo circulante	143	1.406	497	4	134	276	13	4.401
Ativo Não Circulante	176	-	1	49	699	332	-	13.258
Total do Ativo	319	1.406	498	53	833	608	13	17.659
Passivo								
Passivo circulante	39	829	237	-	48	151	8	3.806
Passivo não circulante	268	165	-	-	132	193	-	8.788
Patrimônio Líquido	12	412	261	53	653	264	5	5.065
Total do Passivo	319	1.406	498	53	833	608	13	17.659
Resultados								
Receita operacional líquida	13	5.139	6.484	-	180	1.953	-	5.970
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(125)	71	38	(1)	34	(2)	-	(739)
Participação no capital votante e total- % (*)	99,01%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
País	Brasil	Holanda	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil

(*) A participação no capital votante e total é mesma em 2025 e 2024, exceto para o investimento da Comerc 100% em 2025 (48,70% em 2024) e a Vibra Argentina, constituída em 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa. Apresentados o resumo dos saldos das participações não consolidadas.

Empresa (*)	Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total do Passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	Participação no capital votante e total - %
MPC Serviços Energéticos 1B S.A.	Coligada Indireta	-	5	5	1	1	3	5	-	(1)	16,67%
MPC Serviços Energéticos 1A S.A.	Coligada Indireta	7	26	33	-	1	32	33	3	1	16,67%
Micropower Comerc Energia S.A.	Coligada Indireta	23	23	46	68	6	(28)	46	10	(20)	32,15%
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	Coligada Indireta	3	73	76	3	-	73	76	-	12	20,00%
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	86	241	327	55	207	65	327	63	9	20,00%
Ventos de Santo Aberlado Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	55	247	302	29	200	73	302	55	5	20,00%
Ventos de Santos Artue Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	40	248	288	21	210	57	288	60	4	20,00%
Ventos de São Felipe Holding S.A.	Coligada Indireta	3	80	83	2	-	81	83	-	10	20,00%
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	Coligada Indireta	4	93	97	4	-	93	97	-	18	20,00%
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	Coligada Indireta	2	81	83	2	-	81	83	-	7	20,00%
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	Coligada Indireta	3	39	42	2	-	40	42	-	9	20,00%
RDVE Subholding S.A.	Coligada Indireta	10	761	771	46	403	322	771	-	16	20,00%
Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	66	342	408	28	286	94	408	69	9	20,00%
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	49	308	357	21	246	90	357	60	(1)	20,00%
Ventos de São Lucio Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	17	322	339	20	226	93	339	58	-	20,00%
Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	68	330	398	18	294	86	398	64	3	20,00%
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	39	310	349	20	245	84	349	61	(1)	20,00%
Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	38	349	387	22	284	81	387	67	-	20,00%
Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.	Coligada Indireta	58	348	406	31	282	93	406	65	9	20,00%
Ventos de São Luis Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	33	315	348	21	245	82	348	62	(1)	20,00%
Ventos de São Julio Energias Renováveis S/A	Coligada Indireta	24	335	359	19	279	61	359	69	2	20,00%
Estrela do Norte Holding S.A.	Controlada em conjunto Indireta	-	181	181	1	-	180	181	10	9	60,32%
Igreen Comercial S.A.	Controlada em conjunto Indireta	3	7	10	7	5	(2)	10	37	-	20,00%
Igreen Energia Comércio e Serviço S.A.	Controlada em conjunto Indireta	6	6	12	12	-	-	12	50	-	50,00%
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controlada em conjunto Indireta	505	148	653	394	153	106	653	1.226	-	50,00%
Kwp Comerc SPE S.A.	Controlada em conjunto Indireta	40	40	80	-	-	80	80	-	4	50,00%
Nordeste Logística I S/A (**)	Controlada em conjunto	13	55	68	30	29	9	68	17	2	33,33%
Nordeste Logística II S/A (**)	Controlada em conjunto	20	42	62	4	4	54	62	8	-	33,33%
Nordeste Logística III S/A (**)	Controlada em conjunto	13	54	67	8	5	54	67	11	2	33,33%
Navegantes Logística Portuária S/A (**)	Controlada em conjunto	44	262	306	281	29	(4)	306	-	(28)	33,33%
ECE S.A. (Evolua Etanol) (***)	Mantido para Venda	3.000	308	3.308	2.453	290	565	3.308	11.501	112	49,99%

(*) Todos os investimentos estão sediados no Brasil.

(**) Posição em 30.11.2025

(***) O resultado da ECE S.A. apresentado abrange o período jan25 a nov25. O exercício social da ECE S.A. em suas demonstrações financeiras se encerra em 31 de março.

O investimento na ECE S.A. foi reclassificado do grupo de Investimentos (Ativo Não Circulante) para o grupo de Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda (Ativo Circulante), conforme CPC 31 (nota 11).

12.2 Descrição das atividades das controladas

Comerc Participações S.A. – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de energia ou infraestrutura ou com atividades afins às desenvolvidas pela Comerc. É uma sociedade de capital aberto sem ações negociadas e com sede na cidade de São Paulo – SP.

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se a projetos de expansão de bases.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. – Sociedade com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading BV – Sociedade com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Ventures – Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – tem o objetivo preponderante de buscar a valorização das cotas no longo prazo, por meio da aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas atuantes no setor de tecnologia. O Fundo é administrado por MF Pepper Serviços Financeiros Ltda. ("MF Pepper"), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

VBBR Conveniência S. A. - Sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ e que tem como principal atividade o comércio varejista em lojas de conveniência.

VB0224 Participações Ltda. - Constituída em 27 de março de 2024, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tem como atividade principal a participação em outras sociedades não-financeiras.

Vibra Argentina - Empresa constituída para a comercialização de lubrificantes na Argentina.

12.3 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis e possuem prazos de duração indeterminados. As áreas de exploração são: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

12.4 Redução a valor recuperável (*impairment*) da Comerc

Teste de Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) – Comerc Energia S.A.

Para fins de teste de recuperabilidade, o *goodwill* registrado nas demonstrações da Companhia decorrente da combinação de negócios realizada com a Comerc Energia S.A., foi alocado ao conjunto de Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) da Comerc Energia S.A..

De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o *goodwill* não é amortizado e é testado anualmente para verificação de perda por redução ao valor recuperável ou com maior frequência quando existem indícios de perda.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de *goodwill* totalizava R\$1.832, líquido da perda reconhecida.

Metodologia, período de projeção e abordagem de avaliação

O valor recuperável do conjunto das Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) da Comerc Energia S.A. foi determinado com base no valor em uso, estimado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado (FCD), uma vez que este se apresentou superior ao valor justo líquido de despesas de venda. As projeções de fluxo de caixa foram baseadas nos modelos desenvolvidos pela Administração, no horizonte de até 25 anos (encerrando-se em 2050), considerando expectativas de crescimento do mercado, histórico de desempenho e perspectivas futuras do negócio.

Após o período de projeção dos fluxos de caixa, elaborados pela Administração até 2050 e definidos de acordo com o segmento de atuação da Comerc Energia S.A., foi considerada, para determinadas unidades geradoras de caixa (UGCs), uma taxa de crescimento na perpetuidade consistente com as expectativas de crescimento de longo prazo dos respectivos mercados em que essas UGCs operam, conforme apresentado a seguir:

- Trading, Soluções e Comerc Participações: utilizados períodos de 5 a 15 anos seguidos de perpetuidade.
- Geração Centralizada e Distribuída: período de projeção alcançando até 25 anos (encerrando-se em 2050). A utilização deste período mais longo é justificada pelo fato de refletir o ciclo de vida efetivo dos ativos e estar estritamente alinhado aos prazos de vigência dos contratos de concessão, compra e venda de energia e licenças de operação das respectivas usinas eólicas e solares.

Taxas de crescimento a longo prazo

Para extrapolar as projeções de fluxo de caixa para além do período explícito (perpetuidade) dos segmentos Trading, Soluções e Comerc Participações, a Administração utilizou a taxa de 3,6%, equivalente à expectativa de inflação de longo prazo no Brasil (IPCA). Estas taxas refletem o cenário macroeconômico e não excedem a taxa média de crescimento de longo prazo esperada para o país e para os setores em que a UGC opera.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Premissas-chave

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável foram: níveis de *curtailment*, taxa de desconto e margem dos segmentos operacionais.

- **Níveis de Curtailment**

Com base na experiência passada recente e em restrições do sistema de transmissão brasileiro, a Administração assumiu uma curva de corte que se inicia em 18% para eólicas e 20% para usinas solares. A abordagem projeta a melhoria gradual dessas perdas, reduzindo-se as taxas ao longo do tempo até serem zeradas a partir de 2033, fundamentada em expectativas de normalização sistêmica, investimentos em redes, uso de baterias e normativas de ressarcimento pela ANEEL.

- **Taxa de desconto**

A taxa de desconto foi calculada em reais em termos nominais de acordo com a metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), variando de 11,84% a 14,0% de acordo com as especificidades de cada segmento.

- **Margem**

Foram elaboradas considerando premissas de crescimento de receitas, evolução de custos e margens operacionais consistentes com o desempenho histórico da Companhia e/ou com as expectativas de mercado. As margens projetadas refletem as características econômicas de cada segmento de atuação, e as expectativas da Administração para normalização do desempenho operacional das companhias.

Resultado do teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas estimativas realizadas pela Administração, o valor contábil excedeu o valor recuperável da UGC em R\$998.

Consequentemente, foi reconhecida perda por *impairment* no montante de R\$998, registrada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

O *goodwill* inicialmente alocado a UGC no montante de R\$2.830 foi reduzido para R\$1.832.

Análise de sensibilidade

A Administração avaliou a sensibilidade do valor recuperável em relação às principais premissas utilizadas no modelo, conforme quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Curtailment		Taxa de desconto		Margem	
+ 1%	- 1%	+ 1 %	- 1%	+ 5%	- 5%
(76)	50	(1.240)	1.524	860	(860)

Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda

A perda por desvalorização foi motivada por uma combinação de atualizações no ambiente operacional e de mercado em que a Comerc atua, com destaque para: (i) revisão nos níveis e premissas de *curtailment* (restrições operacionais com cortes físicos e financeiros de geração impostos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS); (ii) maior compressão das margens de comercialização no curto prazo, reflexo do aumento da concorrência ocasionada pela abertura do Mercado Livre de Energia; e (iii) redução no volume comercializado no segmento da *Trading* para refletir a maior competitividade neste mercado, que tem pressionado os volumes negociados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12.5 Muta  o dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Controladora													
	2024	Combina��o de negócios	Aportes/ adic��es	Impairment	Resultado de participa��es em investimentos (a)	Dividendos	Ajuste de Conversão	Baixas	Equivalência reflexa (b)	Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos	Mantido para a venda	Reversão de impairment	2025 (*)
Controladas													
FII	171	-	-	-	(124)	(24)	-	-	-	-	-	-	23
Vibra Trading BV	386	-	-	-	68	-	(45)	-	-	-	-	-	409
Vibra Trading Importa��o e Exporta��o Ltda.	222	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	260
Vibra Ventures	43	-	26	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	68
VBBR Conveniência	684	-	-	-	32	(10)	-	-	-	-	-	-	706
VB0224 Participa��es	207	-	59	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	264
Comerc Energia	3.635	3.879	2.100	(998)	(771)	-	-	-	10	-	-	-	7.855
Vibra Argentina	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	5.348	3.879	2.190	(998)	(760)	(34)	(45)	-	10	-	-	-	9.590
Empreendimentos controlados em conjunto													
Evolua	237	-	-	-	70	(42)	-	-	-	(1)	(264)	-	-
Zeg Biogás e Energia (c)	-	-	42	-	-	-	-	(404)	-	-	-	362	-
Demais empreendimentos Vibra (d)	49	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	37
	286	-	42	-	58	(42)	-	(404)	-	(1)	(264)	362	37
Total	5.634	3.879	2.232	(998)	(702)	(76)	(45)	(404)	10	(1)	(264)	362	9.627

(*) As informa  es de alguns investimentos diferem daquelas apresentadas na nota 12.1 devido ao lucro não realizado, *goodwill* e mais valia, que são registrados na controladora e não transitam pelo patrimônio líquido das investidas.

(a) Inclui amortiza  o de mais/menos valia.

(b) Trata-se de transa  es de capital ocorridas na Comerc e registradas em reserva de capital.

(c) Valor de R\$ 42 faz parte do acordo para saída do capital social da Zeg.

(d) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora								
	2023	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (*)	Impairment	2024
Controladas								
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	171
Vibra Trading BV	189	98	17	-	82	-	-	386
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	222
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	43
VBBR Conveniência	649	21	18	(4)	-	-	-	684
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	207
	1.006	565	100	(40)	82	-	-	1.713
Empreendimentos controlados em conjunto								
Comerc	3.913	-	47	-	-	18	(343)	3.635
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	237
Zeg Biogás e Energia	356	18	(12)	-	-	-	(362)	-
Demais empreendimentos (a)	55	-	(6)	-	-	-	-	49
	4.490	18	100	-	-	18	(705)	3.921
Total	5.496	583	200	(40)	82	18	(705)	5.634

(*) Trata-se de reorganizações societárias do Grupo Comerc registradas em reserva de capital.

(a) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Acordo para saída do Capital Social da Zeg Biogás

No período encerrado em 30 de setembro, a Companhia firmou acordo para sua retirada do capital social da ZEG Biogás e Energia S.A. ("ZEG"). Em decorrência dessa operação, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras os seguintes eventos, totalizando R\$95, sob a rubrica Outras Receitas (Despesas), líquidas (nota 24.4):

- Reversão do *impairment* anteriormente reconhecido - R\$362
- Baixa da participação societária – (R\$404)
- Provisão para acordos extrajudiciais – (R\$20)
- Baixa de *earnout* reconhecido na aquisição – R\$ 157

⇒ **Política contábil**

Base de consolidação e investimentos societários

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios compartilhados em que as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos é reconhecida no resultado, enquanto as demais mutações no patrimônio líquido, como reservas e outros resultados abrangentes, são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

Combinação de negócios

O método de aquisição é aplicado quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

O ágio por rentabilidade futura é apresentado no grupo investimento nas demonstrações financeiras individuais e reclassificado para o grupo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

Impairment de controladas e empreendimentos controlados em conjunto

A Companhia testa anualmente os investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto que tenham sido adquiridos com ágio e testa o valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, adquiridos sem ágio, apenas quando da existência de indicativos de perda.

O teste é feito individualmente para cada participação societária, comparando o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, com o seu valor recuperável, este proporcionalizado à participação acionária da Companhia.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

lo; e (b) o seu valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico das investidas, descontados à taxa de desconto apropriada. As principais premissas utilizadas no plano estratégico envolvem projeções de receitas, custos e despesas.

Os fluxos de caixa são ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados para teste em empresas controladas. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam uma taxa de desconto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital" ou "WACC").

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável do ágio não é revertida.

13 Imobilizado

Custo do imobilizado	Consolidado					Total
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	416	3.826	5.869	1.452	1.305	12.868
Adições	15	141	154	541	122	973
Baixas	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Transferências – Adiantamento a Fornecedores	-	-	9	-	-	9
Combinação de negócios	1	-	50	-	-	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	392	3.917	6.051	1.800	770	12.930
Adições	3	12	288	913	367	1.583
Baixas	(38)	(82)	(203)	(4)	(40)	(367)
Transferências (b)	-	929	617	(1.614)	89	21
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	12	12
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	-	2	38	-	-	40
Juros capitalizados	-	-	-	25	-	25
Combinação de negócios	4	382	7.324	393	231	8.334
Saldo em 31 de dezembro de 2025	361	5.160	14.115	1.513	1.429	22.578
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.751)	(3.654)	-	(509)	(5.914)
Depreciação	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Baixas	-	47	145	-	268	460
Combinação de negócios	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.842)	(3.758)	-	(346)	(5.946)
Depreciação	-	(164)	(596)	-	(125)	(885)
Baixas	-	56	166	-	21	243
Transferências	-	(1)	4	-	-	3
Combinação de negócios	-	(32)	(606)	-	(36)	(674)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.983)	(4.790)	-	(486)	(7.259)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	392	2.075	2.293	1.800	424	6.984
Em 31 de dezembro de 2025	361	3.177	9.325	1.513	943	15.319
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	01 a 40 anos	n/a	01 a 32 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 17.1.

(b) Ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$13.

(c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3.2). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como *goodwill*. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores foram transferidos para os respectivos ativos que deram origem à mais valia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	413	3.499	5.863	752	1.728	12.255
Adições	15	139	147	541	120	962
Baixas	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Transferências	-	38	154	(192)	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	388	3.589	5.979	1.100	1.177	12.233
Adições	-	706	207	503	257	1.673
Baixas	(38)	(68)	(175)	-	(37)	(318)
Transferências (b)	-	201	227	(493)	52	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	350	4.428	6.238	1.110	1.449	13.575
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.685)	(3.653)	-	(623)	(5.961)
Depreciação	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Baixas	-	47	146	-	267	460
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.770)	(3.727)	-	(474)	(5.971)
Depreciação	-	(140)	(232)	-	(109)	(481)
Baixas	-	43	145	-	23	211
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.867)	(3.814)	-	(560)	(6.241)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	388	1.819	2.252	1.100	703	6.262
Em 31 de dezembro de 2025	350	2.561	2.424	1.110	889	7.334
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 17.1.

(b) Ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$13.

Os ativos em construção apresentados no consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 17).

Impairment

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ Política contábil

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia testa os ativos do imobilizado se houver indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Intangível

Consolidado							
Custo do intangível	Direitos e Concessões (*)	Marcas	Relacionamento com clientes e direito de autorização (**)	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	437	79	-	35	1.110	-	1.661
Adições (b)	3	-	-	851	293	-	1.147
Transferências	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(885)	-	-	(885)
Combinação de negócios	41	-	-	-	1	132	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	473	79	-	1	1.404	132	2.089
Adições (b)	25	-	-	489	283	-	797
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	-	-	40	-	(1)	(80)	(41)
Transferências	(66)	-	10	-	19	(2)	(39)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(460)	-	-	(460)
Combinação de negócios	36	-	842	-	88	2.879	3.845
Impairment (d)	-	-	-	-	-	(998)	(998)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	468	79	892	30	1.793	1.931	5.193
Amortização acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(31)	(3)	-	-	(516)	-	(550)
Amortização	(15)	(3)	-	-	(72)	-	(90)
Transferências	1	-	-	-	-	-	1
Combinação de negócios	(2)	-	-	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47)	(6)	-	-	(589)	-	(642)
Amortização	(19)	(3)	(45)	-	(116)	-	(183)
Combinação de negócios	-	-	(82)	-	(30)	-	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(66)	(9)	(127)	-	(735)	-	(937)
Saldo do intangível							
Em 31 de dezembro de 2024	426	73	-	1	815	132	1.447
Em 31 de dezembro de 2025	402	70	765	30	1.058	1.931	4.256
Tempo de vida útil estimada	5 a 31 anos	30 anos	25 anos	Indefinida	5 e 9 anos		

(*) Inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

(**) Relacionamento com clientes: recorrência e rentabilidade da carteira de clientes. Direito de autorização: pareceres e licenciamentos cabíveis para realização das atividades de geração. Ambos foram avaliados como ativo intangível nas combinações de negócios.

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de *software* em desenvolvimento é de R\$ 557 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Do total de R\$ 283 de adições de softwares (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 270 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024 (nota 2.3.2). Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como *goodwill*. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem a mais valia.
- (d) *Impairment* Comerc (nota 12.4).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Custo do intangível	Controladora			Total
	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	35	1.089	1.141
Adições	-	851	265	1.116
Aposentadoria CBIOS	-	(885)	-	(885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1	1.354	1.372
Adições	-	489	259	748
Aposentadoria CBIOS	-	(460)	-	(460)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17	30	1.613	1.660
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8)	-	(513)	(521)
Amortização	(1)	-	(66)	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9)	-	(579)	(588)
Amortização	(2)	-	(84)	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(11)	-	(663)	(674)
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2024	8	1	775	784
Em 31 de dezembro de 2025	6	30	950	986
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos	

(a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 557 de *software* em desenvolvimento (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024).

Os ativos intangíveis incluem direitos e concessões, softwares, marcas, relacionamento com clientes e direito de autorização, *goodwill* e Créditos de Descarbonização (CBIOS). Em 2025, tivemos aposentadoria de parte do saldo de CBIOS adquiridos no período, no cumprimento das metas de aposentadoria de CBIOS estipuladas pela ANP. O saldo remanescente, correspondente à parcela das metas não cumpridas em 2025, será aposentado em 2026.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perdas na recuperação do *goodwill* referente à participação societária detida na Comerc Energia S.A. (nota 12.4), sem correspondência em 31 de dezembro de 2024.

⇒ Política contábil

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Os CBIOS adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)⇒ **Estimativas e julgamentos****Vida útil**

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia testa os ativos com vida útil definida se houver indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Ativos com vida útil indefinida (como o goodwill) são testados ao menos anualmente, independentemente da existência de indicativos de perda.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores				
No país	4.328	2.326	3.450	2.328
No exterior	685	106	749	99
Total	5.013	2.432	4.199	2.427

O saldo de fornecedores no país é composto, principalmente, (i) de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e (ii) contratação de serviços (inclusive fretes). O saldo de fornecedores no exterior representa, principalmente, as obrigações relacionadas à importação de óleo diesel e de gasolina.

⇒ **Política contábil**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Empréstimos e financiamentos

País (moeda R\$)	Taxa de juros nominal média (a)	Consolidado				Controladora			
		2025		2024		2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures não conversíveis									
Taxa flutuante (CDI)	16,53%	9.505	9.932	8.052	8.198	8.063	8.447	8.052	8.198
Taxa flutuante (IPCA)	12,63%	3.312	3.026	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	15,13%	1.029	1.111	-	-	1.029	1.111	-	-
Empréstimos e financiamentos									
Taxa flutuante (IPCA)	10,30%	2.144	1.944	1.731	1.583	1.008	1.196	1.359	1.241
Taxa flutuante (CDI)	16,77%	1.957	1.994	2.181	2.237	1.842	1.879	2.149	2.205
Taxa flutuante (TR-M)	10,85%	20	19	-	-	-	-	-	-
Taxa Fixa	2,11%	17	14	5	5	-	-	-	-
Total país		17.984	18.040	11.969	12.023	11.942	12.633	11.560	11.644
Exterior (moeda USD)									
Empréstimos e financiamentos bancários									
Taxa flutuante (SOFR)	5,50%	1.561	1.589	1.596	1.566	1.395	1.421	1.094	1.068
Taxa Fixa	5,04%	2.820	2.821	6.884	6.588	2.820	2.821	6.884	6.588
Total exterior		4.381	4.410	8.480	8.154	4.215	4.242	7.978	7.656
Total de empréstimos e financiamentos		22.365	22.450	20.449	20.177	16.157	16.875	19.538	19.300
Circulante		1.132		2.695		516		2.592	
Não Circulante		21.233		17.754		15.641		16.946	

(a) Para cálculo de contratos com taxas flutuantes foi utilizada a taxa de 31 de dezembro de 2025. As taxas das dívidas de 31.12.2024 estão apresentadas na nota 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2025, o montante apropriado ao resultado foi R\$ 44 (R\$17 em 31 de dezembro de 2024). O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 278.

Principais movimentações ocorridas no período**Combinação de negócios**

Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia adquiriu o controle da Comerc Energia S.A.. O saldo de empréstimos e financiamentos adicionados ao balanço consolidado na posição de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$5.628 (R\$7.200 referente ao saldo adquirido na combinação de negócios – nota 2.3).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Captações Realizadas

Captações do Período							
Empresa	Banco	Produto	Data	Moeda	Principal (MLN)	Vencimento	Custo
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	PPE	15/01/2025	USD	75	jan/30	SOFR + 1,85% a.a.
Vibra Energia S.A.	9ª Emissão - Série Única	Debêntures	23/01/2025	BRL	1.000	fev/33	CDI + 1,05% a.a.
Risel	Itaú	NCE	07/07/2025	BRL	80	jul/29	CDI + 1,25% a.a.
Repelub	Itaú	NCE	24/11/2025	BRL	28	nov/29	CDI + 1,22% a.a.

Renegociações Realizadas

Em 25 de abril de 2025 foi realizada renegociação do Loan 4131 com o Scotiabank no valor principal de USD 100 alongando por mais 4 anos e reduzindo o custo em 79 bps (basis points) a.a.

Em 12 de agosto de 2025, a Vibra Energia concluiu a renegociação do empréstimo Loan 4131 junto ao Scotiabank, no valor principal de USD 250. A operação resultou na extensão do prazo médio da dívida em aproximadamente três anos, além de uma redução de custo estimada em R\$ 7,7.

Empresa	Banco	Moeda	Principal (MLN)	Condição anterior			Condição atual		
				Dívida	SWAP	Vencimento	Dívida	SWAP	Vencimento
Vibra Energia	Scotiabank	USD	100	4,9704% a.a.	CDI + 1,99% a.a.	mar-28	4,4583%	CDI + 1,20% a.a.	abr-30
Vibra Energia	Scotiabank	USD	60	2,6520% a.a.	CDI + 1,65% a.a.	fev-28	4,3818%	CDI + 1,05% a.a.	ago-30
Vibra Energia	Scotiabank	USD	90	2,3864% a.a.	CDI + 1,52% a.a.	out-27			
Vibra Energia	Scotiabank	USD	100	1,5258% a.a.	CDI + 1,55% a.a.	fev-26			

Pré-pagamentos

Conforme a estratégia de gestão de passivos (*liability management*), foi realizado o pré-pagamento do empréstimo Loan 4131 junto ao Bank of America na data de 08/01/2025. Simultaneamente, ocorreu a captação de um novo financiamento PPE junto à mesma instituição, no mesmo valor, garantindo a continuidade da estrutura financeira planejada.

Ainda no contexto das iniciativas de *liability management*, foi realizado o pré-pagamento de duas dívidas da controlada Comerc e da controlada indireta Várzea (controlada da Comerc), com o objetivo de reduzir o custo da dívida e potencializar sinergias financeiras.

Em 07 de abril de 2025 foi realizado o pré-pagamento da dívida da Vibra Trading junto ao BNP Paribas com objetivo de otimizar a estrutura de capital e a alocação eficiente dos recursos disponíveis.

Em julho de 2025, foi realizado o pré-pagamento integral das dívidas vinculadas ao portfólio da Risel. Na mesma ocasião, efetuou-se uma nova captação de NCE com o banco Itaú, no montante de R\$ 80, resultando em uma redução do custo financeiro de CDI + 2,01% para CDI + 1,25%, além da extensão do prazo médio em aproximadamente dois anos.

Em outubro de 2025 foi realizado o pré-pagamento integral do Loan 4131 junto ao BNP Paribas.

Em novembro de 2025 a Repelub (controlada Risel) efetuou o pré-pagamento das dívidas de seu portfólio e contratou uma NCE junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 28, com custo de CDI + 1,22% a.a..

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em dezembro de 2025 ocorreu o pré-pagamento integral da NCE mantida junto ao Bank of China e o pré-pagamento parcial da NCE do Banco do Brasil, resultando em um saldo remanescente de R\$ 152. Essas movimentações tiveram como objetivo otimizar o saldo de caixa da companhia.

No âmbito da Comerc, em dezembro de 2025 houve o pré-pagamento integral do Loan 4131 da controlada Nexway junto ao Santander, e a liquidação da CCB da controlada UFV Brisas mantida com o banco BDMG.

Empresa	Banco	Produto	Moeda	Principal (MLN)	Data de Pré-Pagamento	Custo
Vibra Energia S.A.	Bank of America Merrill Lynch	Loan 4131	USD	75	08/01/2025	CDI + 1,64% a.a.
Comerc Energia S.A.	3ª Emissão - COMR13	Debêntures	BRL	1.000	31/01/2025	CDI + 3,20% a.a.
Várzea Solar Participações S.A.	1ª Emissão - VARZ11	Debêntures	BRL	145	31/01/2025	CDI + 2,10% a.a.
Vibra Trading	BNP Paribas	Loan	USD	50	07/04/2025	SOFR + 1,76% a.a.
Risel	Diversos	Diversos	BRL	31	14,15 e 17/07/2025	Diversos
Vibra Energia	BNP Paribas	Loan 4131	USD	150	10/10/2025	CDI + 1,69% a.a.
Repelub	Diversos	Diversos	BRL	6	25, 26, 27 e 28/11/2025	Diversos
Vibra Energia	Bank of China	NCE	USD	90	18/12/2025	CDI + 1,32% a.a.
Vibra Energia	Banco do Brasil	NCE	BRL	330	30/12/2025	CDI + 1,65% a.a.
Nexway	Santander	Loan 4131	USD	9	18/12/2025	CDI + 2,40% a.a.
UFV Brisas	BDMG	CCB	BRL	9	12/12/2025	2,15%a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.1 Movimentação

	Consolidado				Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Outras Operações	Total	Total
No país					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	3.404	5.458	-	8.862	8.429
Captações	-	4.764	-	4.764	4.764
Amortização de principal	(1.200)	(602)	-	(1.802)	(1.704)
Amortização de juros	(397)	(663)	-	(1.060)	(1.060)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	342	725	-	1.067	1.068
Variações monetárias	-	101	-	101	63
Combinação de negócios	37	-	-	37	-
Total no país em 31 de dezembro de 2024	2.186	9.783	-	11.969	11.560
Captações	148	985	-	1.133	985
Amortização de principal	(121)	(2.313)	(161)	(2.595)	(882)
Amortização de juros	(376)	(1.821)	(75)	(2.272)	(1.517)
<u>Alterações não caixa</u>				-	-
Provisionamento de juros	385	1.939	47	2.371	1.752
Juros capitalizados	-	25	-	25	-
Variações monetárias	3	238	-	241	57
Combinação de negócios	657	6.000	468	7.125	-
Custo de transação (*)	-	(13)	-	(13)	(13)
Total no país em 31 de dezembro de 2025	2.882	14.823	279	17.984	11.942
No exterior					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	5.908	-	-	5.908	5.662
Captações	1.161	-	-	1.161	1.012
Amortização de principal	(299)	-	-	(299)	(299)
Amortização de juros	(214)	-	-	(214)	(181)
<u>Alterações não caixa</u>				-	-
Provisionamento de juros	235	-	-	235	206
Variação cambial	1.579	-	-	1.579	1.578
Ajuste acumulado de conversão	110	-	-	110	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2024	8.480	-	-	8.480	7.978
Captações	2.438	-	-	2.438	2.438
Amortização de principal	(5.733)	-	-	(5.733)	(5.372)
Amortização de juros	(278)	-	-	(278)	(256)
<u>Alterações não caixa</u>				-	-
Provisionamento de juros	272	-	-	272	254
Variação cambial	(837)	-	-	(837)	(827)
Ajuste acumulado de conversão	(56)	-	-	(56)	-
Combinação de negócios	95	-	-	95	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2025	4.381	-	-	4.381	4.215
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	7.263	14.823	279	22.365	16.157

(*) Custo de captação reclassificado no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado									Controladora	
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	-	1.070	2.039	2.510	2.407	2.829	2.811	1.460	2.858	17.984	11.942
Financiamentos Exterior:	-	62	798	541	1.192	1.788	-	-	-	4.381	4.215
Em 31 de dezembro de 2025	-	1.132	2.837	3.051	3.599	4.617	2.811	1.460	2.858	22.365	16.157
Em 31 de dezembro de 2024	3.005	1.753	3.184	3.340	3.112	1.732	2.922	909	492	20.449	19.538

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 30.

16.3 Linhas de crédito

A seguir apresentamos as linhas de crédito contratadas com instituições financeiras e com saldos em aberto:

Empresa	Instituição Financeira	Data de abertura do crédito	Vencimento	Montante contratado	Montante utilizado em 31/12/2025	Montante a utilizar
Nexway Comércio e Prestação de Serviços 2 A	BNDES	abr-24	31/01/2026	60	30	30

16.4 Covenants

A Comerc Energia, Hélio Valgas e Bon Nome Solar Participações possuem emissões de debêntures com *covenants* financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa da Apuração	Indicador	Periodicidade	Limite
Comerc Energia S.A.	Dívida Líquida / EBITDA	Trimestral ¹	5,25x
Hélio Valgas	ICSD ²	Anual	1,20x
Bon Nome Solar Participações	ICSD ²	Semestral	1,05x

Nota 1: 1ª apuração no 1T25 com limite de 5,25x e a partir de 1T26 o limite de 4,75x.

Nota 2: Índice de cobertura do serviço da dívida.

A Vibra Energia S.A. (Controladora) não possui contratos de dívida com *covenants* financeiros.

No endividamento consolidado da Companhia existem *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações financeiras; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

No segundo semestre de 2025, a Bon Nome Solar Participações apresentou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 0,66x, inferior ao limite mínimo estabelecido contratualmente. Nos termos do contrato, caso determinados indicadores atinjam nível inferior ao limite mínimo estabelecido ("limite mínimo"), tal situação não caracteriza evento de vencimento antecipado automático da dívida. Nessas circunstâncias, e mediante notificação do agente fiduciário, a Comerc poderá ser requerida a realizar aporte equivalente a 20% do saldo da dívida da Bon

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nome, com o objetivo de restabelecer os parâmetros financeiros previstos contratualmente. Assim, o eventual descumprimento do limite mínimo não implica vencimento antecipado imediato da obrigação, podendo resultar na obrigação de realização do referido aporte corretivo.

Atualmente, não foi identificado nenhum descumprimento de *covenants* (financeiros e não financeiros) que ensejasse vencimento antecipado das operações de dívida consolidada da Companhia.

16.5 Garantias e depósitos vinculados

As dívidas contratadas pela Companhia no nível da controladora não possuem nenhuma Garantia real ou fidejussória.

As dívidas contratadas por algumas controladas da Companhia possuem garantias reais, tais como, fianças bancárias, penhor de ações, cessão fiduciária de créditos, alienação fiduciária de equipamentos, cessão de duplicatas e aplicações financeiras de uso restrito para cumprimento de obrigações atreladas aos contratos de financiamento (nota 7).

As debêntures da Comerc foram estruturadas sob a forma de *Project Finance*, modelo no qual os ativos de geração são oferecidos como garantia para viabilizar a construção dos respectivos parques. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de imobilizado dado em garantia totaliza R\$ 4.604 (sem correspondência em 31 de dezembro de 2024).

⇒ **Política contábil**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para uso em postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Comerc também possui arrendamentos com as naturezas de locação de terrenos para as plantas de geração centralizada e distribuída, imóveis, veículos e equipamentos de informática.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

17.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	406	381	9	796	458	636	11	1.105
Adições	118	1	3	122	118	1	1	120
Baixas	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciação	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Transferências entre classes	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Adições	265	26	76	367	257	-	-	257
Baixas	(13)	(3)	(3)	(19)	(12)	(2)	-	(14)
Depreciação	(96)	(12)	(17)	(125)	(98)	(7)	(4)	(109)
Transferências (a)	52	-	(37)	89	52	-	-	52
Combinação de negócios	184	6	5	195	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	13	1	(2)	12	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	820	19	104	943	643	242	4	889
Prazo contratual	01 a 32 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos		01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

(a) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo início do exercício	359	748	675	1.161
Pagamento de principal	(116)	(93)	(198)	(199)
Pagamento de juros	(63)	(40)	(45)	(45)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	364	105	247	92
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	43	17	42	15
Provisionamento de juros	65	39	80	81
Variações monetárias	-	-	16	24
Baixas	(9)	(455)	(11)	(454)
Combinação de negócio	208	38	-	-
Saldo final	851	359	806	675

17.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado			Controladora
	Pagamentos			Pagamentos
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
Compromissos estimados				
2026	160	(57)	103	185
2027	142	(58)	84	113
2028	125	(54)	71	78
2029	117	(51)	66	70
2030	84	(38)	46	161
2031 em diante	1.018	(537)	481	199
Em 31 de dezembro de 2025	1.646	(795)	851	806
Circulante			103	185
Não circulante			748	621
Em 31 de dezembro de 2025			851	806
Circulante			80	183
Não circulante			279	492
Em 31 de dezembro de 2024			359	675

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 228 e R\$ 4 (R\$ 226 e R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente (consolidado e controladora).

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
220	205	192	182	180	934	1.913

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.4 Taxas nominais médias de desconto

As taxas de desconto utilizadas pela companhia têm por base as taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito).

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	9,99%	8,53%	9,43%	9,77%	10,27%

17.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019

17.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar – CPC 06 e Ofício CVM

As estimativas de passivo de arrendamento e direito de uso considerando efeitos de inflação estão demonstradas a seguir.

	Consolidado			
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação
CPC 06 (R2) (a)	851	943	65	125
Ofício CVM (b)	1068	990	92	142

(a) Fluxo de caixa descontado não inflacionado.

(b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

A seguir, estão apresentadas as estimativas de créditos de PIS e COFINS a recuperar pelo pagamento dos arrendamentos.

	Consolidado	
	Contraprestação (**)	PIS/COFINS (**)
Fluxo de caixa nominal	543	50
Fluxo de caixa a valor presente	242	25

(**) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

Os demais requisitos do referido Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019 estão apresentados nos demais tópicos da nota 17.

⇒ Política contábil

Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente ao valor presente dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos, sem a projeção de inflação futura, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

São remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros, resultante de mudanças em índices ou taxas ou se a Companhia alterar a avaliação se exercerá uma opção de compra ou ainda em caso de mudanças nos prazos, decorrentes de prorrogações ou rescisões.

Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo não estão inseridos nos passivos de arrendamentos, sendo reconhecidos no resultado.

18 Tributos

18.1 Impostos e contribuições

	Consolidado (a)						
	Ativo				Passivo		
	2025				2025		
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Total
				31.12.2024			31.12.2024
ICMS	932	763	1.695	1.852	75	75	102
PIS / COFINS	1.341	5.902	7.243	5.688	88	88	3
IR a recuperar	-	195	195	157	-	-	-
CSLL a recuperar	-	70	70	57	-	-	-
IPI	31	-	31	16	-	-	-
Outros	56	14	70	40	88	88	32
Total	2.360	6.944	9.304	7.810	251	251	137

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.461, referente, principalmente à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS (R\$378), ao crédito complementar referente a exclusão do ICMS e também da base de cálculo do PIS e da COFINS ("Gross up"), em decorrência de decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia (R\$186) e créditos de PIS e COFINS sobre despesas de frete de aquisições de produtos monofásicos no período compreendido entre abril de 2018 a novembro de 2025 (R\$754). Tais montantes não têm correspondência em 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***18.2 Programas de Anistias Estaduais**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Valor pago após benefício	
		2025	2024
BA	Lei nº 14.761/24	5	-
SP	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024	-	3
PE	Lei Complementar 523 de 22/12/2023	-	14
GO	Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24	-	8
Outros		1	2
Total		6	27

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

18.3.1 Movimentação

	Consolidado												Controladora	
	Reconhecido no				2024			Reconhecido no			2025			
						Ativo	Passivo					Ativo	Passivo	
Origem do registro dos impostos diferidos	31.12.2023	Resultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor Líquido	fiscal diferido	fiscal diferido	Resultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor líquido	fiscal diferido	fiscal diferido	Valor líquido
Contas a receber	36	(20)	-	-	16	16	-	14	-	-	30	30	-	27
Bonificações antecipadas	958	(60)	-	-	898	898	-	(53)	-	-	845	845	-	845
Imobilizado	(648)	107	-	-	(541)	85	(626)	(107)	-	-	(648)	84	(732)	(647)
Arrendamentos	359	(164)	-	-	195	195	-	46	-	-	241	241	-	240
Processos judiciais	454	(68)	-	-	386	386	-	32	-	1	419	419	-	418
Benefício Pós Emprego	539	(2)	(150)	-	387	447	(60)	(12)	189	-	564	624	(60)	563
Depósitos judiciais	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(7)	-	-	(180)	-	(180)	(180)
Instrumentos financeiros derivativos	636	250	-	-	886	886	-	66	-	4	956	956	-	957
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	5	-	-	(129)	-	(129)	(129)
Provisão para Créditos de Descarbonização	17	(17)	-	-	-	-	-	12	-	-	12	12	-	12
Impairment de Investimento	-	240	-	-	240	240	-	216	-	-	456	456	-	456
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(22)	-	46	(121)	60	(181)	(143)
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	-	-	-	-	-	-	-	115	-	157	272	272	-	-
Valor justo da Mori Holding (*)	-	-	-	-	-	-	-	29	-	(174)	(145)	-	(145)	-
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-	-	61	-	(173)	(112)	-	(112)	-
Outros	157	(3)	-	1	155	183	(28)	(44)	(1)	(30)	80	173	(93)	118
Total	2.195	124	(150)	1	2.170	3.345	(1.175)	351	188	(169)	2.540	4.172	(1.632)	2.537

(*) Empresa controlada da Comerc.

Os impostos diferidos compreendem ativo de R\$2.749 e passivo de R\$209 no balanço patrimonial, resultando em posição líquida de R\$2.540.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.3.2 Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL (*)	
	Consolidado	Controladora
2026	1.384	1.401
2027 a 2029	539	504
2030 em diante	617	632
31 de dezembro de 2025	2.540	2.537
31 de dezembro de 2024	2.170	2.160

(*) Inclui impostos diferidos ativos e passivos.

18.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido antes dos impostos	2.452	8.538	2.484	8.519
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(834)	(2.903)	(845)	(2.896)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(31)	(31)	(31)	(31)
• Atualização dos Indébitos Tributários	8	9	8	9
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(99)	45	(56)	21
• Juros sobre o capital próprio	408	365	408	365
• Resultado de equivalência patrimonial	44	42	(228)	78
• Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior	(33)	(38)	(33)	(38)
• Incentivos fiscais	25	16	25	16
• Atualização de ações judiciais transitadas em julgado	272	319	272	319
• Prejuízos fiscais/adições temporárias não reconhecidos no exercício	(61)	-	-	-
pela falta de expectativa de lucros tributáveis futuros	(172)	-	-	-
• Diferença de presunção de base do lucro presumido (*)	-	5	-	5
• Indébito tributário - PAT	-	5	-	5
Imposto de renda e contribuição social	(473)	(2.171)	(480)	(2.152)
IR e CSLL correntes	(824)	(2.295)	(669)	(2.268)
IR e CSLL diferidos	351	124	189	116
	(473)	(2.171)	(480)	(2.152)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	19,3%	25,4%	19,3%	25,3%

(*) O prejuízo líquido apresentado pelas empresas do lucro presumido deve-se, principalmente, à marcação a mercado do derivativo embutido contido no contrato de venda de energia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.3.4 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou as regras modelo do Pilar Dois ("Global Anti-Base Erosion" ou GloBE Rules"), que introduzem um imposto mínimo complementar global para grupos multinacionais com receita consolidada anual superior a € 750 milhões. O objetivo é assegurar que esses grupos paguem um nível mínimo de imposto sobre o lucro (alíquota efetiva mínima de 15%) em cada jurisdição onde operam.

No Brasil, a legislação do Pilar Dois foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. A companhia possui operações relevantes para fins do Pilar Dois na Holanda, jurisdição que já implementou legislação similar e, Estados Unidos da América, que ainda discute potencial implementação.

Conforme as alterações recentes no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (equivalente à IAS 12), a companhia aplicou a exceção temporária obrigatória prevista no item 4A do CPC 32 e, portanto, não reconheceu nem divulgou informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação do Pilar Dois (item 88A do CPC 32).

A Vibra tem realizado avaliações da sua exposição aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, considerando as operações no Brasil e Holanda. Com base nas análises efetuadas, a companhia concluiu que se qualifica para as regras de transição simplificadoras ("transitional safe harbours") previstas pelas legislações brasileira, holandesa e diretrizes da OCDE. A aplicação destas regras simplificadoras resultou na determinação de que não há imposto complementar do Pilar Dois a ser pago pelo grupo referente a este período. Portanto, a despesa (receita) de imposto de renda corrente relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, requerida pelo item 88B do CPC 32, é de R\$ 0 (zero) para o período.

Embora a legislação do Pilar Dois esteja em vigor no Brasil e na Holanda, sua aplicação envolve complexidade significativa. A Companhia continuará monitorando a evolução da legislação e regulamentação nas jurisdições em que opera, as interpretações administrativas e o desenvolvimento de práticas contábeis, bem como avaliando continuamente os potenciais impactos fiscais e contábeis futuros.

⇒ **Política contábil**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, se não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

19 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias	97	78	79	77
Salários, encargos e outras provisões	125	92	110	76
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 19.1)	179	170	126	170
Incentivos de longo prazo (nota 19.2)	14	-	-	-
Total registrado no circulante	415	340	315	323
Incentivos registrados no não circulante (nota 19.2)	76	16	51	16
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 19.2)	110	72	110	72

19.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

No exercício de 2025, foram provisionados os montantes de R\$ 188 no consolidado e R\$ 131 na controladora (R\$ 167 no consolidado e na controladora no exercício de 2024) para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos no período R\$ 240 no consolidado e R\$ 175 na controladora.

19.2 Incentivos de longo prazo**19.2.1 Incentivos de longo prazo**

A controlada Comerc Energia possui uma política de incentivo de longo prazo com liquidação em caixa, composto por um programa de retenção e por um programa de performance de longo prazo.

O programa prevê período de apuração de três anos, com pagamento no início do quarto ano. Em 31 de dezembro de 2025, estão vigentes os programas de 2023, 2024 e 2025.

O prêmio somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: vínculo empregatício durante o período e atingimento de determinadas métricas de desempenho pela Companhia, conforme pesos e valores estabelecidos nos contratos de outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

No final de 2021, a Comerc realizou a primeira outorga do plano de retenção de executivos, o qual foi totalmente liquidado no final do exercício de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo reconhecido é de R\$ 36 (R\$ 14 no passivo circulante e R\$ 22 no passivo não circulante). Em 31 de dezembro de 2025, a Comerc reconheceu no resultado o montante de R\$ 23, referente aos incentivos de longo prazo.

19.2.2 Planos de pagamentos baseados em ações

No exercício de 2025, a Companhia reconheceu no resultado como despesa de pessoal o montante de R\$63, incluindo encargos sociais, referente aos planos de pagamento baseado em ações (R\$ 36 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo reconhecido é de R\$ 167 (R\$ 30 no passivo circulante, R\$52 no passivo não circulante e R\$ 85 no patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo reconhecido era de R\$ 88 (R\$ 16 no passivo não circulante e R\$ 72 no patrimônio líquido).

Seguem informações dos programas em aberto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.12.2025 (*)	Ativos em carência em 31.12.2025	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga
Stock Options 2020 - Em Dinheiro	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.604.855	452.627	1.100.536	51.692	-	R\$20,36	R\$13,12	R\$7,36
Stock Options 2020 - Em Ações	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	2.055.326	903.106	1.070.053	51.692	-	R\$20,36	R\$13,12	R\$6,87
Stock Options 2021 CA - Em Dinheiro	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	684.323	293.006	391.317	-	-	R\$20,29	R\$18,72	R\$5,97
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.651.733	1.197.300	2.287.901	161.398	-	R\$20,29	R\$13,92	R\$5,97
Stock Options 2021 CA - Em Ações	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	684.323	293.006	391.317	-	-	R\$20,29	R\$15,48	R\$5,97
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	630.060	210.020	420.040	-	-	R\$21,49	R\$17,72	R\$4,29
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.680.187	912.298	767.889	-	-	R\$21,49	R\$17,72	R\$4,29
Stock Options 2022 CA_02_05	02/05/2022	02/05/2025	02/05/2028	462.044	-	462.044	-	-	R\$21,49	R\$18,67	R\$4,29
Stock Options 2022 CA_03_05	03/05/2022	03/05/2025	03/05/2028	420.040	-	210.020	210.020	-	R\$21,49	R\$17,00	R\$4,29
Stock Options 2022 CA_05_05	05/05/2022	05/05/2025	05/05/2028	210.020	-	210.020	-	-	R\$21,49	R\$17,72	R\$4,29
Stock Options 2022 CA_09_05	09/05/2022	09/05/2025	09/05/2028	210.020	210.020	-	-	-	R\$21,49	R\$20,02	R\$4,29
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.402.318	67.801	-	263.324	1.071.193	R\$13,59	R\$9,89	R\$5,14
Stock Options 2023_ CA	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	174.953	87.476	87.477	-	-	R\$13,59	R\$11,46	R\$24,20
Stock Options 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	949.646	53.976	-	87.524	808.145	R\$23,16	R\$20,25	-
Stock Options 2024_CA	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	930.097	523.179	-	406.918	-	R\$23,16	R\$20,25	-
Stock Options 2024_CA - Substituído	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	-	-	-	-	-	R\$23,16	R\$21,98	-
Stock Options 2024_CA Substituído	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	-	-	-	-	-	R\$23,16	R\$21,98	-
Stock Options 2025 - Substituto_CA	16/04/2025	16/04/2028	16/04/2031	586.465	-	-	-	586.465	R\$16,33	R\$15,62	-
Stock Options 2025_CA	16/04/2025	16/04/2028	16/04/2031	83.781	-	-	-	83.781	R\$16,33	R\$15,62	-
Phantom Shares 2021	16/03/2021	16/03/2024	16/03/2027	244.544	59.628	184.916	-	-	-	-	R\$21,90
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	14/04/2027	38.312	13.005	25.307	-	-	-	-	R\$21,45
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	44.612	16.355	28.257	-	-	-	-	R\$19,86
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.531.729	382.588	1.143.275	-	-	-	-	R\$21,49
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	170.175	42.504	127.021	-	-	-	-	R\$21,49
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	01/05/2028	3.354	-	3.354	-	-	-	-	R\$20,32
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	01/05/2028	374	-	374	-	-	-	-	R\$20,32
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	18/05/2028	18.352	-	18.352	-	-	-	-	R\$14,53
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	18/05/2028	2.040	-	2.040	-	-	-	-	R\$14,53
Performance Shares 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	111.366	27.630	74.806	-	-	-	-	R\$21,49
Performance Shares 2022	02/01/2022	02/01/2025	02/01/2028	288.993	69.350	219.643	-	-	-	-	-
Stock Options 07_23	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	117.274	-	-	-	117.274	R\$14,75	R\$11,05	R\$6,37
Stock Options 08_23	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	113.864	-	-	-	113.864	R\$15,82	R\$12,12	R\$6,37
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	82.464	-	-	-	82.464	-	-	R\$15,82
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	8.200	-	-	-	8.200	-	-	R\$31,96
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	247.699	17.933	-	19.346	210.423	-	-	R\$24,99
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	928.914	67.242	-	72.537	789.127	-	-	R\$22,54
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	61.935	4.484	-	4.837	52.615	-	-	R\$13,83
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	05/06/2030	1.339	-	-	-	1.339	-	-	-
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	05/06/2030	89	-	-	-	89	-	-	-

(*) Inclui ativos com pedidos de liberação/resgate ainda em análise na data do relatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Mensuração do valor justo:

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; Dividend Yield de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de vesting e exercício.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2,75% a.a.; Dividend Yield de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020 e 2021: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Prêmio Extraordinário aos Diretores: considera a média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 12,86% a.a.; Dividend Yield de 11,44% e Volatilidade (março/2018 a abril/2022), sendo essa de 49,09%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Stock Options 2023: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 11,64% a.a.; Dividend Yield de 5,56 % e Volatilidade (março/2020 a abril/2023), sendo essa de 45,58%, além dos prazos de vesting (3 anos) e exercício.

Stock Options 2024 líderes: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2021 a abr/2024) de 34,76%, além dos prazos de vesting e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2024: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2022 a abr/2024) de 35,39%, além dos prazos de vesting de 2 anos e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2025: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 14,25 % a.a., preço de exercício de R\$ 17,49, preço do ativo base em 16/04/2025 de R\$ 18,44 e Volatilidade (abr/2024 a abr/2025) de 30,29%, além dos prazos de vesting de 1 ano e exercício de 3 anos.

Ações de Performance: O valor justo (fair value) da parcela relacionado aos indicadores de não mercado foi calculado com base no preço do ativo na data da outorga, enquanto a parcela relacionada ao indicador de mercado foi calculada pelo método de Monte Carlo, considerando o prazo de vesting de 3 anos e as premissas previstas no programa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)⇒ **Política contábil**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios com a contrapartida registrada no patrimônio líquido.

O valor justo do montante a pagar aos empregados, dos programas que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

20 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Plano de pensão Petros Repactuado	986	621	986	621
Plano de pensão Petros Não Repactuado	386	248	386	248
Plano de saúde	48	33	48	33
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	1.420	902	1.420	902
Circulante	153	145	153	145
Não circulante	1.267	757	1.267	757

Planos de Pensão

O aumento da obrigação e das perdas atuariais registradas como ajuste de avaliação patrimonial é decorrente de alteração da data-base, em virtude de acionamentos judiciais movidos contra os planos.

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras, Petros e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

A Vibra formalizou à Petros em 2023 o pedido de Cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR, com objetivo de separar o grupo de participantes, assistidos e o patrimônio relacionados à Vibra das demais patrocinadoras, que resultou na criação de dois novos planos (PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra) que irão abrigar exclusivamente os participantes ligados à patrocinadora. Importante destacar que a transferência de todos os participantes da Vibra Energia ocorreu automaticamente com a criação dos planos e que nada mudou em termos de regras, obrigações e direitos, inclusive em relação aos planos de equacionamento de déficits que estavam em vigor até a data de aprovação da cisão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

PPSP-R e PPSP-NR – Contribuições da Companhia

Em relação às contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2025, referente às contribuições normais, foi de R\$ 28 (R\$ 27 até 31 de dezembro de 2024).

As contribuições extraordinárias (referentes aos planos de equacionamento de déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foram de R\$ 68 até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 66 até 31 de dezembro de 2024).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2025, referente às contribuições normais, foi de R\$ 11 (R\$ 11 até 31 de dezembro de 2024). O total até 31 de dezembro de 2025 referente às contribuições extraordinárias (referente ao Plano de Equacionamento de Déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R\$ 27 (R\$ 25 até 31 de dezembro de 2024).

Atualmente, a Vibra contribui para 3 planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 (“PED2018”) com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

As contribuições esperadas (parte patronal) do PPSP-R e PPSP-NR, para 2026, somam R\$ 91 e R\$ 36, respectivamente.

A duração média do passivo atuarial dos planos PPSP-R e PPSP-NR em 31 de dezembro de 2025 é de 9,42 anos e 8,70 anos, respectivamente (8,67 anos e 8,17 anos em 31 de dezembro de 2024).

PP-2

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento e renda por prazo indeterminado.

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de dezembro de 2025, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 4 (R\$ 4 até 31 de dezembro de 2024).

As contribuições esperadas da patrocinadora para 2026 são de R\$ 4, referentes à parcela de contribuição definida (R\$ 4 até 31 de dezembro de 2024).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2025 é de 9,89 anos (9,97 anos em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo dos ativos garantidores é superior ao valor presente das obrigações gerando um superávit irreversível de R\$ 66 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2024), assim sendo, o passivo apresenta saldo zero. Não há constituição de ativo, uma vez que o mesmo não atende aos critérios de reconhecimento, não gerando ganho econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhado às práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 126 referente ao PPSP-R (R\$ 131 em 31 de dezembro de 2024). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos.

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à Vibra do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da Vibra.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 29 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2024).

20.1 Ativos dos planos de pensão

Nos planos PPSP-R e PPSP-NR, o objetivo principal permanece sendo a proteção por meio da imunização das carteiras, estratégia que busca redução de risco, maior previsibilidade de retorno e segue contribuindo com resultados positivos para os planos, com destaque para os títulos públicos marcados na curva. O alvo dessa estratégia passou de 80% para 85%, ampliando ainda mais o foco na estabilidade e na consistência dos resultados. De modo geral, as Políticas de Investimentos 2025-2029 desses planos destacam que:

1. Para além de ajustes que possam ocorrer na parcela de imunização, a gestão dos ativos ilíquidos será orientada por um planejamento de recuperação ou desinvestimentos, buscando minimizar eventuais impactos para os planos;
2. A despeito do aumento da parcela de imunização demandar uma diminuição da carteira de otimização, eventuais alocações remanescentes na parcela líquida estarão baseadas em mandatos via fundos de investimentos, visando diversificação, aprimoramento da relação entre risco e retorno dos portfólios e contribuição com o crescimento dos respectivos patrimônios.

Para o plano FlexPrev, permanece a diretriz de aderência da carteira à modalidade de contribuição definida, principalmente considerando ativos oriundos dos planos originários (PPSP-R, PPSP-NR e PP-2). Nesse sentido, ressalta-se eventual tratamento específico para títulos públicos na curva e a alocação estratégica (longo prazo) do plano obtida por meio de modelos de otimização, com foco em elevar a rentabilidade, mas dentro dos parâmetros de risco estabelecidos. Além disso, foram definidos limites, alvos e diretrizes de alocação previstos para diferentes perfis de investimentos do plano (Dinâmico, I, II e III), cabendo destacar que, após solicitação de suspensão da implementação, a Petros segue no aguardo da decisão da patrocinadora acerca da implementação ou não dos perfis.

Já sobre o plano PP-2, destaca-se a segregação dos investimentos entre as modalidades de contribuição definida (CD) e benefício definido (BD) presentes no plano. A estratégia de gestão para a parcela BD será focada na imunização da carteira semelhante às práticas de imunização implementadas nos demais planos BD da Petros ao longo dos últimos anos, visando mitigar riscos e reforçar a segurança dos recursos destinados ao cumprimento das obrigações previdenciárias. Em relação à parcela CD, os alvos de alocação serão pautados pela continuidade da diversificação dos portfólios e com foco em superar o objetivo de retorno com o menor risco possível, priorizando os investimentos via fundos.

Por fim, por determinação expressa do Conselho Deliberativo da Petros, para todos os planos estão vedadas novas alocações em COE, FIP e debêntures, em carteira própria, que não estejam listadas na CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	Consolidado					
	2025				2024	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	945	2.006	2.951	82%	2.952	86%
Títulos públicos	108	2.006	2.114		2.299	
Outros investimentos	837	-	837		653	
Renda variável	46	52	98	3%	181	5%
Ações à vista	46	-	46		123	
Outros investimentos	-	52	52		58	
Investimentos estruturados	43	3	46	1%	46	1%
Investimentos no exterior	2	-	2	0%	18	1%
Imóveis	-	155	155	4%	160	5%
Outros ativos	-	268	268	7%	2	0%
	1.036	2.484	3.520	98%	3.359	98%
Empréstimos a participantes	-	79	79	2%	80	2%
	1.036	2.563	3.599	100%	3.439	100%

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano “AMS”, a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedidas pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 0100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela Vibra, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. Enquanto aguardava o julgamento de recurso junto ao TST, a Vibra apresentou reclamação constitucional ao Supremo Tribunal Federal, sob nº 67.994, que foi acolhida, de forma monocrática pelo Min. Gilmar Mendes, determinando-se a cassação do acórdão regional, devendo ser proferida nova decisão, sob a ótica de seus precedentes. Em atenção ao comando do Supremo, a 11ª Turma do TRT-4 proferiu novo acórdão, em 10/12/2025, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho e determinou a remessa à Vara Cível comum do Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual o risco foi alterado para remoto. Foi interposto recurso pelo Sindicato, que aguarda processamento.

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Em 05/07/24, foi prolatada sentença desfavorável à Vibra. Em 27/11/2025, foi proferido acórdão pela 1ª Turma do E. TRT-1ª Região, rejeitando o recurso interposto pela Companhia e mantendo a decisão de primeira instância. Atualmente, o processo está aguardando julgamento de embargos opostos pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada em 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão, foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), que foi rejeitado em 03/09/2025 e em 05/12/2025, após julgamento de embargos de declaração, mantendo-se, integralmente a decisão anterior.

Na data de 22/11/2023, foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Atualmente, existem sete ações coletivas sobre o tema. Há dois processos com decisões de segunda instância e um com decisão no TST favoráveis à Vibra, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto.

Em contrapartida, há quatro processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à Vibra, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 0100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

As ações em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho estão classificadas como perda remota: 0010217-76.2022.5.03.0017, 0101013-75.2022.5.01.0080 e, agora, a de nº 0020293-35.2022.5.04.0017.

Os riscos atuariais envolvidos no benefício de saúde são:

- (I) benefício saúde no pós-emprego,
- (II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
- (III) rotatividade inferior a prevista e
- (IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2025 é 1,46 anos (1,82 anos em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

20.2.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado									
	2025					2024				
	Planos de Pensão			Plano de saúde	Total	Plano de Pensão			Plano de saúde	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2			PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2		
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	2.851	1.022	286	33	4.192	3.521	1.181	337	72	5.111
Custo dos juros	346	124	35	3	508	324	108	32	5	469
Custo do serviço corrente	1	-	-	-	1	2	-	-	1	3
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(388)	(148)	(28)	(158)	(722)	(277)	(106)	(26)	(145)	(554)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	477	140	3	170	790	(223)	70	6	102	(45)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - contribuições extraordinárias	(16)	7	-	-	(9)	-	-	-	-	-
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	42	19	5	-	66	(497)	(231)	(63)	(2)	(793)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.314	1.164	301	48	4.827	2.851	1.022	286	33	4.192
Movimentação do valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	2.361	774	305	-	3.440	2.628	874	349	-	3.851
Receitas de juros	289	95	37	-	421	243	80	32	-	355
Contribuições pagas pela empresa	96	38	-	-	134	93	37	-	-	130
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(388)	(148)	(28)	-	(564)	(277)	(106)	(26)	-	(409)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	95	19	53	-	167	(327)	(111)	(50)	-	(488)
Ativos do plano no fim do exercício	2.454	778	367	-	3.599	2.361	774	305	-	3.440
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	3.314	1.164	301	48	4.827	2.851	1.022	286	33	4.192
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.454)	(778)	(367)	-	(3.599)	(2.361)	(774)	(305)	-	(3.440)
Superávit Irrecuperável no final do exercício	-	-	66	-	66	-	-	19	-	19
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	860	386	-	48	1.294	490	248	-	33	771
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo no início do exercício	490	248	-	33	771	893	307	-	72	1.272
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	408	147	-	170	725	(393)	(50)	-	100	(343)
(+) Custos incorridos no exercício	1	-	-	-	1	2	-	-	1	3
(-) Pagamento de contribuições	(96)	(38)	-	(158)	(292)	(93)	(37)	-	(145)	(275)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	57	29	-	3	89	81	28	-	5	114
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	860	386	-	48	1.294	490	248	-	33	771
Parcelamento da dívida:										
Saldo no início do exercício	131	-	-	-	131	134	-	-	-	134
Custo incorrido no exercício	11	-	-	-	11	12	-	-	-	12
Pagamento de termo financeiro	(16)	-	-	-	(16)	(15)	-	-	-	(15)
Saldo Parcelamento da Dívida no final do exercício	126	-	-	-	126	131	-	-	-	131
Saldo no fim do exercício	986	386	-	48	1.420	621	248	-	33	902
Circulante	91	36	-	26	153	93	38	-	14	145
Não circulante	895	350	-	22	1.267	528	210	-	19	757
	986	386	-	48	1.420	621	248	-	33	902

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2.2 Componentes do benefício definido

	2025				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão			Total	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde		
Custo do serviço corrente	1	-	-	1	1
Juros líquidos sobre o passivo líquido	57	29	3	89	89
Custo do exercício	58	29	3	90	90
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	56	29	3	88	88
Custo do exercício	58	29	3	90	90
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	11	-	-	11	11
Custo da dívida no exercício	11	-	-	11	11
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	1	-	-	1	1
Relativa aos inativos (*):	10	-	-	10	10
Custo da dívida no exercício	11	-	-	11	11
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	69	29	3	101	101

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

	2024				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão			Total	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde		
Custo do serviço corrente	2	-	1	3	3
Juros líquidos sobre o passivo líquido	81	28	5	114	114
Custo do exercício	83	28	6	117	117
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	-	-	1	1
Diretamente no resultado	3	-	1	4	4
Relativa aos inativos (*):	79	28	5	112	112
Custo do exercício	83	28	6	117	117
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	12	-	-	12	12
Custo da dívida no exercício	12	-	-	12	12
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	10	-	-	10	10
Custo da dívida no exercício	12	-	-	12	12
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	95	28	6	129	129

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2.3 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2025				2024			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	11,91%	11,93%	11,84%	12,78%	12,75%	12,79%	12,75%	12,84%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	6,87%	6,87%	6,87%	n/a	7,51%	7,51%	7,51%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	n/a	n/a	n/a	12,03% a 8,11% a.a	n/a	n/a	n/a	12,44% a 3,15% a.a
Tábua de mortalidade geral	Experiência Petros (Bidecremental - 2016)	Experiência Petros 2025	AT-2012 Basic, Feminina e Desagravada em 10%	Experiência Petros 2016	EX-PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2016
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022 Desagravada em 40%	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, Masculina	AT-83, Segregada por Sexo	MI 85 Masculina e suavizada em 10%	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	MI 85 Masculina e suavizada em 10%	AT 49 Masculina
Idade de entrada na aposentadoria	Homens - 57 anos	Homens - 59 anos	-	Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Homens - 57 anos	Homens - 59 anos	-	Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade
	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2.4 Análise de sensibilidade

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(331)	692	-	(46)	-	-
Custo do serviço e juros	3	38	-	(6)	-	-

20.2.5 Perfil de vencimento da obrigação

	2025			
	Plano de Pensão			Plano de saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	
31/12/2026	295	111	26	26
31/12/2027	273	103	24	22
31/12/2028	253	95	22	-
31/12/2029	234	88	20	-
31/12/2030 ou posterior	2.259	767	209	-
Total	3.314	1.164	301	48

⇒ **Política contábil**

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições da empresa e dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e*
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares.*

As estimativas dos custos médicos futuros consideram o efeito dos avanços tecnológicos, das alterações na utilização dos cuidados de saúde ou de modelos de prestação desses cuidados, e de alterações nas condições de saúde dos participantes do plano. Esta taxa é definida para cada ano a partir da data de avaliação até o fim do período de pagamento dos benefícios.

- Hipóteses e experiência demográficas, como tabela de mortalidade geral, tabela de entrada em invalidez, tabela de mortalidade de inválidos e alterações no cadastro da patrocinadora.*

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 20.2.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***21 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para Créditos de Descarbonização	36	-	36	-
Total	36	-	36	-

Os CBIOs, que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado, são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

A aposentadoria do CBIO é o processo para retirada definitiva de circulação do CBIO, impedindo qualquer negociação futura.

As metas estabelecidas de cada ano são publicadas no site da ANP e, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIO).

Para 2025, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 8.797.294 CBIOs (9.544.136 CBIOs em 2024).

No período houve provisionamento de CBIOs de R\$ 497 (nota 24.4) e aposentadoria de R\$ 460 (nota 14).

⇒ Política contábil

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e na rubrica Outras receitas (despesas), líquidas, com base nas metas estabelecidas pela ANP.

A provisão de CBIOs é mensurada mensalmente, de forma proporcional, com base na relação entre o volume vendido no período e a quantidade de CBIOs a ser aposentada, e inclui, para as quantidades compradas, o custo médio de aquisição e para as quantidades a adquirir do período, o preço médio negociado na bolsa de valores (B3) no último dia útil do mês. No momento da aposentadoria, o passivo constituído é compensado com os créditos de descarbonização adquiridos e que são contabilizados no ativo intangível (nota 14).

22 Patrimônio líquido**22.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 10.034, estava composto por 1.119.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.217, mediante a capitalização de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 800, mediante capitalização de parte do saldo contábil da reserva de retenção de lucros da Companhia, conforme registrados no balanço patrimonial da Companhia de 30 de setembro de 2025, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem atribuídas a título de bonificação (“ações bonificadas”), com a emissão de 79.563.531 novas ações, na proporção de 1 (uma) ação bonificada para cada 14,06423244265 ações ordinárias que os acionistas da Companhia possuísem na data de corte.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 12.051 (R\$ 10.034 em 31 de dezembro de 2024), está composto por 1.198.563.531 ações ordinárias (1.119.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024) representadas na forma escritural e sem valor nominal.

22.2 Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de 6.026.424 (4.489.080 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 122 de ações em tesouraria (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia manteve programa de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, aprovado pelo Conselho de Administração em julho de 2024, em conformidade com a regulamentação aplicável, e que teve duração de 18 meses, com encerramento em janeiro de 2026.

O programa tem por objetivo possibilitar à Companhia a aquisição de ações para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou alienação, conforme deliberação da Administração e observadas as condições de mercado e a legislação societária aplicável.

As ações eventualmente mantidas em tesouraria podem ainda ser utilizadas para o cumprimento de obrigações decorrentes de planos de pagamento baseados em ações, incluindo programas de retenção e incentivo de executivos e colaboradores, na forma aprovada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração da Companhia.

22.3 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2025, deliberou sobre a aplicação do excesso de reservas de lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

22.3.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

22.3.2 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital de 2025, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Na proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 703 (R\$ 4.412 em 31 de dezembro de 2024).

22.3.3 Reserva de incentivos fiscais

Foi constituída da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

22.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2025
Lucro líquido do exercício	2.004
Apropriação	
Reserva legal	(100)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	1.904
Juros sobre capital próprio / dividendos	
Equivalentes a 25% do lucro básico	476
Registrados no patrimônio líquido	
Dividendos adicionais propostos	
Equivalentes a aproximadamente 9% do lucro básico	
Juros sobre capital próprio reconhecidos no passivo	1.200
Dividendos	-
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	1.200
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(90)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	1.110
Dividendos / Juros sobre capital por ação	1,08

22.5 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	1.512	1.124
Adição	1.236	2.007
Pagamento	(1.547)	(1.528)
Imposto de renda retido na fonte	(90)	(91)
Saldo final	1.111	1.512

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$1.200, para pagamento aos acionistas em 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Esta antecipação deverá compor o dividendo mínimo obrigatório do exercício social 2025, *ad referendum* (sujeitos à ratificação) da Assembleia Geral Ordinária (AGO), sem prejuízo de outras eventuais distribuições a serem definidas na AGO que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

⇒ **Política contábil**

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

22.6 Ajuste de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquido de tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social, assim como ao reconhecimento dos ajustes acumulados de conversão de participações societárias do exterior.

22.7 Resultado por ação

	Controladora	
	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	2.004	6.367
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.122.632.485	1.114.986.255
Resultado por ação básico	1,7851	5,7104
Numerador		
Lucro líquido	2.004	6.367
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.122.632.485	1.114.986.255
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	5.844.067	5.653.750
Média ponderada de ações ajustadas	1.128.476.551	1.120.640.004
Resultado por ação diluído	1,7758	5,6816

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 19.2), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da companhia no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	93.776	86.434	89.139	86.391
Gasolina	56.756	52.007	55.994	51.762
Óleo combustível	2.898	5.720	2.898	5.720
Querosene de aviação	19.108	19.252	19.108	19.252
Lubrificantes	3.335	3.121	3.335	3.121
Coque	-	43	-	43
Outros derivados	2.418	2.035	1.126	1.786
Etanol	12.542	12.042	12.542	12.042
Gás natural	320	458	320	458
Produtos de Supply-House (a)	509	500	509	500
Energia	6.398	27	31	27
Serviços e outros	632	262	89	83
	198.692	181.901	185.091	181.185
Juros embutidos no preço dos produtos (b)	(1.197)	(955)	(1.197)	(955)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(551)	(687)	(545)	(684)
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(1.048)	(910)	(1.048)	(910)
Receita bruta	195.896	179.349	182.301	178.636
Encargos de vendas	(6.640)	(7.077)	(5.239)	(7.023)
Receita de vendas	189.256	172.272	177.062	171.613

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

(b) São contabilizados de acordo com a taxa efetiva de juros relacionada à transação.

23.1 Passivos de contratos

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2025 perfazem o montante de R\$ 448 no consolidado e R\$ 383 na controladora (em 31 de dezembro de 2024 estes saldos eram R\$ 314 no consolidado e na controladora).

O valor de R\$ 293 foi reconhecido como receita em 2025 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2024).

⇒ **Política contábil**

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e por desempenho.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 10).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

24 Custo e despesas por natureza**24.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos	(179.127)	(163.764)	(168.640)	(163.281)
Serviços de terceiros e aluguéis	(179)	(116)	(137)	(116)
Despesas com pessoal	(51)	(30)	(29)	(30)
Depreciação e amortização	(409)	(11)	(18)	(11)
Outras	(91)	(110)	(77)	(110)
Total	(179.857)	(164.031)	(168.901)	(163.548)

24.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(1.868)	(1.668)	(1.867)	(1.668)
Despesas com pessoal	(500)	(411)	(500)	(411)
Perdas com títulos incobráveis	(70)	(39)	(70)	(39)
Depreciação e amortização	(448)	(437)	(456)	(446)
Outras	(227)	(204)	(227)	(203)
Total	(3.113)	(2.759)	(3.120)	(2.767)

24.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros e aluguéis	(359)	(292)	(266)	(275)
Despesas com pessoal	(760)	(466)	(442)	(422)
Depreciação e amortização	(211)	(106)	(93)	(80)
Outras	(206)	(135)	(94)	(91)
Total	(1.536)	(999)	(895)	(868)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Créditos de ICMS - Fim da definitividade	77	124	77	124
Créditos de PIS COFINS (nota 18.1)	1.401	5.041	1.401	5.041
Despesas de aluguéis	(94)	(88)	(94)	(88)
Ganho na aquisição de ativo	-	-	167	-
Desapropriação e incorporação de imóveis	-	33	-	33
Reversão perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	362	-	362	-
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i> (nota 12.4)	(998)	(705)	(998)	(705)
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	55	(46)	19	(38)
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	(142)	141	(88)	105
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 27.1)	(347)	(128)	(338)	(128)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 20)	(98)	(122)	(98)	(122)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(132)	(167)	(132)	(167)
Provisão crédito de descarbonização	(497)	(837)	(497)	(837)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos	-	6	-	6
Provisão para acordos extrajudiciais (nota 12.5)	(20)	-	(20)	-
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	468	423	468	423
Receita de armazenagem conjunta	147	153	147	153
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	159	138	159	138
Recuperação com Crédito Fiscal Presumido – ICMS	13	8	13	8
Relações institucionais e projetos culturais	(184)	(143)	(184)	(143)
Resultado com alienação/baixas de ativos	339	359	282	333
Baixa de participação societária (nota 12.5)	(404)	-	(404)	-
Reversão - earnout participação societária (nota 12.5)	157	-	157	-
Valor justo investimento mantido para venda - Evolua	(55)	-	(55)	-
Outros	106	89	126	101
Total	313	4.279	470	4.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(2.647)	(1.302)	(2.010)	(1.274)
Arrendamentos	(66)	(39)	(80)	(81)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(104)	(15)	38	(15)
Outras	(155)	(100)	(93)	(89)
	(2.972)	(1.456)	(2.145)	(1.459)
Receitas				
Por atraso de clientes	79	175	79	175
Financiamentos a clientes	135	171	156	183
Depósitos judiciais	57	82	56	82
Aplicações financeiras	573	624	363	581
Recuperação de créditos - valor justo	9	234	9	234
Títulos e valores mobiliários	51	-	-	-
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	57	(16)	9	(16)
Valor justo de earnout de aquisição de participações societárias	-	486	-	486
Outras	59	21	17	13
	1.020	1.777	689	1.738
Variações monetárias				
Arrendamentos	-	-	(16)	(24)
Empréstimos e financiamentos	(241)	(101)	(57)	(63)
Impostos	579	174	579	174
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	45	(142)	45	(142)
Por atraso de cliente	-	44	-	44
Outras	(12)	(15)	(16)	(15)
	371	(40)	535	(26)
Variações cambiais				
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(948)	1.023	(1.097)	1.023
Derivativo embutido	(575)	-	-	-
Clientes	(46)	44	(46)	44
Fornecedores	17	(77)	17	(75)
Empréstimos e financiamentos	837	(1.579)	827	(1.579)
Aplicações financeiras	(24)	50	(24)	50
Corretoras	(11)	22	(11)	22
Outras	(43)	5	(37)	5
	(793)	(512)	(371)	(510)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(422)	(552)	164	(536)
Resultado financeiro	(2.374)	(231)	(1.292)	(257)

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 2.072 (nota 16) no período (R\$ 2.982 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 2.047 reconhecidos no resultado e R\$ 25 como juros capitalizados (R\$ 2.982 em 31 de dezembro de 2024 reconhecidos no resultado).

26 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia avalia o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; (ii) B2B; e (iii) Renováveis. Doravante somente estes três segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Renováveis

Composto por controladas que possuem em seu portfólio fontes de energia renováveis que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis. Em 31 de dezembro de 2025, representa o desempenho da Comerc Energia S.A..

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/25

	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Financeiras	Total Consolidado
Receita de Vendas	113.568	70.270	5.969	189.807	-	189.807	(551) (a)	189.256
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	(181) (b)	(181)
Custo dos produtos vendidos	(108.250)	(66.311)	(4.887)	(179.448)	-	(179.448)	(409) (c)	(179.857)
Lucro (Prejuízo) bruto	5.318	3.959	1.082	10.359	-	10.359	(1.141)	9.218
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(1.331)	(1.982)	(300)	(3.613)	(370)	(3.983)	(678) (d)	(4.661)
Tributárias	(17)	(26)	-	(43)	(28)	(71)	(74) (e)	(145)
Outras receitas (despesas), líquidas	655	910	58	1.623	(5)	1.618	(1.305) (f)	313
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-	101 (g)	101
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(2.374) (h)	(2.374)
EBITDA Ajustado	4.625	2.861	840	8.326	(403)	7.923		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(5.471)	2.452

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/24

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Financeiras	Total Consolidado
Receita de Vendas	106.422	66.537	172.959	-	172.959	(687) (a)	172.272
Custo dos produtos vendidos	(101.300)	(62.720)	(164.020)	-	(164.020)	(11) (c)	(164.031)
Lucro (Prejuízo) bruto	5.122	3.817	8.939	-	8.939	(698)	8.241
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(1.222)	(1.718)	(2.940)	(213)	(3.153)	(543) (d)	(3.696)
Tributárias	(14)	(9)	(23)	(57)	(80)	(75) (e)	(155)
Outras receitas (despesas), líquidas	179	390	569	4.589	5.158	(879) (f)	4.279
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	100 (g)	100
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(231) (h)	(231)
EBITDA Ajustado	4.065	2.480	6.545	4.319	10.864		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						(2.326)	8.538

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações financeiras	2025	2024
(a) Receita de Vendas		
<u>Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes</u>		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(551)	(687)
(b) Marcação a Mercado		
MTM - Compra e Venda Futura de Energia	(181)	-
(c) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(409)	(11)
(d) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(659)	(543)
<u>Custos de Retenção</u>		
Despesas não recorrentes com plano de retenção	(19)	-
(e) Tributárias		
<u>Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.</u>		
<u>Anistias fiscais:</u> trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(5)	(12)
<u>Encargos tributários:</u> os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(69)	(63)
(f) Outras receitas (despesas), líquidas		
<u>Perdas e provisões com processos judiciais</u>		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(347)	(128)
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	-	(46)
Desfazimento Participação Societária - ZegBiogás	95	-
<i>Impairment</i>	(998)	(705)
Valor Justo - Disponível para Venda Evolua	(55)	-
(g) Resultado de participações em investimentos	101	100
(h) Resultado Financeiro, líquido	(2.374)	(231)
Total	(5.471)	(2.326)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

26.1 Desagregação da Receita

	Consolidado			
	2025			
	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total
Produtos e serviços				
No país				
Norte	9.870	5.995	-	15.865
Nordeste	27.152	12.981	-	40.133
Centro Oeste	12.755	6.494	-	19.249
Sudeste	43.887	31.953	-	75.840
Sul	19.904	7.346	-	27.250
No exterior	-	5.501	-	5.501
Energia	-	-	5.969	5.969
Total	113.568	70.270	5.969	189.807

	Consolidado		
	2024		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e Serviços			
No país			
Norte	8.755	7.302	16.057
Nordeste	25.490	13.365	38.855
Centro Oeste	12.471	6.425	18.896
Sudeste	40.836	29.773	70.609
Sul	18.870	6.188	25.058
No exterior	-	3.484	3.484
Total	106.422	66.537	172.959

A receita de Energia é substancialmente oriunda das atividades da comercializadora que compra energia no mercado livre, onde os preços podem variar entre regiões e é proveniente de como ela negocia a energia no mercado e não necessariamente a partir de cada região do país. Dessa forma, sua receita é analisada de forma consolidada, considerando os riscos de variações de preços, custos e as oportunidades de negociação em grande escala, não trazendo informações relevantes na desagregação por região.

27 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

27.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) – processos da União (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(ii) ICMS – FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) - demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024).

Processos Cíveis

(i) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi, sendo rejeitados no dia 16.12.2025. Este, em decisão monocrática proferida em 20.06.2025 negou o provimento em recurso especial interposto pela Ouro Verde mantendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à fixação do percentual de 3,58% sobre a receita bruta como base para apuração dos lucros cessantes. (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 90 em 31 de dezembro de 2024);

(ii) Feijó, Cavagnoli & Cia. Ltda. Trata-se de ação de indenização por Lucros Cessantes movida pela Feijó Cavagnoli em face da Vibra em razão da não celebração de Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil (CPCVM). Em 1988 foi editada uma lei municipal em que o município de Porto Alegre se comprometeu a ceder 14 postos para a exploração da Vibra. Essa lei seria regulamentada por uma lei complementar. A Vibra celebrou contrato de cessão de direitos com a Feijó em 1989, por meio do qual se comprometeu a ceder um dos postos do município ao revendedor assim que a LC fosse editada. O revendedor alega que realizou investimentos vultosos para firmar o contrato de cessão de direitos. Ocorre que quando a LC foi efetivamente editada, em 1996, o número de postos a serem cedidos à Vibra foi reduzido de 14 para 6. Por isso, a Vibra ficou impossibilitada de honrar o compromisso assumido com a Feijó de celebrar o CPCVM, razão pela qual a Feijó ingressou com ação de perdas e danos. Atualmente o processo encontra-se em fase de Liquidação de Sentença, tendo sido produzido laudo pericial que apurou o valor de R\$ 83 como o montante devido pela Vibra a título de lucros cessantes. O laudo foi parcialmente homologado, e a Vibra está recorrendo da decisão de homologação (R\$ 83 em 31 de dezembro 2025);

(iii) Lar Cooperativa Agroindustrial. Lar Cooperativa ajuizou ação declaratória de rescisão contratual em face da Companhia e da Stamac, pleiteando a rescisão do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e sublocação de equipamentos que havia celebrado com ambas as empresas. Alegam onerosidade excessiva decorrentes de alterações legislativas que tornaram a aquisição de energia no mercado livre mais vantajosa do que a geração própria. O cumprimento de sentença foi iniciado, no valor de R\$ 78. A Vibra ajuizou ação rescisória, sendo deferido o pedido liminar para suspensão do cumprimento de sentença até o julgamento do mérito. Foi apresentada contestação pela LAR em outubro de 2025 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria – processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Adicional de periculosidade – executivo de venda - Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia nos cargos de Assessor Comercial/Profissional de vendas pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições perigosas, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2025 e R\$31 em 31 de dezembro de 2024).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado (a)											
	2025						2024					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total
Saldo inicial	273	317	520	24	1	1.135	265	336	508	26	-	1.135
Adição, líquida de reversão	64	49	250	(2)	-	361	11	12	55	4	-	82
Utilização (*)	(28)	(47)	(170)	(1)	-	(246)	(6)	(31)	(86)	(6)	-	(129)
Transferência	-	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	23	9	(46)	-	-	(14)	3	-	43	-	-	46
Combinação de negócios	3	7	4	-	-	14	-	-	-	-	1	1
Saldo final	335	336	558	21	-	1.250	273	317	520	24	1	1.135

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 65 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2025, conforme nota 27.2 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (consolidado e controladora)).

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	2025			2024		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	336	45	291	317	67	250
Causas fiscais	335	215	120	273	219	54
Causas cíveis	558	52	506	520	49	471
Causas ambientais	21	2	19	24	2	22
Outras	-	-	-	1	-	1
Total	1.250	314	936	1.135	337	798

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	977	169	133	2	1.281	1.280
Adição, líquida de reversão	36	(5)	15	-	46	46
Utilização (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	23	(8)	6	-	21	21
Combinação de negócios	-	1	-	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.033	149	149	2	1.333	1.331
Adição, líquida de reversão	23	(5)	(13)	-	5	5
Utilização (a)	(21)	(25)	(19)	-	(65)	(65)
Atualização monetária / juros (b)	43	(19)	(4)	1	21	21
Combinação de negócios	-	-	4	-	4	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.078	100	117	3	1.298	1.292

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia e suas investidas mantém R\$ 309 (R\$ 337 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 27.1.1); R\$ 748 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências possíveis; R\$ 201 (R\$ 232 em 31 de dezembro de 2024) associados a contingências remotas; R\$ 32 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia são autoras e R\$ 3 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a outros.

27.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fiscais	7.829	7.026	7.828	7.026
Cíveis	6.604	6.461	6.484	6.461
Trabalhistas	416	503	404	503
Ambientais	270	246	270	246
Total	15.119	14.236	14.986	14.236

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal		2025	2024
Autores: Estados de GO, MS, PA, SP e TO			
1)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.146	1.145
Autores: Estados de AM, CE, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SE, SP e TO			
2)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.805	1.594
Autores: Estado de SP e Discom			
3)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	1	252
Autor: União			
4)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	745	699
Autores: Estados do AM e PE			
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	427	435
Autor: União			
6)	Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	471	451

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		2025	2024
Autores: Estados de AL, AM, ES, MS, MT, PB, PE, PI, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União			
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	109	158
Autores: Estado do AC, AL, AM, BA, CE, GO, PA, PB, PI, RO, SC e SP			
8)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	302	267
Autor: União			
9)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	228	220
Autor: União			
10)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	134	126
Autor: Estado do RJ			
11)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	130	116
Autores: Estados do MT, PA e PE			
12)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	164	89
Autor: Estados do CE, MT e RR			
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST.	62	61
Autor: União			
14)	Processos em que a Vibra discute que o coque, após submetidos a determinados procedimentos físicos (peneiramento, fracionamento, granulometria) não perde a característica de produto derivado de petróleo e, portanto, imune ao IPI.	103	-
Autor: Estado do PA e União			
15)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	87	77
Autor: União			
16)	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	222	207
Autor: Estado do RJ			
17)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	79	71

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		2025	2024
Autores: Estados de MT, PE e SC			
18)	Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Companhia alega ausência de norma determinando a ST.	21	42
Autor: União			
19)	Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	401	356
Autor: Estado da BA			
20)	Casos em que a Companhia é autuada por utilizar créditos de ICMS em período superior a 5 anos do seu surgimento, por ausência de oportunidades anteriores para seu devido escoamento.	-	48
Autor: Estado de GO			
21)	Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	61	80
Autor: Estados de AM, PA, PB, PE, PI, SC, SP e RJ			
22)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	46	42
Autor: Estado do RJ			
23)	Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	109	43
Autor: União			
24)	Processos em que a Vibra discute a possibilidade de apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre débitos pagos em anistia.	138	-
Autor: Estados de DF, BA, PB, AL, GO, PE, RR, MT, SC, SP, SE, TO, AC, CE, AM, AP, ES, MA, MS, PA, PR, PI, RJ, RN			
25)	Processos em que não há mais discussão tributária, mas apenas sobre levantamento de garantias, pagamento de honorários e demais encargos sucumbenciais.	47	30
Autor: União			
26)	Processo em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como em casos em que supostamente não haveria PIS e COFINS em produtos tributados por ICMS.	425	-
Processos diversos de natureza fiscal		366	417
Total		7.829	7.026

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível		2025	2024
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP			
Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de “equacionamento de déficit do Plano Petros 1”, seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.			
1)	Situação atual: Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal. Ao longo de 2024 o processo foi redistribuído duas vezes por suspeição dos juízes designados, tendo a última redistribuição sido para a 1ª Vara Federal do DF em 9 de dezembro de 2024. Negada liminar para suspensão das cobranças extraordinárias requerida pela Associação.	2.780	2.485
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..			
Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.			
2)	Situação atual: Suspensa a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.849	1.698
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.			
3)	Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Em 24/10/2024, a SG/CADE emitiu parecer final recomendando o arquivamento do processo em relação à Vibra e colaboradores BR. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Tribunal do CADE. Em 25/06/2025, o Tribunal julgou o processo, mantendo o arquivamento do caso em face da Vibra e ex-colaboradores BR. Essa decisão transitou em julgado no dia 11/06/2025.	-	472
Autor: Francisco Messias Cameli			
Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul.			
4)	Situação atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.	316	277
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.			
Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários.			
5)	Situação atual: Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.	200	178

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.

- 6) **Situação atual:** Em 15/08/2025 foi proferida sentença favorável, julgando procedente o pedido de anulação da decisão do CADE. Opostos Embargos de Declaração pela GP e pelo CADE seguidos de contrarrazões da Vibra em 06/10/2025. Em que pese seus embargos ainda não terem sido julgados, o CADE apresentou apelação. Em 09/12/2025 foi proferida decisão reconhecendo a perda superveniente do objeto dos embargos de declaração do CADE em razão do protocolo da apelação, bem como rejeitando os embargos da Gran Petro. Em 16/01/2026, o CADE opôs novos embargos para que seja reconhecido seu direito de apreciação dos primeiros embargos rejeitados pela perda superveniente do objeto. Aguarda-se julgamento dos novos EDs.

83

82

Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.

- 7) **Situação atual:** Sentença de improcedência do pedido da Vibra proferida em 04/04/2025. Opostos Embargos de Declaração, desprovidos em 04/06/2025. Apelação interposta em 14/07/2025. O Agravo de Instrumento foi provido em parte para manter a liminar no tocante à suspensão da multa aplicada, mas não suspendeu o processo da ANP, considerando que não é parte neste processo.

102

90

Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda

Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis.

- 8) **Situação atual:** A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, sendo rejeitados no dia 16.12.2025. Este, em decisão monocrática proferida em 20.06.2025 negou o provimento em recurso especial interposto pela Ouro Verde mantendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à fixação do percentual de 3,58% sobre a receita bruta como base para apuração dos lucros cessantes.

127

111

Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.

A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos.

- 9) **Situação atual:** Em julho/2025 foi celebrado acordo entre as partes no qual a Vibra efetuou o pagamento de R\$40 à DISCOM e seus advogados. A composição foi homologada pelo STJ em agosto/2025, tendo o caso sido encerrado.

-

83

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda

Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.

- 10) **Situação atual:** Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O perito foi intimado a se manifestar. O processo se encontra pendente de julgamento.

89

82

Autor: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima

Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação.

- 11) **Situação atual:** Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a Vibra e a Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada apelação pela Vibra Vibra e PETROBRAS que em março de 2025 foram providas para julgar improcedente a demanda. Foi apresentado recurso de embargos de declaração pela COMPASA, o qual foi rejeitado em 02.07.2025. Compasa recorreu para a Suprema Corte, ainda sem julgamento desse recurso.

148

142

Autor: Grycamp Transportes

Ação indenizatória em razão da rescisão antecipada de dois contratos de transporte. Grycamp alega que sofreu prejuízos com perda faturamento pela redução do volume transportado e pede a condenação da Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos investimentos feitos na adaptação da frota.

- 12) **Situação atual:** Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp, o qual ainda não foi julgado.

50

43

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: Lar Cooperativa Agroindustrial

Lar Cooperativa ajuizou ação declaratória de rescisão contratual em face da Companhia e da Stemac, pleiteando a rescisão do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e sublocação de equipamentos que havia celebrado com ambas as empresas. Alegam onerosidade excessiva decorrentes de alterações legislativas que tornaram a aquisição de energia no mercado livre mais vantajosa do que a geração própria.

13)

Situação atual: Após sentença julgar improcedentes os pedidos da LAR, foi dado provimento à apelação da LAR pelo TJRJ, sendo reconhecida a rescisão do contrato, além de condenar a Companhia e a STEMAC, de forma solidária, a ressarcir todos os valores pagos a título de sublocação desde a citação. Houve oposição de Embargos de Declaração pela Companhia, alegando omissão no Acórdão que deixou de observar as conclusões do laudo pericial, que entendeu não haver onerosidade excessiva, e julgamento extra petita, uma vez que o pedido de devolução dos valores pagos a título de sublocação não foi formulado na inicial, mas apenas em apelação. Apelação não provida, tendo a Cia. apresentado Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Em seguida, interposto Agravo em Recurso Especial que não foi conhecido e Agravo Interno no Agravo em Resp, que teve seu provimento negado. Em setembro/2024 foram apresentados Embargos de Declaração (ED's) os quais foram rejeitados em decisão de novembro/2024. Foram opostos segundos ED's em face desta decisão, que até 31.12.2024 ainda não havia sido julgado. Em 28.02.2025 os ED's foram rejeitados, tendo o trânsito em julgado ocorrido em 26/03/2025. Iniciado pela LAR o cumprimento de sentença no valor de R\$78. Ajuizada ação rescisória pela Vibra para anular o acórdão que reformou sentença sobre contrato para construção e operação de usina de energia. A fundamentação foi: (i) aplicação indevida da teoria da imprevisão ao caso, (ii) falta de aplicação da SELIC, (iii) possível julgamento extra petita, considerando que não houve pedido de condenação pecuniária, mas apenas pedido declaratório de rescisão; (iv) fato novo desconsiderado: compra da usina e equipamentos pela LAR, em contradição à alegada falta de interesse nos equipamentos e desvantagem do contrato; (v) perícia constatou ausência de desequilíbrio econômico do contrato. Liminar deferida para suspender o cumprimento de sentença. Foi apresentada contestação pela LAR em outubro de 2025. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, considerando a variação decorrente da aplicação da Selic entre a condenação e o cumprimento da sentença.

38

40

Autor: Ministério Público Federal

Trata-se de ação civil pública, na qual se discute supostos danos aos direitos difusos gerados por excesso de peso de caminhões nas rodovias (danos materiais e morais), com pedido liminar.

14)

Situação atual: Em 04/07/2025 protocolamos petição apresentando laudo técnico. Em 08/07/2025 apresentamos as notas fiscais e tickets de pesagem dos veículos relativos às mercadorias comercializadas no Estado de Rondônia, entre 16/05/2025 a 30/06/2025, conforme requerido e deferido pelo MM. Juízo. Em 09/07/2025 foi realizada audiência de conciliação, infrutífera. Contestação apresentada em 30/07/2025. Em 16/08/2025 protocolamos petição apresentando os pontos controvertidos da demanda e requerendo a produção de prova testemunhal. Aguardando apreciação do pedido de tutela antecipada.

56

-

Autor: GLD Energia Ltda.

Trata-se de demanda movida por EPCista, indicando a existência de valores a serem recebidos em decorrência de atrasos causados pela Comerc, bem como utilização de mão-de-obra direta e indireta muito além do previsto.

15)

Situação atual: Distribuído em 17/07/2024. Em 31/07/2024, determinada a citação das Empresas. Em 19/08/2024 foi juntado o primeiro mandado positivo em nome dos Réus. Em 09.09.2024, a Comerc opôs embargos monitórios. Em 30/09/2024, a GLD apresentou resposta aos embargos monitórios. Em 02.12.2024, as partes foram intimadas para se manifestarem a respeito da produção de provas. Em 04.12.2024, a GLD apresentou petição requerendo a produção de provas (testemunhal e perícia contábil). Em 21.01.2025, a Comerc apresentou petição reiterando a extinção da ação monitoria. Em 10.03.2025, foi proferido despacho determinando a indicação da pertinência e finalidade das provas orais requeridas pela GLD. Em 28.03.2025, a GLD apresentou petição justificando a necessidade da produção de prova oral. Em 26.06.2025, a GLD informou que possui interesse na designação de audiência de conciliação. Em 03.06.2025, a Comerc informou que não possui interesse na designação de audiência de conciliação. Em 05.08.2025, foi designada audiência de conciliação para o dia 21.10.2025.

45

-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Autor: FiberX Utilities e Energia Renovável S.A		
Arbitragem relacionada aos contratos de empreitada para implantação de usinas fotovoltaicas celebrados pela Comerc com a Fiberx, com alegações recíprocas de inadimplemento. A Fiberx requer a condenação da Comerc ao pagamento de boletins de medição e multa pela rescisão dos contratos, bem como a devolução do valor da fiança bancária paga pelo Banco Daycoval. A Comerc requer a condenação da Fiberx ao pagamento de multa por inadimplemento e rescisão dos contratos.		
Em 23.05.2025 a arbitragem foi instaurada pela FiberX, indicando José Rogério Cruz e Tucci como co-árbitro. Em 03.06.2025, a Comerc foi notificada. Em 18.06.2025, a Comerc apresentou resposta ao requerimento, indicando Ivan Nunes Ferreira como co-árbitro. Em 08.08.2025, os co-árbitros indicaram José Emílio Nunes Pinto para atuar como presidente do Tribunal Arbitral. Aguarda-se a celebração do termo de arbitragem.		
	64	-
Processos diversos de natureza cível	657	678
Total	6.604	6.461

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	2025	2024
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	70	172
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	77	74
Autores: Diversos		
3) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.	41	53
Processos diversos de natureza trabalhista	228	204
Total	416	503

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	2025	2024
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	205	185
Processos diversos de natureza ambiental	65	61
Total	270	246

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ **Política contábil**

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

28 Compromissos contratuais

a) Contratos “take or pay” de compras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de dois anos, que correspondem a um valor total de R\$ 205 com a Paraná Xisto (R\$ 459 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 218 com a Petrobras (R\$ 217 em 31 de dezembro de 2024) e de R\$ 64 com a Refinaria Mataripe (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2024).

b) Contratos “take or pay” de serviços

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 338 (R\$ 394 em 31 de dezembro de 2024), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (take or pay) por cada trecho.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R\$ 86 (R\$ 107 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de um a quatro anos, com a Granel Química, ao valor estimado de R\$ 170 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024), com a CBL Terminais, ao valor estimado de R\$ 136 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 2 anos, com a Rumo S.A. - Norte, ao valor estimado de R\$ 84 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2024) e para o período de 1 ano com a VLI Multimodal S.A., ao valor estimado de R\$ 72 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos referentes ao serviço de operações, para o período de 5 anos, com a Projel Engenharia Especializada, ao valor estimado de R\$ 64 (sem valor em 31 de dezembro de 2024) e para o período de 4 anos, com a Navemestra Serviços, ao valor estimado de R\$ 55 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de Dezembro de 2025, algumas controladas da Comerc possuem compromissos de investimentos em infraestrutura já firmados no montante total de R\$ 61 no segmento de geração distribuída para o ciclo 3 (consolidado Mori 3 e Ares 2), R\$3 para o ciclo 2 e R\$2 referente Trocas dos Módulos (consolidado).

29 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Nível	Consolidado		Controladora	
	Notas	Hierarquia	2025	2024	2025	2024
		Valor Justo				
Custo amortizado						
Caixa e bancos	6		824	1.309	200	399
Aplicações financeiras	6		2.823	9.171	1.540	8.917
Caixa e aplicações restritas	7		136	-	-	-
Debêntures			363	-	-	-
Contas a receber	8		7.783	5.796	6.558	6.280
Total ativos ao custo amortizado			11.929	16.276	8.298	15.596
Fornecedores	15		5.013	2.432	4.199	2.427
Empréstimos e financiamentos	16		22.365	20.449	16.157	19.538
Credores por aquisição de participações			83	75	-	-
Total passivos ao custo amortizado			27.461	22.956	20.356	21.965
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities	30.2.1	2	42	4	1	4
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia	30.2.1	2	5.618	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - derivativo embutido	30.1	2	40	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs	30.1	2	183	898	164	898
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	-	1	-	1
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			5.883	903	165	903
Credores por aquisição de participações (Earnout Integração)		3	-	2	-	2
Credores por aquisição de participações (Earnout projeto em expansão)		3	-	157	-	157
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	59	32	-	23
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia		2	5.282	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	311	38	309	38
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	-	48	-	48
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		2	194	-	-	-
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			5.846	277	309	268

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 16. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Em 31 de dezembro de 2025, não há instrumentos financeiros avaliados pela Companhia como nível 3 (R\$ 1 apresentado como ativos a valor justo e R\$ 207 apresentados como passivos a valor justo em 31 de dezembro de 2024). A mensuração desses ativos e passivos envolvia *inputs* considerados significativos e não observáveis.

⇒ **Política contábil**

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- *Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;*
- *Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.*

Quando passivos financeiros mensurados ao custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodities, opções de compra e venda e pagamentos contingentes (earnout). A partir de 2025, a controladora utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para os derivativos de commodities e parte das NDFs.

30 Gerenciamento de riscos

Esta seção detalha os principais riscos financeiros enfrentados pela Companhia e as estratégias adotadas para mitigá-los.

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

A natureza dos riscos inerentes às atividades da Companhia, da Comerc e das demais investidas estão apresentadas nas notas de riscos a seguir.

30.1 Risco cambial

Contratos de swap

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*.

A controlada Hélio Valgas contratou instrumento financeiro derivativo para conversão da sua dívida de reais para dólares americanos visto que seu faturamento ocorre na respectiva moeda americana.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia e suas controladas possuem 7 (sete) contratos de swap na modalidade US\$ x DI e 1 (um) contrato na modalidade IPCA x US\$, demonstrados a seguir:

Contratante	2025						2024	
	Nocional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito
	Ponta ativa		Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva		
					(a)	(b)	(a) - (b)	Resultado descontado pelo risco de crédito
Vibra Energia	USD	755	CDI	4.251	4.297	4.552	(255)	(247)
Hélio Valgas	IPCA	1.077	USD	196	1.220	1.201	19	17
								833
								-

O valor justo do *swap* é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de *swap* cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do *swap* está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de *swap* contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Empresa	Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte		Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias SWAP	
			Dívida	SWAP					Ponta Ativa	Ponta Passiva
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-28	444	444	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	423	423	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	abr-30	555	555	100%	4,4583% a.a.	CDI + 1,20%
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	nov-29	703	703	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC	nov-29	281	281	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	jan-30	430	430	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 2,40% a.a.
Hélio Valgas	BRL	IPCA x USD	Debêntures	BTG	jun-38	1.179	1.179	100%	IPCA + 8,2561%	6,91% a.a.
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	ago-30	1.399	1.403	100%	4,3818% a.a.	CDI + 1,05%

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$563 no Consolidado e R\$544 na Controladora. Os recebimentos totalizaram R\$ 414 no Consolidado e R\$ 374 na Controladora.

Análise de sensibilidade – Efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia e suas controladas apresentam passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2025 e, com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor justo potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições. A análise de sensibilidade apresentada considera a mudança com relação à variável de risco assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2025, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2025						
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	SWAP pós desconto de Risco de Crédito
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
USD x CDI	Cenário provável	4.297	4.552	(255)	(247)	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 1%	5.371	4.552	819	(1.293)	(1.046)
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	3.222	4.552	(1.329)	(1.293)	(1.046)
IPCA x USD	Cenário provável	1.220	1.201	19	17	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 1%	1.220	1.501	(281)	(253)	(270)
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	1.220	901	320	287	270

	31/12/2025	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,5024	R\$ 6,8780	R\$ 4,1268
	31/12/2025	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,5024	R\$ 6,8780	R\$ 4,1268

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de hedge cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para hedge de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e dezembro de 2025, o percentual de hedge contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou hedge cambial, entre janeiro e dezembro de 2025, para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

A Hélio Valgas possui uma NDF (Non-deliverable forward) da modalidade asiática com vencimento em 12 de janeiro de 2026, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial das receitas das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V, cujos contratos de energia são precificados em dólares americanos.

As liquidações de todas as operações de hedge cambial com NDF, de janeiro a dezembro de 2025, geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$78 e um fluxo negativo de R\$2 no consolidado. No mesmo período do ano anterior (2024) geraram um fluxo negativo de R\$ 84 no consolidado e na controladora.

Cabe destacar que a Companhia e suas controladas não utilizaram nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2025							
Contratante	Nocional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Vencimento
	Posição comprada		Posição vendida		Posição comprada	Posição vendida	
Vibra Energia	USD	300	USD	354	11	(20)	1T26
Vibra Trading Importação e Exportação	USD	89	USD	11	(2)	-	1T26
Comerc Energia	USD	-	USD	4	-	1	1T26

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2025, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Empresa	Desvalorização do Real frente ao Dólar (+25%)	Valorização do Real frente ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Vibra Energia	(79)	65
Contratos a termo de dólar (NDF)	Vibra Trading Importação e Exportação	110	(106)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Comerc Energia	(4)	7

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Consolidado				
	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	421	Dólar / Real	105	(105)
Contas a receber	-	Dólar / Real	-	-
Passivos				
Fornecedores	(74)	Dólar / Real	(19)	19
Financiamentos	(4.381)	Dólar / Real	(1.095)	1.095
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(999)	999

Critérios

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

(a) Derivativo embutido – contratos venda de energia

A receita do projeto das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V é indexada ao dólar americano estando sujeita às flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto.

O contrato de venda de energia firmado, o qual possui prazo de suprimento de 20 anos, possui um derivativo embutido relacionado à moeda estrangeira (dólares americanos), com necessidade de ser contabilizado separadamente. Essa conclusão é baseada no fato da moeda em questão não ser normalmente utilizada no

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

ambiente econômico de compra e venda de energia, bem como as partes envolvidas também não possuem dólares americanos como moeda funcional. O derivativo embutido de moeda estrangeira é contabilizado a valor justo e remensurado também a valor justo a cada data-base. O registro é feito contra o resultado financeiro devido ao fato de ser um derivativo de moeda estrangeira. O nocional envolvido no contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2025 é de USD522.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o derivativo embutido, conforme a seguir:

	<u>Indexadores</u>	<u>Posição em 31/12/2025</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II +25%</u>	<u>Cenário III (25%)</u>
Derivativo embutido - Hélio Valgas	USD	40	91	(564)	746

30.2 Risco de taxa de juros

Contratos de derivativo – Swap IPCA x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R\$ 2.043 de operações dessa natureza com vencimentos até fevereiro de 2033.

Contratante	2025							2024	
	Nocional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Resultado descontado pelo risco de crédito
	Ponta ativa		Ponta passiva		Ponta ativa (a)	Ponta passiva (b)			
Vibra Energia	IPCA/PRÉ	2.043	CDI	2.043	2.326	2.209	117	111	42

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte			Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias SWAP	
		Dívida	SWAP						Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	1.025	1.025	100%	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	304	304	100%	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI
BRL	Pré x CDI	DEBI 100	Itaú	fev-33	1.052	1.052	100%	100%	15,13% a.a.	CDI + 0,12% a.a.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos de ajustes de *swap* no montante de R\$ 72 (consolidado e controladora). Os recebimentos totalizaram R\$ 48 (consolidado e controladora).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de dezembro de 2025 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		2025				
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap (a) - (b)	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)			
IPCA/ Pré x CDI	Cenário provável	2.326	2.209	117	111	-
	+ 25% na curva projetada de inflação implícita	2.413	2.209	203	37	(75)
	- 25% na curva projetada de inflação implícita	2.413	2.209	203	194	82

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado	
Exposição em 31 de dezembro de 2025	Risco	Cenário provável	+25%	-25%	
	CDI	14,90%	17,53%	9,90%	
	IPCA	4,46%	7,08%	4,14%	
	SELIC	15,00%	17,66%	9,97%	
	TR	0,90%	0,00%	0,00%	
	IGPM	-1,05%	0,21%	0,13%	
	INPC	4,18%	6,91%	4,05%	
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	1.119	CDI	167	196	111
Debêntures a receber - CDI	351	CDI	52	62	35
Debêntures a receber - IPCA	12	IPCA	2	2	1
Financiamentos a receber - CDI- 100%	238	CDI	35	42	24
Financiamentos a receber - IPCA- 100%	576	IPCA	26	41	24
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	64	IGPM	(1)	0	0
Financiamentos a receber - INPC - 100%	104	INPC	4	7	4
Instrumentos financeiros passivos					
Empréstimos e Debêntures em CDI	(11.462)	CDI	(1.708)	(2.009)	(1.135)
Empréstimos e Debêntures em IPCA	(5.456)	IPCA	(243)	(386)	(226)
Empréstimos e Debêntures em TR	(20)	TR	(0)	-	-

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE, FGV e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

30.2.1 Risco de preços**a) Commodities****Hedge accounting de fluxo de caixa**

No 4º trimestre de 2025, a Companhia decidiu implementar a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), conforme opção permitida pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Essa alteração de política contábil, adotada de forma prospectiva, tem por objetivo o gerenciamento dos riscos financeiros sobre os fluxos de caixa associados às oscilações nas cotações de barril e nas variações cambiais dos preços das *commodities*, como gasolina e diesel. O *hedge accounting* é utilizado para o reconhecimento da totalidade dos contratos de *hedge* de *commodities* da Companhia.

Em 2025, a Companhia utilizou instrumentos derivativos como contratos futuros de RBOB e *Heating Oil*, reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de contratação e, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, havendo saldos circulantes e não circulante, de acordo com a extensão dos contratos com as contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados como *hedges* de fluxo de caixa, destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a uma transação prevista altamente provável.

No início de cada relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge*, incluindo o objetivo da estratégia, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido, a natureza do risco protegido e uma avaliação da eficácia esperada da relação de *hedge*, baseando-se no método *Dollar Offset*.

Para configurar se a relação de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge*, a Companhia observa os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Eventualmente, a Companhia emprega uma estratégia de *cross hedge*, onde os instrumentos de *hedge* podem não ser idênticos ao item protegido, mas têm alta correlação. A Companhia pode realizar rolagens e encerramentos de contratos de *hedge* para alinhá-los às expectativas de vendas futuras altamente prováveis. As variações no valor justo dos contratos de *hedge* eficazes são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para o resultado no período em que a transação protegida se realiza, através da saída dos produtos (protegidos) do estoque devido à sua venda.

Qualquer parcela inefetiva dos contratos de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado. O saldo do *hedge* de fluxo de caixa é ajustado ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.

Com a adoção do *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteger a Companhia das oscilações nos preços das *commodities*, o item protegido é a expectativa altamente provável das receitas de vendas dos combustíveis, caracterizando-se como um item *off-balance*. Assim, o valor justo dos instrumentos de *hedge* é registrado como ajuste de avaliação patrimonial até o reconhecimento contábil da receita. O item de *hedge*, que é a receita de vendas, e o resultado do instrumento de *hedge*, que é contabilizado no custo dos produtos vendidos (Nota 9) são reconhecidos conjuntamente para, dessa forma, refletir adequadamente a eficácia da estratégia.

Os montantes acumulados em ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

O *hedge accounting* reduz o descasamento no resultado contábil-financeiro, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade. Ao mitigar os riscos de mercado, a Companhia assegura a estabilidade dos fluxos de caixa futuros, protegendo suas receitas. Além disso, permite o reconhecimento adequado das mudanças nos instrumentos de *hedge*, alinhando a contabilização com a realidade econômica da Companhia.

Sem a adoção do *hedge accounting*, as variações no valor justo dos instrumentos financeiros impactariam diretamente o resultado do período, refletindo apenas as condições de mercado momentâneas e não a estratégia econômica e financeira da Companhia. Dessa forma, o *hedge accounting* contribui para a sustentabilidade e a resiliência financeira da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A aplicação normativa, também reforça a governança corporativa, demonstrando um gerenciamento de riscos financeiros transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais. A utilização do *hedge accounting* qualifica as tomadas de decisões internas, uma vez que o efeito contábil esperado segue as mesmas premissas da gestão de risco, aumentando a eficiência e precisão das estratégias internas.

Teste de Efetividade Quantitativo

O método *Dollar Offset* compara a mudança no valor justo ou no valor presente dos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* com as mudanças no valor justo ou no valor presente dos fluxos de caixa do item protegido. O método pode ser usado na realização das avaliações prospectivas e/ou retrospectivas de eficácia. O objetivo é assegurar que as variações compensatórias estejam dentro de uma faixa aceitável, garantindo a conformidade com os requisitos contábeis aplicáveis.

Os resultados auferidos com a estratégia de *hedge accounting* estão apresentadas nas notas a seguir.

				<i>Expectativa de Realização (Posições em Aberto)</i>
Ativo Subjacente	Instrumento Financeiro	Riscos	2026	31.12.2025
Heating Oil	Futuro	Δ Diesel	1	1
Moeda	NDF	Δ Dólar	2	2
Total em Patrimônio Líquido (<i>desconsiderando impostos</i>)			3	3

Valor justo	31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Ativo/Passivo líquido
Operações em aberto com Futuros designadas	4	(9)	(5)
<i>Commodities</i>	1	-	1
Moeda (NDF)	3	(9)	(6)
	Receitas	Despesas	Resultado líquido
Reconhecimento no período	58	(67)	(9)
Reclassificação de ORA (Reconhecimento do Objeto)	53	(60)	(7)
Inefetividade de Hedge	5	(7)	(2)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Derivados de Petróleo

Atualmente a política de preços da Petrobras para gasolina e diesel leva em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino e, apesar da alteração ocorrida em 2023, a nova política de preços se mantém ainda próxima à paridade de importação. Com isso, o preço dos derivados de petróleo no mercado interno sofre alterações, ainda que menores, devido aos movimentos de preços do mercado internacional.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco, todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade desses derivativos está apresentada a seguir:

Contratos						(em milhões de reais)		
Empresa	Tipo	Unid	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.12.2025	MTM (Valor do Contrato)(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
Vibra Energia	RBOB (Gasolina)	cpg	53	959	944	-	(5)	(10)
Vibra Energia	HO (Diesel)	cpg	515	1.200	1.167	7	(56)	(119)
Vibra Trading Importação	Diesel	cpg	(280)	12	1.167	136	170	205
Vibra Trading Importação	Etanol	m³	160	3.042	3.073	-	(4)	(8)

Ptax venda 31/12/2025 5,5024

(*) Apenas operações de importações.

Vibra Trading BV

(em milhões de reais)				
Tipo	Quantidade	MTM	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
Gasolina	(299)	2	(26)	(54)
Diesel	(368)	21	(13)	(48)
Frete	(20)	1	-	(1)

Ptax venda 31/12/2025 5,5024

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Contratos futuros de comercialização de energia

No âmbito das operações de trading, a Comerc Energia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante, a rentabilidade da Comerc pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD é calculado para cada submercado em base diária, e baseia-se no Custo Marginal da Operação (CMO), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, e este (e os próprios fatores citados acima), também afetam toda a estrutura a termo dos preços de energia, inclusive o longo prazo (em menor escala, observa-se que a volatilidade reduz com o prazo) o que pode resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa.

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e consequentemente nos preços de médio e longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização (e, também afeta a exposição residual da geração centralizada), com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Valor justo dos contratos futuros de energia

A Comerc Energia e as controladas do segmento de trading possuem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2045.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato, quando aplicável.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases.

O efeito de marcação a mercado é registrado na margem operacional por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

	Variação no preço	Posição em 31/12/2025	Cenários projetados	
			Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	336	123	(82)
	Queda	336	532	736

30.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia e de suas controladas derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado								
Período	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total
Principal	365	2.734	2.938	3.420	4.442	2.634	3.290	19.823
Juros	2.484	2.210	2.098	1.872	1.496	1.109	3.554	14.823
Total	2.849	4.944	5.036	5.292	5.938	3.743	6.844	34.646

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

30.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (*hedge*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 8.

A carteira da Companhia somava R\$ 16.359 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 17.416 em 31 de dezembro de 2024).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,05%	33,28%	45,83%	51,78%	58,79%	100,00%
B2B	0,06%	16,65%	36,99%	49,39%	59,02%	100,00%
Renováveis	0,04%	11,77%	22,91%	33,31%	100,00%	100,00%

Risco de Crédito de instituições financeiras

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o rating a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nome	Empresa	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Vibra	Américas	-	-	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco do Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco Itau Unibanco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	-	-
Banco Safra	Vibra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	-	-	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Vibra	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banrisul	Vibra	Brasil	AA+	Fitch	BB-	S&P
JP Morgan	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Vibra	Estados Unidos	-	-	A	S&P
Scotia bank	Vibra	Canadá	-	-	A+	S&P
MUFG	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
MUFG	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
BofA	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BNP	Vibra	França	-	-	A+	S&P
ABC	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BRDE	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	Ba2	Moody's
BNB	Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
BNDES	Comerc	Brasil	AAA	Moody's	BB	S&P
XP	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	AAA	S&P
BTG Pactual	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
ICBC	Vibra	Brasil	-	-	Baa1	Moody's
BRASIL (País)	Vibra		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Vibra	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como “operações de vender”, nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 225, sendo o último vencimento em jan/31.

30.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Financiamentos (nota 15)	22.365	20.449	16.157	19.538
Arrendamentos (nota 16)	851	359	806	675
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	23.216	20.808	16.963	20.213
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	119	(875)	136	(875)
Dívida bruta após instrumento derivativo	23.335	19.933	17.099	19.338
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(3.647)	(10.480)	(1.740)	(9.316)
Menos: caixa e aplicações restritas (nota 6)	(136)	-	-	-
Menos: debêntures	(363)	-	-	-
Endividamento líquido	19.189	9.453	15.359	10.022

30.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31 Partes relacionadas

31.1 Transações comerciais e outras operações

31.1.1 Por empresa

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	480	133
Navegantes	6	2	64	29	-	-
Nordeste I	1	1	9	9	1	-
Zeg Biogás e Energia	-	1	-	11	-	-
	7	4	73	49	481	133
Empreendimentos controlados em conjunto / Coligadas da Comerc						
Estrela do Norte Geração de Energia SPE - Matriz (SPE I)	51	-	285	-	-	-
Estrela do Norte SPE II S.A.	-	-	89	-	-	-
Micropower Comerc Energia	6	-	30	-	-	-
Newcom Comercializadora Ltda	77	-	5	-	6	-
Ventos de Santa Amélia	-	-	7	-	-	-
Ventos de Santa Alice	-	-	1	-	-	-
Ventos de Santo Abelardo	-	-	2	-	-	-
Ventos de São Felipe	-	-	1	-	-	-
Ventos de São Mizael	-	-	1	-	-	-
Outros	-	-	9	-	-	-
	134	-	431	-	6	-
Total	141	4	504	49	487	133
Controladora						
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(58)	(67)	6	540	310	373
Vibra Trading B.V.	(22)	(33)	-	-	678	20
VBBR Conveniência	29	20	143	160	220	228
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	(1)	1	-	11	100	9
Comerc Participações S.A.	-	-	12	-	-	-
Coesa Transportes	-	-	1	-	-	-
Risel Combustíveis Ltda	-	-	14	-	-	-
Repelub Revendedora de Petróleo	-	-	15	-	-	-
	(52)	(79)	191	711	1.308	630
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	480	133
Navegantes	6	2	64	29	-	-
Nordeste I	2	1	9	9	1	-
Zeg Biogás e Energia	-	1	-	11	-	-
	8	4	73	49	481	133
Total	(44)	(75)	264	760	1.789	763

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	77	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	-	(43)	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	64	-	-	(12)	-	-
Outras receitas e despesas	-	-	-	11	-	-
Ativo						
Contas a receber (nota 7)	-	10	-	-	185	-
Dividendos	-	17	-	-	6	-
Debêntures	-	363	-	-	-	-
Outros ativos realizáveis a curto prazo	-	41	-	-	-	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo	-	73	-	-	73	-
Passivo						
Fornecedores	-	-	487	-	-	1.277
Outras contas e despesas a pagar	-	-	-	-	-	219
Arrendamentos	-	-	-	-	-	293
Em 31.12.2025	141	504	487	(44)	264	1.789
Janeiro a Dezembro/2024	4			(75)		
Em 31.12.2024		49	133		760	763

Em 31 de dezembro de 2025, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizaram R\$ 1.904 (R\$ 2.485 em 31 de dezembro de 2024) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizaram R\$ 5.014 (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizaram R\$ 7.137 (R\$ 4.151 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 610 milhões (USD 1 bilhão em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 30 milhões (USD 80 milhões em 31 de dezembro de 2024), além de garantias do tipo CSP – Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões (USD 50 milhões em 31 de dezembro de 2024) e Garantia Futures no valor de USD 13 (USD 2 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Energia no montante de R\$ 204 (R\$ 202 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Garantia *Futures* prestada em favor da Vibra Trading Importação e Exportação Ltda no montante de USD 11 (sem valor em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui mútuo de R\$ 67 com a Navegante Logística Portuária S.A (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2024) e de R\$ 9 para Nordeste Logística I S.A (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	2025				2024			
	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Benefícios								
Curto prazo	34,3	11,1	0,7	46,1	42,9	11,2	0,7	54,8
Pós-emprego	1,1	-	-	1,1	1,1	-	-	1,1
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	44,3	7,2	-	51,5	21,0	2,2	-	23,2
Total	79,7	18,3	0,7	98,7	65,0	13,4	0,7	79,1

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de dezembro de 2024) e seis membros no Conselho de Administração (seis membros em 31 de dezembro de 2024).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 128 (R\$ 83 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***32 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	376	122	277	120
Valores retidos Combinação de negócios - nota 2.3	91	-	91	-
Capitalização de recebíveis em participações societárias	12	-	12	21
Incorporação de imóveis	-	15	-	15
Adição de imobilizado sem efeito caixa	6	-	-	-
Ganho na aquisição de ativo	-	-	695	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	65	16	65	16

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os fluxos de caixa das operações de risco sacado são apresentados como atividade operacional por representar pagamentos oriundos de aquisição de bens e serviços de natureza operacional.

Os adiantamentos a fornecedores relacionados à aquisição de ativos imobilizados estão classificados como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo apresentados na linha “Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis”, no montante de R\$ 42 em 31 de dezembro de 2025, tanto no consolidado quanto na controladora.

33 Evento subsequente

Manutenção do crédito de IPI mesmo diante da saída de produtos imunes

Em 24 de fevereiro de 2026, a Vibra obteve trânsito em julgado favorável em mandado de segurança que reconheceu o direito ao creditamento de IPI relativo a insumos utilizados na industrialização de produtos imunes ao referido imposto

A decisão assegura efeitos prospectivos e o direito à recuperação dos valores recolhidos a maior a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação (período de 06/11/2015 a 31/10/2025). O montante da recuperação é de R\$ 807 e terá seus efeitos reconhecidos no resultado da Companhia no resultado do primeiro trimestre de 2026.

Vibra Energia S.A.

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

MAURÍCIO FERNANDES TEIXEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com Investidores

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

DANIEL DRUMOND CAMPOS E SILVA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo e CEO de Lubrificantes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Presidente

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN

Conselheiro

MARCEL JUVINIANO BARROS

Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Conselheiro

NILDEMAR SECCHES

Conselheiro

WALTER SCHALKA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

MAURÍCIO FERNANDES TEIXEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com Investidores

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

DANIEL DRUMOND CAMPOS E SILVA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo e CEO de Lubrificantes

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2

Vibra Energia S.A

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da Vibra Energia S.A. (“VIBRA”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, instituído na forma do disposto no artigo 25 do Estatuto Social.

Atualmente, o Comitê é composto de 4 (quatro) membros, sendo: (i) 2 (dois) membros conselheiros de administração designados na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2025, dentre os quais, um exerce a função de Coordenador; (ii) 2 (dois) membros externos especialistas em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do Regulamento do Novo Mercado.

São membros do Comitê: Conselheiro Mateus Affonso Bandeira (Coordenador), Conselheiro Marcel Juvinião Barros e Membros Externos Marco Antonio Mayer Foletto e Pedro Augusto de Melo (especialistas em contabilidade e finanças).

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Resolução CVM 23/2021 e aqueles estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

A Administração da VIBRA é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da VIBRA.

Desde abril de 2017, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) é a responsável pela auditoria externa e independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIBRA ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

No cumprimento de suas atribuições descritas no Regimento Interno, as análises e avaliações procedidas pelo CAE fundamentam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos da Companhia.

Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Resolução CVM 23/2021 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES DO CAE NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

No exercício de 2025, abrangido pelo presente relatório, o Comitê realizou 8 (oito) reuniões ordinárias, reunindo-se com as áreas de integridade, auditoria interna, auditores independentes, além dos vice-presidentes e diretores. O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da empresa.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2025, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas:

Auditoria Independente

- Avaliação das principais conclusões dos auditores independentes ao término de cada revisão das Informações Trimestrais (ITRs) ao longo de 2025 e parecer sobre as demonstrações financeiras;
- Revisão e discussão com os auditores independentes sobre os PAAs – Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame;
- Avaliação do relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos;
- Supervisão das atividades da auditoria independente a fim de avaliar a independência e qualidade.

Auditoria Interna

- Análise do planejamento de trabalhos da auditoria para o exercício 2026, com recomendação para aprovação do plano pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento da execução do plano dinâmico de auditoria interna e de seus resultados, tomando conhecimento das recomendações e planos de ação;
- Acompanhamento dos relatórios da Auditoria Contínua;
- Avaliação do Programa de Qualidade da Auditoria Interna;
- Acompanhamento da avaliação da Auditoria Interna;

Integridade

- Acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- Acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos corporativos e do monitoramento de fraudes;
- Acompanhamento de ações relacionadas aos riscos cibernéticos e de segurança da informação;
- Monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;

Gestão Financeira

- Acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual Individuais e Consolidadas da Companhia;
- Elaboração do orçamento deste Comitê;
- Avaliação dos impactos sobre novas normas de sustentabilidade (IFRS S1 e S2);
- Acompanhamento dos aspectos contábeis relativos à aquisição da Comerc;
- Acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VIBRA, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, realizaram exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, para posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Mateus Affonso Bandeira

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcel Juvinião Barros

Conselheiro

Marco Antonio Mayer Foletto

Membro Externo

Pedro Augusto de Melo

Membro Externo

O Conselho Fiscal da VIBRA ENERGIA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração, a destinação do resultado do Exercício 2025 com proposta de distribuição de dividendos, e a proposta de orçamento de capital para 2026.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026.

Rinaldo Pecchio Junior

Presidente

Roberto Kutschat Neto

Conselheiro

Sandro Ferreira Rodrigues da Silva

Conselheiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Vibra Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vibra Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vibra Energia S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Mensuração de Valores Justos dos Ativos e Passivos Identificáveis em Combinações de Negócios e Avaliação de Recuperabilidade

Conforme Nota Explicativa nº 2.3.1.1 e 12.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme nota explicativa nº 2.3.1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia concluiu em 16 de janeiro de 2025 o processo de aquisição do controle da companhia Comerc Energia S.A. (“Comerc”). A norma contábil requer, entre outros procedimentos, que a Companhia identifique e determine, na data de aquisição, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, ativos intangíveis identificáveis e a apuração de ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação, caso aplicável. Com base na determinação efetuada pela Companhia, foi identificado em suas demonstrações financeiras ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, relativos à aquisição da Comerc. A Companhia realizou o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) desse ativo, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Com base no teste executado pela Companhia, a mesma reconheceu perda pela falta de expectativa de recuperabilidade futura do ágio, conforme nota explicativa 12.4. A identificação e determinação da estimativa de valor justo na aquisição, bem como o processo de avaliação e revisão do valor recuperável do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e julgamento, por parte da administração, especialmente as relacionadas projeções de fluxos de caixa descontados, tais como, premissas de receita, custos, despesas, e taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido à relevância dos valores, à complexidade, grau de julgamento das premissas utilizadas nas referidas mensurações e no processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Entendimento do processo de controles internos da Companhia referente à combinação de negócios e teste de redução ao valor recuperável dos ativos; - Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, revisamos e avaliamos as principais premissas e projeções utilizadas pela Companhia, com suporte de especialista externo contratado pela mesma, para determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, ativos intangíveis identificáveis e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, como também no teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) do ágio. Avaliamos a razoabilidade do modelo de fluxo de caixa descontado, a metodologia e taxa de desconto utilizada, assim como principais premissas de negócio utilizadas pela Companhia, como as relacionadas à expectativa de crescimento de receitas, custos, despesas comparando e confrontando com informações externas e internas. - Avaliação do escopo, competência e objetividade do especialista externo contratado pela Companhia para auxiliar a Companhia na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, ativos intangíveis identificáveis e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, como também no teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) do ágio. - Analizamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos aplicáveis e fornecem informações adequadas sobre as transações

	No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste imaterial que afetou a mensuração e a divulgação do ágio que foi integralmente registrado e divulgado pela administração. Baseados nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, ativos intangíveis identificáveis e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, como também o reconhecimento de perda ao valor recuperável em base ao teste efetuado de recuperabilidade (teste de impairment) do ágio, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	---

2 - Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 29 e 30.2.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, por meio de sua controlada Comerc, reconheceu Instrumentos Financeiros Derivativos com operações de compra e venda de energia futura nos montantes no ativo e passivo, respectivamente, de R\$ 5.999.256 mil e R\$ 5.604.722 mil no consolidado, conforme divulgado nas notas explicativas 29 e 30.2.1 às demonstrações financeiras consolidadas, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, entre a data dos respectivos contratos e 31 de dezembro de 2025, são registradas no balanço patrimonial e resultado da Companhia. O valor justo desses derivativos é estimado com base nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, e, em parte pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) premissas de análises de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, (ii) cenários de estresse para preços; (iii) lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e (iv) taxa de desconto. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação das políticas contábeis adotadas e do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo (Contratos futuros de compra e venda de energia). • Com o auxílio de nossos especialistas de instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, tais como: (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados; (ii) preços de referência de energia (curva forward); e (iii) taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, (iv) Avaliação independente e recálculo do valor justo dos contratos futuros.

justo é reconhecido no resultado do exercício. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	(v) Realização de procedimentos de teste, em base amostral, para validação das informações e dados contidos na base de contratos futuros, considerada como objeto para mensuração do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo. (vi) Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	--

3 - Processos judiciais e Contingências

Conforme Nota Explicativa nº 27 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação da classificação de perda ou ganho dos processos, pela Administração da Companhia, é apoiada em opiniões de consultores jurídicos, internos e externos, que consideram critérios e premissas que envolvem elevado grau de julgamento, tais como precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e do reconhecimento e mensuração de provisões, passivos contingentes e causas ativas requererem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos ou entrada de benefícios econômicos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais passivos ou ganho praticamente certo dos processos ativos dos quais a Companhia é parte envolvida.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • O entendimento dos processos adotados pela Companhia associados a captura dos processos judiciais e administrativos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes e créditos tributários. • Avaliação das estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores legais, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores reconhecidos contabilmente e/ou divulgados. • Avaliação das informações relacionadas a natureza, datas, valores e expectativas de desfecho relativas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação direta com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia. • Envolvimento dos nossos especialistas em

	Impostos e Jurídico para avaliar a conclusão dos consultores jurídicos internos e externo sobre o mérito e mensuração de casos específicos reconhecidos durante o exercício. • Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores reconhecidos ou divulgados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos reconhecidos contabilmente, e as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	--

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as

divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0